

8º CONFERENCIA LATINOAMERICANA y CARIBEÑA de CIENCIAS SOCIALES

LAS LUCHAS POR LA IGUALDAD,
LA JUSTICIA SOCIAL Y LA DEMOCRACIA
EN UN MUNDO TURBULENTO

PRIMER FORO MUNDIAL DEL PENSAMIENTO CRÍTICO

Buenos Aires | 19 al 23 de noviembre de 2018



Resúmenes de ponencias por campo temático

35

Transformaciones
tecnológicas, innovación
y desarrollo sustentable



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - C.L.A.C.S.O.

Las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia en un mundo turbulento : ponencias del Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-722-580-8

1. Ciencias Sociales y Humanidades. 2. América Latina. I. Título
CDD 301

Resumen de ponencia

A NEUROENGENHARIA COMO ÁREA DE CONVERGÊNCIA TECNOLÓGICA E SUAS IMPLICAÇÕES NOS SISTEMAS SOCIAIS

*Cesar Augusto Aspiazu Da Silva

O objetivo central deste trabalho foi investigar os processos de transformação da vida humana a partir do acoplamento dos sistemas biológico e tecnológico aos sistemas psíquico e social por meio da convergência tecnológica de áreas que buscam “melhorar a performance humana”. A análise ancora-se na articulação dos estudos sociais de ciência e tecnologia e as perspectivas teóricas de Niklas Luhmann na sua Teoria dos Sistemas Sociais e Ludwig von Bertalanffy na Teoria Geral dos Sistemas. Ao perceber que nas áreas que se encontram na ponta do desenvolvimento científico e tecnológico, os objetos de estudo são a própria origem e o futuro da vida, suas agendas de pesquisa se fazem interessantes como fonte empírica de investigação, falamos aqui da Nova Convergência Tecnológica, um programa que reúne Nanotecnologia, Biotecnologia, ciências da Informação, ciências Cognitivas e Neurociência (NBIC - Nano-Bio-Info-Cognitive Technologies) de maneira convergente para aprimorar o desempenho das capacidades humanas.

A partir desse programa tecnológico, o recorte analítico centrou-se na convergência dentro de uma área de concentração que tem crescido exponencialmente nos últimos anos, a neuroengenharia, campo que reúne pesquisadores de diversas subáreas e tem seu programa de desenvolvimento tecnológico filiado de acordo às expectativas das NBIC. Ambas as agendas de pesquisa e desenvolvimento entram em comunhão com o objetivo central de aumentar o potencial humano. Segundo um relatório publicado pela Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos, esse propósito exige a convergência centrada na capacidade humana, incluindo interação homem-máquina, colaboração apoiada por computadores, robótica, comunicação cérebro-cérebro, biomedicina, computação cognitiva e mapeamento da atividade cerebral. Para investigar como o “progresso humano e social” é entendido no desenvolvimento das tecnologias convergentes, pesquisamos a agenda de pesquisa da Neuroengenharia. O material empírico da pesquisa consistiu numa análise de publicações a partir de uma revisão das revistas de maior impacto na plataforma JCR (Journal Citations Reports). Inicialmente realizou-se um mapeamento das revistas de neurociências, encontrando 259 revistas enquadradas nessa categoria, das quais se destacaram 6 revistas específicas de neuroengenharia. Por questões metodológicas, optou-se por analisar as publicações dessas revistas de maneira quantitativa e, em outro nível, realizamos uma análise qualitativa das publicações de maior impacto nas revistas de maior prestígio científico internacional por entendê-las como formadoras de agenda, são estas a Nature e a Science. Neste ponto, cabe destacar que foi analisada uma lista recente de patentes de Interfaces Cérebro-Máquina (ICMs), materializando os empreendimentos de desenvolvimento da neuroengenharia.

A partir dos resultados encontrados, foi possível discutir que impacto do desenvolvimento tecnológico está além do social e além dos seres humanos. O sistema tecnológico tem o potencial de acoplar-se de maneira transversal a todos os sistemas. A tecnologia emerge como forma de mediação entre aquilo que a modernidade divide, o social e o natural, a acoplação assim pode acontecer em diferentes níveis. A existência de um organismo vivo é pressuposto fundamental para nossa existência no mundo pelo fato de fornecer estruturas biofísicas que dão sustento a estruturas psicológicas de percepção, que é entendida como processo básico para aprender, tomar conhecimento do ambiente e desenvolver emoções e sentimentos sociais. Os sistemas orgânico e psíquico nos suprem de elementos indispensáveis no processo de socialização, assim entendemos que a relação essencial dos seres humanos se dá com o ambiente, o social está em uma relação interdependente e dinâmica com o natural.

Niklas Luhmann entende que há uma co-evolução do sistema psíquico e social por meio do sentido. A pesquisa tornou compreensível a possibilidade de acoplamento entre o sistema biológico e o sistema tecnológico por meio da construção de ICMs em que o sistema orgânico em certa medida adota a lógica de funcionamento do sistema tecnológico, que por consequência interfere na lógica do sistema psíquico e social tanto direta quanto indiretamente. O sentido continua sendo o meio de redução de complexidade do ambiente e reprodução de complexidade no sistema, mas, uma vez que o sistema sofre interferência de outra lógica, a relação com o ambiente também se transforma e o sentido adquire valores diferentes, tendo consequências nos processos de autorreprodução dos sistemas acima mencionados, passando a funcionar sob alguns aspectos dentro da lógica do sistema técnico. É necessário ressaltar que o acoplamento sistêmico não significa dependência inter-sistêmica, mas interferência na lógica de funcionamento, o que não acontece de forma determinista. Unidades sistêmicas não são equivalentes e não podem ser entendidas de maneira reducionista.

A partir do estudo foi possível perceber materialmente como a convergência de tecnológica pode ter a capacidade não somente de cumprir suas metas, mas pode interferir em múltiplas escalas além das previstas, criando tipos outros de sociabilidades ao fornecer ferramentas para novas formas de ser, de pensar e de agir humanas. Concluímos que pela presença das Tecnologias de Informação e Comunicação, de maneira quase que transversal na sociedade ocidental, as formas de socialização já começaram a ser alteradas, somos, pensamos e agimos de maneira diferente. O processo adaptativo mediado pela técnica transforma os limites físicos do espaço e do tempo, permitindo que relações sejam simultaneamente locais e globais, ou seja, híbridas.

.....

*** Cesar Augusto Aspiazu Da Silva**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da UnB. Universidade de Brasília - PGSOL/UnB. Brasília/ DF, Brasil

Resumen de ponencia

ACUMULACIÓN POR DESPOSESIÓN: INTERACCIÓN ENTRE LA TECNOLOGÍA Y EL SISTEMA DE PRODUCCIÓN AGROPECUARIO

*Cristian Mosquera Cruz

Psic. Cristian Mosquera Cruz, Phd (c)
Escuela Politécnica Nacional
Doctorado en Gestión Tecnológica
cristian.mosquera@epn.edu.ec

"Han pasado cien años y la meta de la vida social -modernizarse: perfeccionarse en virtud de un progreso en las técnicas de producción, de organización social y de gestión política- parece ser la misma (Echeverría, 1997:134)"

El presente documento constituye una reflexión inicial, que pertenece a la estructura del plan de investigación del Doctorado en Gestión Tecnológica, de la Escuela Politécnica Nacional, analiza el modo de producción capitalista en las últimas décadas, sus procesos de reestructuración a través de la globalización y las implicaciones en el sistema de producción agropecuario y tiene como objetivo aportar e inspirar a la reflexión y acción sobre las temáticas propuestas en la Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales CLACSO.

PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA

En la actualidad, la producción agropecuaria constituye uno de los ingresos económicos más importantes a nivel mundial, en particular en países del sur global, donde tanto la agricultura como la ganadería aparecen como elementos fundamentales para el desarrollo socioeconómico de las comunidades locales (Orgaz, 2014). En este sentido, el sistema de producción agropecuario actualmente se relaciona con el aumento -en términos de eficacia- del uso de la tierra, originada por la demanda mundial de alimentos e indicadores globales para reducir el hambre y la pobreza frente al aumento poblacional. Según el Banco Mundial (2014), se estima que 1.000 millones de personas viven hoy con menos de 1,25 dólares por día, 2.800 millones con menos de 2 dólares por día y se pronostica que en 2050 la población mundial supere los 9.600 millones, este crecimiento es mayor en la población de bajos y medianos ingresos.

EEUU y otras agencias internacionales de desarrollo, alentaron la expansión de agronegocios en el sur global, desarrollando industrias ganaderas, abastecidas con granos estadounidenses y generando la necesidad de introducir las tecnologías de la revolución verde, para expandirse y a la vez incidir en las políticas y representaciones sociales del campo. Para Otero (2008), las tecnologías de la revolución verde, constituyen un paquete específico de insumos, compuesto por variedades de plantas híbridas y otras de alto rendimiento, mecanización, agroquímicos, fertilizantes y

pesticidas e irrigación. Se desarrolló por primera vez en la década de 1930 en los EEUU, se la conoce como agricultura moderna y luego se exportó a los países del sur global como la "revolución verde".

Para la FAO (2013), el área mundial cultivada de 348.791.922 ha en 2013, destinada a obtener materias primas como el maíz, caña de azúcar, soya, palma africana y otros, se orientan a nivel mundial como una importante fuente de energía alternativa al uso de combustibles fósiles, impactando así el uso del suelo, precios y disponibilidad de alimentos. En esta perspectiva, en trabajos recientes, Johansson & Azar (2007), analizan los posibles efectos de la producción de biomasa en la seguridad alimentaria y reducción de pobreza, el vínculo entre los mercados de energía y la agricultura, los cambios estratégicos en el uso y aptitud del suelo agrícola.

En este contexto, hay que dilucidar cómo las relaciones de poder, de manera especial el de la producción y también del consumo de alimentos son fundamentales para el funcionamiento, la reproducción y la hegemonía del capitalismo global, por medio de la construcción de nuevas estrategias y discursos ideológicos, alrededor del sistema agroalimentario del sur global, como lo plantean para el análisis Friedmann & McMichael (1989).

El INEC (2002), con el III Censo Nacional Agropecuario, entre sus resultados más relevantes encontró que el 40% de la población ecuatoriana habita en el área rural, las dos terceras partes pertenecen a hogares de productores agropecuarios y viven en las propias unidades de producción agropecuaria, en este sentido, aproximadamente el 25% de la población ecuatoriana se estima vinculada a la actividad agropecuaria, en concordancia con lo anterior, hay que evidenciar que el 62% de la población rural trabaja en agricultura.

El Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG-SIG Tierras, 2011), plantea que el sistema de producción, es un conjunto de actividades agrícolas, pecuarias y no agropecuarias establecidas por un productor y su familia, para garantizar la reproducción de su explotación, resultado de la combinación de los medios de producción -tierra y capital- y de la fuerza de trabajo disponibles en un entorno socioeconómico y ecológico determinado.

En relación a lo anterior, la industrialización de la agricultura y la ganadería, a través de las tecnologías de la revolución verde y otras estrategias actuales, profundizó las desigualdades rurales. Las familias con mejores condiciones socioeconómicas eran más propensas a adoptar este paquete tecnológico intensivo, que dio como resultado rendimientos más altos y un mayor beneficio económico; es decir favoreció su ventaja competitiva por sobre la de las familias pobres y trastocando la configuración de los sistemas de producción agropecuarios.

El aumento del valor de la tierra, influyó en que los agricultores pobres tuvieran que vender sus propiedades porque ya no eran económicamente viables, de esta manera el proceso de concentración de las mejores tierras aumentó junto con la reducción del empleo de mano de obra agrícola para campesinos pobres o sin tierra y la precarización del trabajo, frente a esta situación, muchos países promovieron procesos de colonización para estos pequeños agricultores que se mudaron a zonas agrícolas menos aptas. Este contexto mundial, regional y local nos plantea la siguiente pregunta de investigación: ¿Qué interacciones emergen entre la tecnología y el sistema de producción agropecuario en la parroquia de Machachi del cantón Mejía?

1.2 JUSTIFICACIÓN

1.2.1 Importancia académica, científica y social

Para entender las interacciones complejas y estructurales entre la tecnología y el sistema de producción agropecuario, es necesario, realizar un análisis desde el régimen alimentario. En este sentido, McMichael (2009), propone, comprender al régimen alimentario, no como una formación estructural en sí misma, sino como un atributo o una mirada en una o más coyunturas históricas. Este aporte es fundamental, ya que permite plantear interrogantes profundas y complejas sobre los procesos de estructuración y reestructuración de la economía política mundial y las relaciones alimentarias mundiales, en un contexto histórico y local definido. En este sentido, llama a las configuraciones específicas -pero inestables- del sistema agroalimentario desde 1980 en adelante, como "régimen alimentario corporativo".

En la perspectiva del bien común de la sociedad, es significativo reflexionar sobre como la sociedad y la naturaleza se encuentra frente a la encrucijada de las relaciones de poder que a través de la tecnología, propone e impone nuevos procesos socioculturales y discursos ideológicos con respecto a la vida, el trabajo y el lenguaje, es decir, los ámbitos de la vida humana y no humana se organizan en función de la globalización del capitalismo, marcando el camino en la sociedad, la economía, la naturaleza, la vida familiar o individual, como se organiza y se ejecutan las actividades de la cotidianidad y como se construyen los discursos y el lenguaje. En este sentido, Escobar (1997) plantea que en la actualidad la vida cotidiana de los sujetos se encuentra relacionada de manera consciente o inconsciente con la tecnología, como veremos, es esta triada -vida, trabajo y lenguaje- la que está siendo desestabilizada por las nuevas tecnologías.

De esta manera vemos como el capitalismo global, la tecnología y los procesos socioculturales de los sujetos con la naturaleza y las sociedades, se encuentran relacionados, este es el lugar de análisis en el que la reflexión debe aparecer, en el momento en que la producción tecnológica genera rituales individuales, familiares y sociales, es así como el sistema de producción agropecuario, se puede fácilmente enmarcar en las nuevas tecnologías de producción, donde las nociones culturales y sociales sobre naturaleza, sociedad, comunidad, familia y la vida misma, se ponen en contradicción, lo natural con lo artificial, donde la vida ya no es parte de la naturaleza, sino de construcción discursiva ideológica y las relaciones impuestas por la tecnología, la ciencia y el poder.

El aporte en la generación de nuevo conocimiento, se manifiesta en la relevancia actual del dialogo intercientífico, entre los estudios de sociales de ciencia y tecnología y la visión latinoamericana de la gestión, para de esta manera entender y analizar de manera más integral y amplia como se legitima la dependencia, de los países del sur global al a las nuevas tecnologías agropecuarias, como una de las estrategia del capitalismo global, esto debilita especialmente a los sistemas de producción agropecuario y de autosustento de campesinos y profundiza la desigualdad socioeconómica. Para entender este fenómeno, se precisa tener una mirada, como la que postula Feenberg (2010), al mencionar que la tecnología constituye un nuevo tipo de sistema cultural que reestructura al mundo social. Y también, Pinch & Bijker (1987), postulan que lo que se necesita es una comprensión de la tecnología desde adentro, como un cuerpo de conocimiento y como un sistema social. Unos años antes, Winner (1983), propone que no resulta sorprendente descubrir que los sistemas técnicos, se

encuentran profundamente entrelazados con las condiciones de la política moderna. Como aporte al país, a más de los ya mencionados en los párrafos precedentes, la investigación -interacciones entre la tecnología y el sistema de producción agropecuario- en su ejecución pretende articular sus acciones con la Asociación Campesina del Chagra (ACOCHA).

.....

*** Cristian Mosquera Cruz**

ESCUELA POLITÉCNICA NACIONAL EPN. QUITO, Ecuador

Resumen de ponencia

ARTES DE PESCA EN LA CALETA LA BOCA DEL MAIPO; SUBJETIVACIÓN Y RESISTENCIAS DEL PUEBLO PESQUERO

*Benjamín Bahamonde

Esta investigación estudia las prácticas de resistencia que se manifiestan a través del uso de artes de pesca tradicionales.

La hipótesis principal del estudio, plantea que el uso de técnicas tradicionales de pesca es una manifestación de resistencia al capitalismo extractivista, representado por las empresas pesqueras industriales. La segunda hipótesis que planteamos al respecto es que existe en esas prácticas, una contribución al despliegue de transformaciones permanentes dentro de las subjetividades de la comunidad pesquera.

El estudio es guiado por esta primera pregunta: ¿Es el uso de técnicas tradicionales de pesca en La Boca del Maipo una manifestación de resistencia a la industrialización de la pesca ?

Ahora, para facilitar metodológicamente la respuesta, es preciso profundizar en lo que significan, para los actores, los medios de producción en la actualidad. Actualidad en la cual no se puede obviar que el pueblo pesquero y los recursos hidrobiológicos se encuentran presionados por el capitalismo extractivista.

Entonces, dado lo anterior y observando la intromisión del capitalismo extractivista en el negocio de la pesca, profundizaremos para ver cómo, luego de dicha intromisión, se significan los medios de producción artesanales.

Usando metodológicamente la idea de que existen agentes que al entrometerse en un curso de acción, desestabilizan y generan cambios en las estructuras y agencias de una comunidad, se formulan tres preguntas, las cuales informaran si es que los significados asignados a las tres artes de pesca tradicionales de la Boca del Maipo pueden ser vinculados a la noción de prácticas de resistencia ante el capitalismo extractivista.

Las preguntas de investigación que consideramos son:

- ¿Cuáles son los significados que los pescadores de La Boca del Maipo asignan a las técnicas tradicionales de pesca?
- ¿Es posible identificar en ellas lo que definiremos como prácticas de resistencia?
- En caso de que esta resistencia sea identificada, ¿frente a qué procesos o agentes en concreto se ejerce?

Articulando estas preguntas, es posible develar si los habitantes de la Boca, en la actualidad, utilizan en alguna medida sus medios de producción tradicionales como método de resistencia a las pesqueras industriales, o si, simplemente, son para ellos el único medio de subsistencia que tienen a mano.

Objetivo General de la investigación: Describir y comprender los significados que los pescadores de La Boca del Maipo en la actualidad asignan a las artes de pesca; determinando si en ellas existen prácticas de resistencia a los métodos industriales de pesca.

Objetivos Específicos

- Describir las artes de pesca identificadas como medio de subsistencia
- Identificar elementos específicos de estas artes que son significados como medios de resistencia, estableciendo cuáles son los procesos o agentes ante los cuales son desplegados estos medios.
- Analizar y establecer las transformaciones patentes en las subjetividades de los pescadores, que sean vinculadas al uso de estas artes de pesca.

Como principales hallazgos en esta investigación hemos visto que En términos generales la anhelada modernización del sector pesquero, que se ha buscado desde la década de 1990 con la promulgación de la primera Ley de Pesca, se ha llevado a cabo involucrando un alto costo para el medio ambiente, los recursos hidrobiológicos y transformando la vida de las caletas y pueblos pesqueros a lo largo de todo el país. Este proceso ha seguido la línea de la modernización global capitalista neoliberal y es común a la región de América Latina. En el caso de las caletas y pueblos pesqueros de manera específica, los profundos cambios que se han introducido durante los últimos 30 años en el ámbito extractivo y productivo, han desencadenado transformaciones permanentes en las formas de trabajo, relaciones sociales y en la cultura y modo de vida de las comunidades. La regulación de las formas de ejercicio de esta actividad económica y la promoción de las lógicas asociativas y neoliberales delineadas en las leyes, está en tensión constante con los modos de desarrollo de esta actividad conocidos y practicados desde hace mucho por los pescadores artesanales. Los programas y planes impulsados por el Estado han tendido a la centralización de los recursos y a la planificación sin considerar la diversidad de cada localidad. En este sentido se señala, desde las ciencias sociales, que en el caso de la pesca como en otras actividades económicas territoriales, los procesos de modernización económica involucran cambios sociales, en ocasiones, permanentes. Las lógicas de modernización neoliberal no consideran el impacto que ellas mismas producen en el plano socio cultural, ya que el eje es la modernización del aparato productivo, con lo que tanto los elementos que facilitarían como los que obstaculizarían este proceso son ignorados.

De igual manera, de parte del Estado, no existe en estos procesos una preocupación o enfoque patrimonial que contribuya a la conservación de prácticas ancestrales y/o formas de vida que son parte de la constitución identitaria, afectiva y material de las localidades. El Estado, en alguna medida, se convierte en depredador de los recursos en un sentido amplio. Esta tensión produce, en el mediano y largo plazo, desigualdad, es decir, una dominación ejercida por las nuevas formas con respecto a los modos tradicionales, en un proceso que responde más a una lógica colonizadora que a una interacción simétrica entre dos modos de pensar/hacer/producir.

Ante la tensión visible en el enfrentamiento entre los intereses del capitalismo extractivista y los pescadores artesanales de la Boca del Maipo, podemos concluir que de acuerdo a lo postulado previamente en términos teóricos y a los datos hallados y analizados, entendemos que el uso de los medios de producción de pesca tradicionales en la Boca del Maipo son una manera de hacer política. Esto se entiende dado que los pescadores identifican claramente a un adversario. Ese adversario es representado por las empresas y el modo de trabajo asalariado; Para los pescadores el trabajo asalariado constantemente amenaza con poner fin a la “diversión” y a la “aventura” mediante

una obligación contractual.

En el caso del pueblo pesquero, el uso de medios de producción tradicionales y propios, son una expresión de poder que va más allá del lenguaje. Es una demostración de poder que se enfrenta a los medios de producción industriales que se le oponen. El uso de artes de pesca tradicionales, es una demostración de porfía del sujeto que se niega a sucumbir a las tentaciones de la seguridad del salario fijo ofertado por la industria.

.....

*** Benjamín Bahamonde**

Centro de Estudios de Conflicto y Cohesión Social. Universidad de Chile - COES. Santiago de Chile, Chile

Resumen de ponencia

CARACTERIZACIÓN Y ANÁLISIS DE LA INFLUENCIA DEL MOVIMIENTO AGROECOLÓGICO LATINOAMERICANO (MAELA) EN LA DIFUSIÓN DE LA AGROECOLOGÍA EN LA ARGENTINA(2000-15).

*Maria Victoria Reyes-Neuhauser

Caracterización y análisis de la influencia del Movimiento Agroecológico Latinoamericano (MAELA) en la difusión de la Agroecología en Argentina (2000-15).

Es un contexto como el actual, de “crisis de representación” (Rosanvallon, 1992), vemos que los movimientos de masas tradicionales son sucedidos por los denominados Nuevos Movimientos Sociales.

De este modo, diversas formas de acción colectiva más recientes, confirman esta incapacidad de la política y las instituciones para dar mejor orientación a los patrones de desarrollo, hecho que da lugar a la adopción de criterios “particularistas”, fallando en movilizar las energías de la sociedad para una renovación institucional y un mejoramiento/profundización democrática. (Dos Santos, op.cit.).

En ese marco surgen los movimientos sociales contemporáneos, entre los que destacan los movimientos ambientalistas y de equidad de géneros, entre muchos otros. En ese entorno se enmarca el surgimiento del Movimiento Agroecológico de América Latina (MAELA).

Como ha sido señalado por Dos Santos, resulta paradójico observar que estos nuevos movimientos están más preocupados por cambiar los “modos de vida” (Offe, 1988), que por tomar el poder y lograr incidencia real en las instituciones y el manejo de las políticas públicas.

En diversos países del mundo, hacia las décadas de 1970 y 1980 surgen sujetos y agrupaciones que promueven la Agroecología, presentada por esos grupos como “manifestación antisistema”, en oposición a toda forma extractivista y utilitaria de relación con la naturaleza. En las manifestaciones más radicalizadas, varios grupos postulan que la Agroecología no puede concebirse en consonancia con el modo capitalista de producción. Por ende, pasa a nutrir (y nutrirse) de modelos alternativos de desarrollo, dentro de las corrientes del post desarrollo, durante las décadas de 1970 y 1980, que se fueron tomando fuerza en las décadas posteriores.

La histórica bandera de la lucha de clases es replanteada en termino de valores más particulares, más relacionados con los modos de vida. En el caso particular del MAELA hace una elección por tomar como referencia -al menos en su expresión más radicalizada, que no es la única- la contraposición de dos (únicos) modelos de agricultura (Agroecología Vs. Agronegocios).

Existe, además, un fuerte carácter de oposición (Touraine, 2006), que parece volver

más difícil la traducción de esas demandas en acciones concretas de política pública. Y en el consecuente logro de avances reales en esas “arenas” de lucha. (Long, 1987). Pareciera que esta postura tan extremista, tanto del MAELA, como del grueso del movimiento agroecologista, le estaría impidiendo realizar logros más concretos y ambiciosos en el replanteo de los sistemas de agricultura, pasando a modos más sustentables y amigables de relación con la naturaleza. Donde las viejas banderas de lucha del campesinado, y los frustraciones acumuladas, vienen a sobreponerse a los intereses más particulares de defensa de sistemas agrícolas más amigables con el ambiente. Lo cual es comprensible, si se considera que las clases campesinas se han visto marginalizadas y “empujadas” hacia los márgenes más pobres de los sistemas productivos comerciales, con acceso a tierras muy escaso y en condiciones precarias de propiedad. Esa es la situación de la amplia mayoría de los agricultores familiares que viven y trabajan en nuestra región (Región Metropolitana de Buenos Aires.) En ese entorno de disputas e ideas contrapuestas avanza este movimiento, a la vez que lucha por darse una estructura organizativa interna, con vistas a fortalecer las organizaciones de base que le dan vida; además, se realizan esfuerzos por financiarse, articular redes regionales y seleccionan estrategias para ver cómo hacen frente a la embestida de la vuelta de modelos neoliberales hacia inicios del siglo XXI en nuestra región latinoamericana.

Los objetivos del trabajo a ser presentado en este Congreso son:

- i) Hacer una revisión y presentación sintética de los aportes de los autores más relevantes para una definición del concepto de Nuevos Movimientos Sociales o de Movimientos Sociales Contemporáneos;
- ii) Abordar la Agroecología como movimiento social contemporáneo, es decir, dentro de las categorías antes definidas;
- iii) Presentar algunos hitos históricos desde su surgimiento y realizar una breve caracterización del Movimiento Agroecológico Latinoamericano (MAELA);
- iv) Analizar el papel que puede haber tenido el MAELA en el avance y difusión de las ideas y las prácticas de la Agroecología en nuestro país en el período 2000-2015.

.....

*** Maria Victoria Reyes-Neuhauser**

Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria INTA. CABA, Argentina

Resumen de ponencia

CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE SUJEITOS A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA REDE FAB LAB LIVRE EM SÃO PAULO/SP, BRASIL.

*Renato Frosch

Este trabalho tem objetivo de avaliar e apresentar as contribuições na formação de sujeitos a partir da implantação e operação da rede de laboratórios de fabricação digital, no município de São Paulo. Em sua primeira fase a rede de laboratórios foi operacionalizada entre os anos de 2013 e 2016. A implantação da política pública, com doze (12) laboratórios, forma a maior rede de laboratórios públicos de fabricação digital do mundo.

A política desenhada e iniciada na gestão do Prefeito Fernando Haddad, especificamente conduzida pela Secretaria Municipal de Serviços, Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital implantou, não só a maior, mas a primeira rede pública de laboratórios de fabricação digital no Brasil. Estes espaços estão inseridos conceitualmente em um dos dispositivos de promoção e compartilhamento de informações e conhecimentos do movimento maker.

Os laboratórios atualmente se dividem, em grande ordem, pelos seguintes modelos: de (A) gestão privada, estes geralmente vinculados a uma (A.1) instituição de ensino particular ou a uma (A.2) corporação, uma pessoa jurídica; de (B) gestão pública em (B.1) espaços/equipamentos públicos que, relacionam-se com alguma política específica governamental ou alguma (B.2) instituição de ensino pública (FAU-USP, etc); e por último uma situação intermediária, via de regra, relacionada a posicionamento de (C) terceiro setor.

No caso da política pública abordada neste trabalho, os laboratórios de acesso público foram implantados em todas as regiões da capital paulista e estão divididos em 4 (quatro) laboratórios grandes e 8 (oito) pequenos. O que os diferencia, além do tamanho do espaço físico, é o tipo e a quantidade de equipamentos de fabricação digital instalados e o número de pessoas que trabalham nas unidades.

Cabe conceituar que fabricação digital, também conhecida como prototipagem rápida, é a nomenclatura dada para o tipo de fabricação que utiliza em seu desenvolvimento de produção e/ou concepção de processo de projeto máquinas computadorizadas como impressora 3d, cortadora laser, CNC router.

O processo de implantação dos laboratórios pela Prefeitura partiu da elaboração de política pública que baseou-se em proporcionar de modo democrático um espaço para desenvolvimento de aspectos relacionados a criatividade, aprendizagem e inovação acessível a todos interessados em criar, desenvolver e construir projetos de múltiplas ordens através de processos colaborativos de criação, compartilhamento do conhecimento, e do uso de ferramentas de fabricação digital independentemente da formação tradicional dos usuários da rede.

Este modelo de criação não é propriamente uma inovação pois desde o século passado

já pode-se notar desenvolvimento de novos conhecimentos com uso de tecnologia compartilhada como o movimento do software livre, por exemplo, que tem como uma de suas bases o modelo aberto e colaborativo que propicia, de maneira geral, um empowerment criativo e de produção própria de conhecimento pelos indivíduos, possibilitando-se que sejam produtores ativos de ideias e acionando a possibilidade de se chegar mais longe do que poderiam individualmente.

Os centros de fabricação e prototipagem, também chamados de maker spaces, têm se mostrado importantes espaços pois colocam em pauta reflexão sobre os modelos de produção tradicionais e novas formas de criação e difusão de conhecimentos.

Diante deste cenário apresentado esta pesquisa apresenta os seguintes objetivos: caracterizar a rede de laboratórios da prefeitura de São Paulo; identificar e anunciar ações e projetos de destaque que a partir da implantação da política pública implantada proporcionou no período pesquisado; com o reconhecimento e detalhamento destes casos de projetos anunciados discutir a contribuição destes espaços entendendo os processos de implantação e viabilidades da cultura maker como contribuição para a formação dos sujeitos.

Metodologicamente a pesquisa apresenta-se como um estudo quantitativo e qualitativo. Primeiramente, no aspecto quantitativo, avaliando-se numericamente, por exemplo, quantas pessoas participaram de atividades dos laboratórios, divididas de que forma (por região, sexo, formação tradicional), entre outros aspectos a partir de levantamento de dados do Instituto que opera os laboratórios. Sob a ordem qualitativa será apresentada a partir de revisão teórica nos aspectos da formação do indivíduo e da tecnologia social, reconhecimento de parte dos 12 (doze) laboratórios existentes da Prefeitura buscando a identificação de resultados dos atuais processos por meio de ferramentas de análise de observação e, finalizada com análise discursiva das vivências e experimentação com intuito de apresentar análise das contribuições formativas.

A abertura e disseminação da cultura maker possibilita a busca e a provocação de tentativa de atuações por meio de políticas públicas que apontem para sociedade mais democrática, tolerante e justa.

.....

* Renato Frosch

Universidade Católica de Santos - UNISANTOS. Santos, Brasil

Resumen de ponencia

CONVERGENCIA TECNOLÓGICA E INTERFACES COGNITIVAS: LOS DESAFÍOS DEL DESARROLLO SUSTENTABLE

*Rafael Del Villar

La convergencia tecnológica y con ello el uso de multiplataformas digitales han generado un tratamiento cognitivo complejo, podemos decir “un tratamiento paralelo de la información” que no está necesariamente en concordancia con los protocolos perceptivo-cognitivos de todos los usuarios posibles. Los problemas de las transformaciones tecnológicas, innovación y desarrollo sustentable implica que los gestores aprehenden e interactúan con las nuevas tecnologías, pero su interacción con ellas está lejos de ser asimilable a una guía práctica de uso (un lenguaje, por ejemplo), sino que dice relación con los protocolos cognitivos de procesamiento de la información que operan en la percepción- cognición de la vida cotidiana como de los objetos culturales y/o objetos técnicos. La comunicación sintetizada aquí toma como base analítica la realización de dos proyectos de investigación Fondecyt (Centro Nacional de la Investigación Científica y Tecnológica del Gobierno Chileno): uno con jóvenes (11- 12/16- 18/20-24, Fondecyt Regular 1061166), y otro con adultos (30 - 35/40-45/50-55, Fondecyt Regular 1120064), diferenciados por clase social, género y edades de vida respecto a la navegación por Internet, consumo cultural identificación y percepción- cognición. La investigación parte de una encuesta, con la intención de describir diferenciabilidades cognitivas. A partir de allí se establecieron polos de funcionamiento que se correlacionaron (chi cuadrado) respecto a las variables edades de vida, estrato social y género (diseño descriptivo: muestra intencional estratificada). En la segunda parte cualitativa se hizo hacer un cuento, sin especificación de tema y una pequeña mini- encuesta de procesamiento cognitivo: de un universo grande de casos se seleccionó aquellos que reuniesen la característica de ser más polares, lo que implicó hacer un estudio semiótico de los cuentos realizados. A los seleccionados (54) se los hizo navegar libremente por cinco minutos y otros 20 minutos más con la tarea de cumplir un objetivo (establecido después de haber estatuido la dificultad de este, imposible de lograrse a través de preguntar directamente a buscadores) grabándose lo realizado en el computador y registrando con una cámara tanto el comportamiento ocular como el del cuerpo en su relación con la máquina. Estos datos y observaciones recolectadas permitieron la elaboración de un Modelo Semiótico Interpretativo que diera cuenta tanto del cuento como de la forma concreta de navegar respecto a la problemática procesamiento cognitivo planteada. Dicho modelo se validó por una entrevista semi- dirigida donde se recolectó información sobre el procesamiento de la vida cotidiana, el sentido del uso de Internet, los conflictos con los otros y de sus propios procesos identificatorios.

Las bases teóricas de las investigaciones sintetizadas, y con ello la operacionalización del procesamiento cognitivo está dada por la semiótica digitales (Scolari y Del Villar) y

los modelos enactivos aportados por Francisco Varela, al interior de las ciencias cognitivas (neurociencia). Desde el punto de vista semiótico la mediación entre los objetos culturales y/o técnicos pasa por tres conceptos: la hipertextualidad (en todo texto hay link a otros textos, que el sujeto puede focalizar o no), el concepto de interface que será definido como el principio organizador de los fragmentos focalizados, él “que obedece a un programa, a una interface propuesta” (Scolari, C.; Del Villar, R. 2004. *Corpus Digitalis*, Revista deSignis 5, p. 81). En ese contexto hay dos interface, aquella propuesta consciente o inconscientemente por quien diseña el objeto cultural u objeto técnico, y aquella propuesta por quien lo interpreta o usa. Según Català “la Interface es un modelo de pensamiento” (Català, J. *La Imagen Interfaz*. Bilbao: Ediciones Universidad del País Vasco, p. 61). Ahora bien, para que haya interacción es necesario que la interface del objeto cultural o técnico construido esté en correspondencia con el de la mente de los usuarios, lo que se denomina interacción. Por otra parte, el saber acumulado de las ciencias cognitivas, en sus modelos más actuales, los denominados enactivos, nos ha contribuido con el diagnóstico de las formas de funcionamiento de la percepción- cognición: ella no opera como un operador lógico, sino que lo hace a través de focalizar fragmentos que liga con otros a partir de su propia memoria, en definitiva socio- histórica, “la inteligencia más profunda y fundamental es aquella del bebé quien puede adquirir el lenguaje a partir de manifestaciones cotidianas dispersas, y que él puede distinguir de objetos significativos quienes parecen ser un mar de luces” (Varela, F. 1996, *Conocer*. Barcelona: Gedisa, p. 56). En el contexto de la neurociencia un 20% de lo que se ve es real y el 80% por el cerebro, lo que significa decir, la memoria socio-histórica. Los modelos enactivos (Varela 2004 *Quel savoir pour l'éthique ? Action, sagesse et cognition*. Paris : La Découverte ; Varela, F., Evan Thompson et Eleanor Rosch. 1992. *De cuerpo presente*. Barcelona: Gedisa; Letelier, J. C. 2015. *Biología del conocimiento: percepción y cognición*, en Revista deSignis 23, 229-237) construidos en relación a los procesos de percepción y cognición de los animales, como nuestras propias investigaciones sobre los video- juego (Del Villar, R.; Perillán, L., Casas, R.; Orroño, M.; Campos, E.; Mora, M. Fondecyt Regular No 1030561), han demostrado que la percepción es un producto de un proceso cognitivo construido en la vida de los individuos, tanto en su interpretación de los objetos culturales o técnicos como en la vida cotidiana. De otra parte, es esa vida cotidiana, o más concretamente, la historia sociocultural la que está implicada en la interface de procesamiento cognitivo, donde puede tratarse de una secuencialidad simple, ordenada la más de las veces como un relato secuencial, o de la articulación de varios fragmentos en varios espacios distintos en múltiples relaciones articuladoras, lo que significa decir, que los modelos enactivos como los conexionistas nos permiten diagnosticar la posibilidad de tratamiento paralelo de la información, lo que era un no- visto para la primera ciencia cognitiva que creía que el cerebro operaba como un computador o algoritmo lógico. Esta comunicación está centrada en lo que es el procesamiento cognitivo, por lo que no tomaremos aquí en cuenta todos los datos obtenidos respecto a los procesos identificatorios, las razones de uso o respecto al sentido que se le da a Internet. Luego, debemos decir que es en dicho contexto teórico en él que se realizaron las dos investigaciones citadas, cuyo punto de partida fueron dos encuestas sociológicas en la ciudad de Santiago, en distintos períodos (en los jóvenes, 2008, 544 casos; y en los adultos, 2013, 544 casos) y construimos en ambas un Índice de tratamiento de la

complejidad (cuánto cosas son posibles hacer a la vez), que se aplicó a las dos muestras intencionales, estratificada según las variables especificadas. Si bien es cierto que hay diferencias de temporalidad en la recolección de los datos, la comparación nos da indicios problematizadores de diferenciabilidades que contribuyen al diagnóstico de la existencia de distintos protocolos cognoscitivos en correlación a la variable edad de vida, que es necesario en investigaciones futuras detectar en su misma temporalidad. A partir de dichas investigaciones fue posible diferenciar dos perfiles en los jóvenes: simple (percepción de un único espacio cognoscitivo, 22% o 26% de la totalidad), y complejo (percepción de a lo menos diez espacios cognoscitivos paralelos, 29% o 25% de la totalidad). La mayoría de los jóvenes presentaron una complejidad media (cuatro espacios cognoscitivos a la vez, 46,9% de la totalidad).

En cambio en los adultos la situación fue diferente, solamente las edades de vida 30 - 35 años tienen la misma situación cognitiva que los jóvenes, a diferencia de las edades 40- 45 y 50- 55, quienes tienen hegemonícamente una simplicidad cognoscitiva. En los procesos cognitivos opera no sólo la forma de articular o relacionar fragmentos, sino que se focaliza fragmentos de lo real. También allí detectamos diferencias, los más jóvenes tendían a focalizar imágenes por sobre el texto escrito, lo que era más focalizado en los adultos de 40- 45 y 50- 55 años. En la investigación cualitativa se detectó que la simplicidad cognitiva significaba mantener un solo eje articulador, ventanas seleccionadas de una a una y quedándose en alguna; y la complejidad cognitiva significaba mantener a lo menos 10 ventanas abiertas al mismo tiempo, y pasando de una a otra en la búsqueda construyendo así una cognición coherente de archivos múltiples.

Uno de los aportes de dichas investigaciones realizadas, es que la diferencia cognitiva está más en correlación con las edades de vida que con el estrato social, y con el género, no encontrándose diferencias significativas respecto a estas variables. Las diferencias de acceso a computador tocan más a la variable estrato social, donde los sectores de menor no lo tienen, y raramente lo ocupan, pero hay un fuerte uso de Internet, en Santiago de Chile, a la navegación por celular en la realidad de Santiago de Chile, quizás debido a la precariedad del empleo, lo que los hace navegar (sobre todo facebook) para establecer posibilidades de empleo, la tasa de penetración de Internet en Chile es en el año 2016 de 72,4%, según estadísticas actuales (Sub-Secretaría Telecomunicaciones Gobierno de Chile 2015), y un 79,2% de los accesos a Internet son a través del celular, según las mismas estadísticas. Luego, las transformaciones tecnológicas pasan por las interfaces de los usuarios, lo que implica, para un desarrollo sustentable hacer coincidir las interfaces propuestas desde el punto de vista de una pragmática innovadora con aquellas de las edades de vida de los usuarios.

.....

* Rafael Del Villar

*Centro de Estudios de la Comunicación. Instituto de Comunicación e Imagen . Universidad de Chile - CECOM/UCHILE.
Ñuñoa, Santiago, Chile*

Resumen de ponencia

DIGITALIZACIÓN, TEORÍA CRÍTICA Y RELACIONES INTERNACIONALES

*Maximiliano Vila Seoane

La digitalización, entendido como la continua transformación de todo tipo de interacción en datos digitales, es una de las principales causas de los cambios tecnológicos y sociales contemporáneos (Mayer-Schönberger and Cukier 2013). Se la puede considerar como uno de los motores de acumulación del capitalismo digital, donde los datos son el oro del siglo XXI, el recurso por excelencia a extraer y explotar. En efecto, las empresas de EEUU pioneras en usar y globalizar modelos de negocios basados en datos (e.g. Amazon, Apple, Google, Microsoft y Facebook) ocupan los primeros puestos de cotización en la bolsa de Nueva York, seguidas de las empresas de origen chino, como Alibaba o Baidú, que les están compitiendo a la par. Las relaciones internacionales no son ajenas a estos cambios. De hecho, la digitalización es un proceso disruptivo que altera todo tipo de interacción entre actores de la política internacional y transnacional (i.e. Estados, empresas, organizaciones de la sociedad civil, grupos terroristas, etc.). Por tal motivo, desde el estudio académico de las relaciones internacionales hay un incipiente esfuerzo - principalmente de autores Europeos y de América del Norte - para teorizar sobre este proceso, e intentar comprender sus consecuencias en distintas áreas de especialidad, como en la seguridad internacional, la economía política, la diplomacia, entre otros. Sin embargo, los esfuerzos desde América Latina han sido limitados. Esto es una vacancia imprescindible de cubrir a fin de contar con marcos teóricos adecuados para comprender y actuar ante los efectos de la digitalización en latinoamericana. En este contexto, la presentación tiene tres objetivos. Primero, se realizará una revisión crítica de las principales teorías que intentan abordar la relación entre cambio tecnológico y relaciones internacionales. Particularmente, se sintetizarán las características de cuatro grupo de teorías, mayoritariamente desarrolladas en el contexto europeo y estadounidense. A) Se abordarán contribuciones de la teoría del actor-red, desarrollada por autores como Latour y Law, que postula una simetría entre actores humanos y no humanos en la “agencia” y propone una forma agnóstica y relacional para el estudio de la tecnología. B) Se considerarán los enfoques de autores inspirados por el Marxismo occidental, como la teoría crítica de la tecnología de Feenberg, y la vuelta a Marx de Fuchs para comprender el capitalismo digital. C) Se resumirá la contribución de Herrera para comprender la importancia de la tecnología en relaciones internacionales desde una perspectiva histórica. D) Se sintetizarán los abordajes de autores como DeLanda y Sassen, que proponen el concepto de “ensamblajes” para entender los efectos de la tecnología en nuestras sociedades contemporáneas. Segundo, si bien el aporte de estas perspectivas es innegable para el estudio de la digitalización, en la presentación se argumentará que no son suficientes para leer las

realidades de los países de América Latina ante este proceso en curso. La región padece de desafíos estructurales que la exponen a particularidades, usualmente ignoradas por autores que escriben desde otras partes del planeta. Por ejemplo, América Latina sigue siendo la región con la mayor desigualdad económica y social, que en parte explica contextos de fuerte polarización política. Asimismo, los países latinoamericanos padecen un neoliberalismo periférico, más rapaz del que tiene lugar en los países económicamente desarrollados. También hay una experiencia histórica de dependencia de distintas potencias extranjeras, que pueden arrojar luz sobre las nuevas dependencias en el campo digital. Por último, es innegable la existencia de una fuerte tradición de movimientos populares, de izquierda, feministas, campesinos, indígenas, entre otros, que resisten a las desigualdades y procesos (neo)coloniales, que ofrecen lenguajes y prácticas para avanzar con cambios progresistas en la región. Finalmente, tras considerar las limitaciones de las teorías existentes y las especificidades de América Latina, se planteará el desafío teórico y estratégico que enfrenta la región ante el acelerado proceso de digitalización de nuestras sociedades contemporáneas, y se realizará una síntesis entre los enfoques teóricos sobre tecnología y relaciones internacionales, con la tradición de América Latina. Particularmente, se esbozará un abordaje teórico y conceptual, con una reinterpretación e invención de conceptos políticos propicios para comprender y actuar en la realidad de los países de América Latina bajo la digitalización, donde hay nuevas formas de dependencia, de acumulación por expropiación, de explotación, pero también de resistencia, de derechos y de regulación. A partir de esta propuesta, se incentivará el debate y la creación de nuevas líneas de investigación y acción a nivel regional, que permitan enfrentar y reorientar el proceso de digitalización de forma progresista para responder a los desafíos de la región, y no meramente a las veleidades de las élites.

.....

*** Maximiliano Vila Seoane**

Escuela de Política y Gobierno. Universidad Nacional de San Martín - EPyG/UNSAM. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

DISYUNTIVAS DE LAS ESTRATEGIAS DE DESARROLLO HUMANO INFORMACIONAL EN AMÉRICA LATINA

*Ana Rivoir

En esta ponencia se analiza la relación entre desarrollo humano y desarrollo informacional, en el entendido que este vínculo puede asumir varias formas según los modelos o estrategias de desarrollo que asuman las sociedades. El concepto de desarrollo humano de Amartya Sen (1999) y el de desarrollo informacional de Castells (2000) sirven como marco para esta discusión teórica que culmina en el concepto de desarrollo humano informacional (Castells y Himanen, 2014) puesto a prueba en la investigación. Entendiéndolo como distintas formas de equilibrio entre desarrollo humano (que sin desarrollo informacional no se produce crecimiento y se genera déficit fiscal) y desarrollo informacional (que sin desarrollo humano produce crecientes desigualdades y exclusión).

El análisis asume una perspectiva latinoamericana a partir una investigación sobre varios países latinoamericanos en la década de 2005 - 2015, coordinada por el Dr. Fernando Calderón. Se analiza aquí en profundidad el caso de Uruguay.

Se analiza el modelo uruguayo con una aproximación holística a las distintas dimensiones del desarrollo (económica y productiva; social; cultural y política) en el contexto latinoamericano. La investigación usa datos estadísticos y documentales y 20 entrevistas a informantes calificados (actores del desarrollo). Se encuentra un modelo de desarrollo humano informacional en el que entran en tensión estructura productiva tradicional basada en la exportación de materias primas y necesidades de innovación. Se registra un crecimiento económico basado en la “comodidad de los commodities”. A nivel ambiental un cambio de una matriz energética basada en hidrocarburos a otra sustentable. Desarrollo informacional a través de la universalización de las nuevas tecnologías pero con lenta inclusión en la estructura productiva. Avance en el desarrollo humano y reducción de las desigualdades y la exclusión pero con déficit pero también del consumismo. Consolidación de derechos sociales y políticas con cambios culturales (legalización de la marihuana, matrimonio homosexual, legalización del aborto) y el país emerge como un “laboratorio social y político”.

El caso permite reflexionar en torno a los alcances de estas transformaciones en el marco latinoamericano. En la primera década del milenio se comenzaron a experimentar en América Latina, distintas estrategias de desarrollo y se consolidaron modelos de desarrollo diferenciados. En un contexto mundial favorable debido al alto precio de las materias primas que el continente exporta, se desarrollaron políticas socioeconómicas que buscaron mejorar las condiciones de vida de la población. Gobiernos progresistas / neodesarrollismo. (CEPAL, 2012; Calderón, 2016)

Para concluir retomamos la pregunta acerca de las perspectivas y la vocación de Uruguay en términos de desarrollo humano y desarrollo informacional. De acuerdo a la

historia del país, pesa la experiencia y antecedente de su particularidad y especificidad. Esta herencia encierra la idea de ser precoces y laboratorio de experiencias socio políticas originales. A la vez que también implica algunos problemas relativos a sus tamaño y desventaja de esto en un mundo de dinámicas globales fuertes.

En esta ponencia se analiza la relación entre desarrollo humano y desarrollo informacional, en el entendido que este vínculo puede asumir varias formas según los modelo o estrategias de desarrollo que asuman las sociedades. El concepto de desarrollo humano de Amartya Sen (1999) y el de desarrollo informacional de Castells (2000) sirven como marco para esta discusión teórica que culmina en el concepto de desarrollo humano informacional (Castells y Himanen, 2014) puesto a prueba en la investigación. Entendiéndolo como distintas formas de equilibrio entre desarrollo humano (que sin desarrollo informacional no se produce crecimiento y se genera déficit fiscal) y desarrollo informacional (que sin desarrollo humano produce crecientes desigualdades y exclusión).

El análisis asume una perspectiva latinoamericana a partir una investigación sobre varios países latinoamericanos en la década de 2005 - 2015, coordinada por el Dr. Fernando Calderón. Se analiza aquí en profundidad el caso de Uruguay.

Se analiza el modelo uruguayo con una aproximación holísticas a las distintas dimensiones del desarrollo (económica y productiva; social; cultural y política) en el contexto latinoamericano. La investigación usa datos estadísticos y documentales y 20 entrevistas a informantes calificados (actores del desarrollo). Se encuentra un modelo de desarrollo humano informacional en el que entran en tensión estructura productiva tradicional basada en la exportación de materias primas y necesidades de innovación. Se registra un crecimiento económico basado en la “comodidad de los commodities”. A nivel ambiental un cambio de una matriz energética basada en hidrocarburos a otra sustentable. Desarrollo informacional a través de la universalización de las nuevas tecnologías pero con lenta inclusión en la estructura productiva. Avance en el desarrollo humano y reducción de las desigualdades y la exclusión pero con déficit pero también del consumismo. Consolidación de derechos sociales y políticas con cambios culturales (legalización de la marihuana, matrimonio homosexual, legalización del aborto) y el país emerge como un “laboratorio social y político”.

El caso permite reflexionar en torno a los alcances de estas transformaciones en el marco latinoamericano. En la primera década del milenio se comenzaron a experimentar en América Latina, distintas estrategias de desarrollo y se consolidaron modelos de desarrollo diferenciados. En un contexto mundial favorable debido al alto precio de las materias primas que el continente exporta, se desarrollaron políticas socioeconómicas que buscaron mejorar las condiciones de vida de la población. Gobiernos progresistas / neodesarrollismo. (CEPAL, 2012; Calderón, 2016)

Para concluir retomamos la pregunta acerca de las perspectivas y la vocación de Uruguay en términos de desarrollo humano y desarrollo informacional. De acuerdo a la historia del país, pesa la experiencia y antecedente de su particularidad y especificidad. Esta herencia encierra la idea de ser precoces y laboratorio de experiencias socio políticas originales. A la vez que también implica algunos problemas relativos a sus tamaño y desventaja de esto en un mundo de dinámicas globales fuertes.

La disyuntiva actual refiere a la perspectiva de que el país de un salto cualitativo en relación a la transformación de su estructura productiva, estableciendo las bases para

una economía con mejores índices de productividad, basada en conocimiento e innovación tecnológica para lo cual las condiciones de los recursos humanos (educación) e inversión de capitales deben superarse.

En este marco surge el dilema si desarrollarse basado en el desarrollo industrial o Uruguay basado en recursos naturales y en definitiva, cuan contrapuestas son las opciones. Esto se relaciona al cuestionamiento del alcance del crecimiento basado en los commodities, y por lo tanto “lo rural” o recursos naturales. En el primer modelo, se recauda a partir del crecimiento, ganancias y excedentes de la bonanza y ganancias de los sectores basados en las exportaciones del agro - sojero, por ejemplo- y con eso se implementan políticas sociales. En el segundo, se sustentaría a partir del excedente que brindaría la producción con mayor valor agregado. No obstante, puede haber mucho valor agregado en tecnología y conocimiento en la producción “rural” - es el caso de la producción arroceras o la trazabilidad en el sector cárnico- y basada en recursos naturales.

Por último, cabe señalar que se reaviva la imagen y la potencialidad del Uruguay como laboratorio del desarrollo, basado en las experiencias recientes del Ceibal o de los se consolida como una experiencia país. Esta ventaja viene de la historia, sus dimensiones de población, las características de su territorio y su institucionalidad hacen que se conforme un espacio socio-cultural y político adecuado. Es oportuno para realizar innovaciones y pruebas de iniciativas originales y de riesgo que en otros países sería complejo o inviable pero que pueden ensayar experiencias que contribuyan al desarrollo humano informacional.

Bibliografía

- Calderón, F. (en prensa) Navegar contra el viento. América Latina en la Era de la Información. Universidad de San Martín. Introducción y Capítulo Uruguay.
- Calderón, Fernando (Coord.) 2003 ¿Es sostenible la globalización en América Latina? Debates con Manuel Castells. Volumen II Nación y Cultura. América Latina en la Era de la Información. FCE/PNUD. Chile.
- <http://idh.pnud.bo/webportal/Publicaciones/SociedaddeInformaci%C3%B3n/Contenido/tabid/169/Default.aspx>
- Castells, M. (2000) La era de la información. Economía, Sociedad Cultura. Vol. I Alianza Editorial. Edición 2000 Prólogo, Capítulo 7 y Conclusión. (p. 5-19; 59-110; 549-558)
- http://www.felsemiotica.org/site/wp-content/uploads/2014/10/LA_SOCIEDAD_RED-Castells-copia.pdf
- Castells, M. y P. Himanen (Editores) (2016) Reconceptualización del Desarrollo en le Era Global de la Información. Capítulo 1 p. 27 a 46. Fondo de Cultura Económica. Santiago de Chile.
- CEPAL (2015) La nueva revolución digital. De la Internet del consumo a la internet de la producción. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/38604-la-nueva-revolucion-digital-la-internet-consumo-la-internet-la-produccion>
- Rivoir, Ana (2013) Enfoques dominantes en las estrategias para la Sociedad de la Información y el Conocimiento. El caso uruguayo 2000 - 2010. Revista de Ciencias Sociales Número 33. En:
- <http://www.fcs.edu.uy/archivos/Art%C3%ADculo%20Rivoir%20RCCSS%2033.pdf>

.....

*** Ana Rivoir**

Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República - DS/UDELAR. Montevideo, Uruguay

Resumen de ponencia

ECONOMÍA POPULAR, SINDICALISMO Y UNIVERSIDAD. ARTICULACIONES PARA EL DESARROLLO DE LA EFICIENCIA ENERGÉTICA EN LA PRODUCCIÓN DEL LADRILLO ARTESANAL.

*Johanna Maldovan Bonelli

*Nicolás Dzembrowski

*Nora Goren

Esta ponencia propone presentar los resultados parciales alcanzados en el proyecto “Tecnologías sociales, sustentabilidad y eficiencia energética en la producción del ladrillo artesanal La cooperativa Ladrilleros de Traslasierra, Comunidad Boliviana Ltda.- UOLRA”, aprobado y financiado por el Ministerio de Educación y Deportes de la Nación de Argentina y el Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES), a través de la Secretaría de Políticas Universitarias, en el marco de la Tercera Convocatoria del Programa de “Economía Social y Cooperativismo en la Universidad”. El objetivo de este proyecto es mejorar la sustentabilidad social, económica y ambiental de la cooperativa Ladrilleros de Traslasierra, Comunidad Boliviana Ltda., ubicada en Villa Dolores, Córdoba. La propuesta se centra en la mejora de los distintos aspectos que hacen a la sustentabilidad de la producción del ladrillo artesanal a partir de propiciar un uso eficiente de los recursos energéticos en el proceso de horneada, así como de mejorar los procesos de organización socio-laboral de la cooperativa, con miras a permitir una efectiva y eficaz implementación de las tecnologías socialmente construidas.

La zona de Villa Dolores -Córdoba- es un polo de producción ladrillera muy afamado por la calidad de sus productos. Esta zona produce ladrillos desde hace más de sesenta años. En los últimos siete, un grupo de productoxs se agruparon para colaborar entre sí y desde hace tres años se convirtieron en la Cooperativa Ladrillera Traslasierra. Ésta se encuentra asociada al sindicato ladrillero (UOLRA), quien desde hace varios años se encuentra llevando a cabo un trabajo sostenido con los trabajadores del sector de la economía popular. Para ello, recientemente han modificado su estatuto estableciendo la posibilidad de asociar y representar a lxs trabajadores no asalariadx.

La cooperativa tiene por objetivo el propiciar la comercialización conjunta entre lxs asociadx así como la provisión de materias primas, maquinarias y elementos de trabajo dado que muchas de las familias integrantes no tenían dichas capacidades de manera individual. A los fines de este objetivo ya se construyó un tinglado para el acopio en un terreno común. A la par de ello, la cooperativa lleva a cabo diversos proyectos comunitarios, tales como espacios de formación laboral, de apoyo escolar y actividades culturales y deportivas dirigidas a los/as asociados/as y sus familias. Así, el espíritu asociativo de la organización ha permitido, no solo una mejor penetración en

el mercado y la elaboración de políticas de comercialización conjunta del ladrillo, sino también el desarrollo de una modalidad organizativa particular asentada en los valores de cooperación y solidaridad recíproca.

Actualmente la cooperativa agrupa a cincuenta familias productoras que, entre ladrillos comunes y ladrillones, producen alrededor de 22.000.000 de unidades por año. En relación al proceso productivo la organización ha desarrollado una tecnología propia en las tareas de quemado. Para ello se han reemplazado los hornos de campaña, que generan una gran cantidad de material de segunda y mucho descarte, por hornos fijos de tiro invertido, cuya producción es mucho más homogénea, genera muy poco descarte y todo el material producido es de primera. Ello ha permitido una importante mejora en la calidad pero, al ser hornos de una sola cámara, existe aún una enorme cantidad de calor que se pierde generando un importante déficit energético. A partir de este diagnóstico es que - en términos de “tecnologías duras” - se realizará la construcción de un ducto de transferencia de calor entre dos hornos de quema de ladrillo. Las estimaciones realizadas nos indican que la incorporación de los ductos permitirá acortar el proceso de quemado de 36 a 12 horas. Dicha reducción afectará principalmente la primera etapa que corresponde al secado del adobe, siendo ésta la más penosa en términos de condiciones laborales dada la gran cantidad de esfuerzo que conlleva, así como la cantidad de leña que requiere dada la gran cantidad de agua que contiene en ladrillo crudo. Asimismo, la incorporación de herramientas de monitoreo permitirá un seguimiento más preciso de la producción.

Ahora bien, una de las problemáticas centrales que atraviesan a los distintos tipos de organizaciones productivas es la organización del trabajo. Esta dimensión, muchas veces solapada por las miradas tecnicistas devienen en gran parte de las ocasiones, en fracasos en la implementación de mejoras tecnológicas. En el caso de las organizaciones de la economía popular ello se hace más visible, en tanto que la gestión de los emprendimientos se encuentra en estrecha vinculación con el desarrollo de la producción. Aquí se rompen la tradicional división del trabajo entre instancias de desarrollo y planeamiento e instancias de ejecución, así como entre producción y administración.

En base a estas consideraciones que para la ejecución de este proyecto adoptamos una estrategia de implementación centrada en el concepto de Tecnologías Sociales (TS), en tanto mirada que responde a una nueva línea de pensamiento popular, cuyo principal eje es la comunicación. Partimos de considerar que las tecnologías sociales emergen ante una situación de necesidad o cambio vivida en la experiencia de las organizaciones y buscan fomentar los fines sociales de la aplicación tecnológica. Esta mirada se opone por principio al alcance de objetivos comerciales o militares que determinan el actual modelo hegemónico de desarrollo tecnológico.

En palabras del Dr. Hernan Thomas, coincidimos en que “las tecnologías desempeñan un papel central en los procesos de cambio social. Demarcan posiciones y conductas de los actores; condicionan estructuras de distribución social, costos de producción, acceso a bienes y servicios; generan problemas sociales y ambientales; facilitan o dificultan su resolución” (2009, p. 1). En este sentido el abordaje de las problemáticas de pobreza y exclusión social, así como el diseño de estrategias que permitan generar soluciones alternativas al modelo de desarrollo hegemónico, requieren tener en cuenta la dimensión tecnológica. Siguiendo al autor, entendemos por TS a una forma de “diseñar, desarrollar, implementar y gestionar tecnología orientada a resolver

problemas sociales y ambientales, generando dinámicas sociales y económicas de inclusión social y de desarrollo sustentable” (2009, p.2).

En esta línea, esta propuesta se basa en la utilización de tecnologías locales y conocidas por los trabajadores, poniendo en juego las capacidades, el trabajo y demás recursos de la organización en constante sinergia con aquellos producidos y distribuidos por las universidades y el sindicato. Se busca que el conocimiento producido (en términos de tecnologías duras y sociales) sea transferido de manera tal de fortalecer las capacidades locales e implantar modalidades de acción novedosas que tengan un impacto en las dimensiones económica, social y ambiental de la sustentabilidad organizacional.

Finalmente, tanto las instancias de diseño como de ejecución del proyecto parten de una perspectiva interdisciplinaria (principalmente entre las ciencias sociales, el diseño y la ingeniería) e inter e intra institucional en las cuales se articulan acciones entre la cooperativa, la UOLRA, la UNAJ, la UNPAZ, desde sus institutos y departamentos (de Ciencias Sociales, Ingeniería, Economía, Política y Territorio y el IESCODE), las direcciones de Vinculación y Transferencia Tecnológica y sus respectivos docentes-investigadorxs y estudiantes.

.....

*** Johanna Maldovan Bonelli**

Universidad Nacional de José C. Paz - UNPAZ. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

*** Nicolás Dzembrowski**

Universidad Nacional Arturo Jauretche - UNAJ. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

*** Nora Goren**

Universidad Nacional de José C. Paz - UNPAZ. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

EL OTRO DESARROLLO DESDE EL AGRO ANDINO Y SU RELACIÓN CON EL DESARROLLO SOSTENIBLE

*Saul Olarte-Calsina

La realidad andina particularmente la agraria, distante de la migración del k'arusuyu, ha evidenciado y evidencia distanciamiento de acciones, políticas o visiones de desarrollo pensadas desde fuera de su espacio, manifestándose un propio otro desarrollo que viene desde antes del término surgido a partir de Truman, que luego, a raíz de los debates de Etnodesarrollo, se difundió como Sumak Kawsay o Allin Kawsay, ello dependiendo del lugar. Este propio, está manifestado desde lo semántico-semiótico en Guamán Poma de Ayala (1615) y Santa Cruz Pachacuti (1613); ambos, tanto desde la escrita (Runa Simi o Quechua, y Castellano) e imágenes, comunican (la realidad andina, transformación del Tahuantinsuyo), las relaciones totales u holísticas entre seres de distintos espacios, dentro de una espacialidad Ser-Ser, el no ser no existe, elemento que pervive desde una complejidad en el real actual andino. Para entender la continuación transformada en tiempo-espacio de este propio en el convivir del real actual andino, se utilizó el método Teqsimuyuy Kawsaynin - Hinantin Suyupi (TK-HS): convivencia con todo en todo lugar, en algunos espacios del Qollasuyo, realidades no aisladas de las dinámicas totales. Los resultados muestran que, las realidades andinas perviven con otra propia visión del "desarrollo" en situación de negación, reflejado en tecnológicas, saberes, ciencias, conocimientos, pensares, infraestructuras, etc. que vienen desde antes y hasta el Tahuantinsuyo (transitando luego a lo Andino), caminando dentro del buen gobierno como en tiempos del Inca, transitando luego a un contexto de no gobierno del k'arusuyu, continuado por el musoqk'ara del día de hoy; transformándose en un escenario que evidencia la heterogeneidad-diversidad y alta complejidad de las dinámicas cotidianas andinas, reflejada en una oposición complementar entre campo y ciudad, donde el campo es más influyente en la ciudad, entendiéndose no desde un pensar k'arusuyu sino andino. En ese entender, la realidad agraria andina refleja continuidad del Tahuantinsuyo, desde sus propios todos, el término andino es referente. Esto dentro de un contexto de interacción y relaciones, que variaron en intensidad según donde se asentaba el k'arusuyu. Ese propio, otro y distinto desarrollo desde el pensar andino, es la relación de convivencia con el agro, relación total no encuadrada únicamente en lo ritual, ceremonial o creencia como pretende hacer creer el pensar k'arusuyu, sino desde la co-existencia; para existir el runa, debe existir el todo, y deben estar relacionados no desde la dominación, sino del equilibrio co-existencial: dialogo. El agro no es una actividad, negocio, recurso, etapa a superar o actividad inferior, es un espacio con quien se convive, es parte de las relaciones totales, así se llega a la convivencia equilibrada: Sumak Kawsay o Allin Kawsay; el cual, inevitablemente refleja el deseo del desarrollo sostenible, aquel surgido como emergencia del "desarrollo" occidental, lo real andino y lo imaginario k'arusuyu. En ese entender, es la relación de convivencia

con el agro, una política de estado con el que se abre el caminar al deseo u objetivo de desarrollo sostenible, para ello este último requiere reconstruir sus bases epistemológicas si quiere convertirse en realidad, haciendo necesario recurrir a pensamientos no k'arusuyu, implicando ello, pensar desde otra lengua, pues vivir del agro (acompañado del discurso histórico-presente de sobrevivencia, supervivencia o subsistencia que el k'arusuyu mantiene) ideología del k'arusuyu, a convivir con el agro del andino (no entramos al terreno de la agroecología, agricultura orgánica o biológica, aunque esta vendría a ser la etapa anterior para alcanzar el agro andino, siendo tema de otra discusión), resultan pensares distintos. Los resultados después de siglos son las realidades, pensares que se confrontan, un dominante y un dialogante. El convivir con, supera las relaciones económicas y/o sociales del vivir de, se entra en un terreno de relaciones holísticas de racionalidad andina, donde la racionalidad k'arusuyu encuentra limitaciones.

.....

*** Saul Olarte-Calsina**

IM&AC IM&AC. PUNO, Perú

Resumen de ponencia

ENSAYO SOBRE LA CEGUERA: LA INDUSTRIA 4.0 EN AMÉRICA LATINA

*Diógenes Moura Breda

La visión positiva sobre rol de la ciencia y de la técnica en la modernidad está tan arraigada entre nosotros que tan pronto se anuncian nuevas descubiertas que pueden revolucionar las formas como producimos, intercambiamos y nos comunicamos, somos torpedeados por un centenar de análisis cuyo punto de partida es la pregunta: ¿“cómo aprovechar las potencialidades y disminuir los riesgos inherentes a los avances de la técnica moderna?”.

En la segunda década de este siglo, el debate sobre la C&T ganó nueva visibilidad mundial con la emergencia de los conceptos de cuarta revolución industrial y de industria 4.0. En líneas generales, la cuarta revolución industrial se caracteriza por un conjunto de nuevas tecnologías capaces de articular, en tiempo real y de forma automática, una cantidad incalculable de informaciones producidas por personas y aparatos (computadoras, máquinas, robots, medios de transporte, cámaras, sensores etc.). Estamos frente a nuevos circuitos integrados, sensores nuevos y más económicos, nuevos softwares de amplia capacidad de procesamiento de la información, la Inteligencia Artificial- ya de uso corriente-, la computación de Big Data, la posibilidad de la computación cuántica, y una capacidad inédita de manipulación y transformación de seres vivos.

Desde nuestro punto de vista, la interpretación de las nuevas tecnologías como el producto de un desarrollo científico neutral y unilateral, oculta intereses muy concretos que mueven la investigación, el desarrollo y la producción de la ciencia y de la tecnología. Es decir, estamos hablando de una ciencia y una técnica esencialmente capitalistas, subsumidas realmente - en cuanto a su forma y contenido - a la reproducción ampliada del capital, la cual es coordinada a partir de los países imperialistas, en el centro del sistema.

La preocupación por traer a la luz afirmaciones que parecen obvias tiene su motivo: desmontar las falsas esperanzas de los que ven en la cuarta revolución industrial una “ventana de oportunidad” para la inserción más ventajosa de América Latina dentro del capitalismo global. Se parte del supuesto de que aquí, en las condiciones de un capitalismo periférico y dependiente, es posible un proyecto soberano de desarrollo científico y tecnológico, bastando para tal la voluntad política y una correlación de fuerzas favorable. ¿Pero, y si no? ¿Y si el lugar que esta región del planeta ocupa en el capitalismo contemporáneo no demanda un desarrollo propio en ciencia y tecnología? El punto de partida para cualquier discusión en torno a la C&T es reconocer la existencia de una organización mundial del trabajo científico y tecnológico que concentra en los países centrales las etapas estratégicas, de vanguardia, de la producción del conocimiento y de las tecnologías, mientras las regiones subdesarrolladas o dependientes ocupan el lugar de consumidores de tecnología

importada o productores de etapas secundarias. Además, es importante destacar que los liderazgos de aquellos países se construyeron con la participación decisiva de sus Estados nacionales.

La enorme concentración de la C&T y de sus frutos configura un panorama, en el presente, de la tendencia del capitalismo central en constituir y reactualizar periódicamente la división internacional del trabajo (DIT) a su favor. La razón del control de la tecnología de punta por los países centrales y sus empresas es clara: tales sectores son los nudos estratégicos del capitalismo mundial y su dominio garantiza no solamente la imposición del contenido técnico a los demás sectores de la producción, sino que les da la prerrogativa de la apropiación de ganancias extraordinarias. Esta necesidad de control de la producción estratégica se vuelve una exigencia en los períodos de crisis mundiales, como la que vivimos actualmente. En el contexto de una larga depresión de la economía capitalista mundial, esta disputa está marcada por una necesidad impostergable de recuperación de la tasa de ganancia en los países imperialistas. En este sentido, además de las formas directas e indirectas de transferencia de valor de los países periféricos hacia el centro del sistema y del acaparamiento de los recursos naturales globales, lo que está en juego en la cuarta revolución industrial, es la redefinición de la geografía y de las modalidades de la hegemonía económica mundial, alrededor de los nuevos sectores estratégicos de la nano y biotecnología, de la Inteligencia Artificial, de la computación cuántica, de los materiales superconductores etc.

El llamado al “catching up” (despegue) tecnológico de América Latina es una constante entre organismos oficiales como la CEPAL y en gran parte de la literatura sobre innovación. Fue este discurso el que articuló las políticas científicas de los gobiernos latinoamericanos en las últimas décadas; y, a pesar de las subvenciones al empresariado, no ocurrió nada cercano a un cambio de posición de la región en la jerarquía mundial de la ciencia y la tecnología. Al contrario, lo que se observó fue una especialización regresiva en las economías de la región. Brasil, el país que más invirtió en C&T en las últimas décadas, observó el desmonte de su parque industrial, el aumento de la importación de bienes de consumo y de bienes de capital (máquinas y equipos), y el aumento en el pago de royalties y servicios técnicos debido a la utilización de tecnología extranjera. Y todo eso a pesar del aumento del presupuesto en C&T. Por estas razones, es lícito afirmar que en las dos décadas del siglo XX América Latina observó una profundización de su dependencia tecnológica.

Las explicaciones para el rezago latinoamericano en C&T hay que buscarlas en el funcionamiento del capitalismo dependiente latinoamericano y en sus transformaciones de las últimas décadas. Desde las décadas de 70 y 80 del siglo XX, con la crisis de los proyectos industrializadores en la región, el capitalismo latinoamericano pasó por importantes cambios. La crisis de los años 80” no sólo enterró el proceso de industrialización y abrió las puertas al neoliberalismo, como también reconfiguró la subordinación de las burguesías latinoamericanas a las imposiciones de las potencias imperialistas. Esta reorganización de la reproducción del capital a nivel mundial reactualizó la vieja oposición entre países centrales productores de bienes industriales y países dependientes productores de materias primas y alimentos, pero también introdujo la segmentación de la producción industrial a través de las cadenas globales de valor, cuya lógica, reconocida por los especialistas en el tema, es la concentración de las etapas estratégicas de la producción en los países

centrales y el desplazamiento de los segmentos no estratégicos y, en general, intensivos en mano de obra, a los países dependientes.

Justamente en el momento de crisis y de incapacidad de profundizar su industrialización, el continente latinoamericano es llamado a reordenar su participación en la división internacional de trabajo. En este contexto, la crisis latinoamericana puso a la burguesía interna en una encrucijada: aceptar un rol aún más subordinado reclamado por las potencias imperialistas en el capitalismo mundial o romper con el imperialismo y proceder a un desarrollo capitalista propio. El camino elegido fue la aceptación de las imposiciones y el abandono del proyecto industrializador latinoamericano.

Con la connivencia de las clases dominantes latinoamericanas, la reestructuración del capitalismo central a partir de los '80, fundado en el paradigma electroinformático, asignó a América Latina las siguientes funciones: a) productora de etapas inferiores -no estratégicas- de las cadenas productivas globales, fundamentalmente para la exportación; b) productora de alimentos y materias primas estratégicas para la exportación; c) espacio de valorización del capital ficticio, principalmente por medio de la deuda pública. No es difícil concluir que tales funciones significaron, en gran medida, una regresión económica en relación al patrón anterior.

Las razones de la aceptación de las burguesías latinoamericanas a este papel se explican por el mecanismo de funcionamiento del capitalismo en la región: al mantener la reproducción del capital basada en la compresión del mercado interno, sin la elevación sistemática de la productividad del trabajo - es decir, en un capitalismo fundado en la superexplotación de la fuerza de trabajo - no quedó otra alternativa a los países de la región que intentar mantener un equilibrio débil volcándose hacia el mercado mundial, construyendo un patrón de reproducción del capital orientado a cumplir aquellas funciones, un patrón exportador de especialización productiva.

Además de las conocidas consecuencias del neoliberalismo en América Latina, queremos señalar que el nuevo patrón significó un reforzamiento de la dependencia tecnológica con la intensificación de la subordinación a los sectores estratégicos de la producción mundial. La apertura de las economías de la región a los flujos internacionales de capital rompió los encadenamientos productivos manufactureros, como los de la industria de autopartes. También eliminó la capacidad de lograr una política industrial soberana, de definir y proteger sectores estratégicos. De esta manera, y puesto que en la etapa actual de la economía mundial la política industrial tiene que ser, a su vez, una política de ciencia y tecnología, la nueva posición de América Latina en la división internacional del trabajo canceló las posibilidades de un desarrollo científico y tecnológico autónomo en los marcos del capitalismo dependiente, no solamente por la presión de los países centrales, y mucho menos por la falta de visión de nuestras burguesías, sino porque la posición de América Latina en la economía mundial contemporánea es funcional al pacto de clases vigente. En otras palabras, a la gran burguesía latinoamericana no le interesa romper con su lugar en la DIT porque se beneficia de ella.

.....

*** Diógenes Moura Breda**

Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Campinas, Brasil

Resumen de ponencia

ESTADO Y POLÍTICA NUCLEAR. DESACTIVACIÓN DEL PLAN NUCLEAR ARGENTINO.

Instituto de Energía Scalabrini Ortiz - IESO (Argentina)

*Mauro Rodolfo Espósito

*Nicolás Alejandro Malinovsky

La temática de la energía, su uso, disponibilidad y comercialización, atraviesa el debate nacional e internacional con singular intensidad por estos tiempos, precisamente porque acompaña las transformaciones que el sistema ha atravesado en los últimos 20 años agudizadas por procesos tales como la financiarización, la crisis del dólar y la emergencia de nuevos circuitos de intercambio y transacción (criptomonedas), la llamada digitalización y revolución tecnológica, la militarización de los territorios, la reorganización del trabajo, entre otros.

Dichas transformaciones constituyen el marco general de los avances, las nuevas búsquedas y las peleas por el control de la energía a nivel mundial.

Frente a esta situación ¿Qué lugar ocupa América Latina y, en particular, nuestro país?

América Latina se ubica dentro del sistema energético mundial entre las regiones principalmente productoras de energía, gracias a sus reservas de hidrocarburos, al enorme potencial hidráulico, a la riqueza de su suelo y disponibilidad de agua que le permiten producir alimentos para un número exponencialmente mayor de habitantes que el que cuenta su población, al desarrollo de los agrocombustibles, pero fundamentalmente, gracias a su papel histórico en la división internacional del trabajo de exportador de materias primas.

Nuestro país no se encuentra exento de esta situación. La política energética desarrollada por la Alianza Cambiemos desde fines del 2015 hasta la fecha, ha implicado fuertes Tarifazos que impactan vigorosamente en el sector PYME, comercial y en el poder adquisitivo de la clase trabajadora; incluyendo, además, la entrega de patrimonio de empresas estatales, el desfinanciamiento de sectores estratégicos como el nuclear, entre otras acciones que dejan entrever los intereses en cuestión.

Como Instituto de Energía Scalabrini Ortiz (IESO) comprometido con el desarrollo nacional se ha realizado un seguimiento sobre la política nuclear llevada a cabo en Argentina en los últimos años.

En el año 2006 el Gobierno de Néstor Kirchner relanzó el Plan Nuclear Argentino en el marco del Plan Energético Nacional (2004-2019) que si bien su objetivo principal era el de incrementar la oferta de suministro eléctrico del país, diversificando la matriz pertinente; se contemplaron otros ejes de acción tales como: la aplicación de la tecnología nuclear a la salud pública, al agro y a la industria nacional y la investigación y el desarrollo científico; con el fin último o primordial de colocar a la Argentina entre las naciones líderes en materia de desarrollo de tecnología nuclear y su aplicación con

fines pacíficos.

Ahora bien, el inminente congelamiento/parálisis que está sufriendo, nuevamente, trae consecuencias no solo para los actores propios de la industria nuclear nacional, sino que también tiene su correlato en sectores periféricos vinculados y en la región latinoamericana.

En primer lugar, podemos mencionar el impacto que trae aparejado, sobre el trabajo argentino la postergación/cancelación de Atucha III y IV, ya que las centrales nucleares emplean una persona por mega watt instalado en forma directa y genera miles de puestos de trabajo en forma indirecta. La industria nuclear es definida como una industria industrializante, por lo tanto, al desactivar los nuevos proyectos del sector indirectamente se desactiva el entramado industrial que convive alrededor de estos desarrollos. Ejemplo de ello, es el proceso que vivió nuestro país con la reactivación de la construcción de Atucha II, donde se recuperaron las capacidades nacionales, como recursos humanos, infraestructura, contratistas y proveedores, para el diseño y construcción de centrales nucleares.

Asimismo, las políticas de ajuste y desactivación no hacen más que fomentar el éxodo de aquellos jóvenes especializados y formados hacia países donde la industria nuclear se desarrolla fuertemente, perdiendo de esta manera recursos humanos altamente capacitados.

En segundo lugar, la decisión de “CAMBIEMOS” en desactivar la construcción de nuevas centrales nucleares de potencia, impacta directamente en el medio ambiente, porque deberá cubrirse la generación nucleoelectrica proyectada-sin emisión de gases de efecto invernadero- con generación térmica a base de gas, ya que las energías renovables no convencionales (eólica y solar) no son capaces de sustituir la potencia firme de las centrales nucleares por ser intermitentes. En consecuencia, aumentará la importación de gas para producción de energía eléctrica.

En relación al punto anterior, la misma decisión conlleva a impactos en la composición de la matriz energética nacional que a la fecha está compuesta por: 61% fósiles; 33% hidráulica; 5% nuclear; 1% solar, eólica, biomasa y geotérmica. La generación nucleoelectrica representa hoy un poco menos del 6% de la generación de electricidad en el país, y se esperaba que la construcción de la Cuarta y la Quinta Central llevará este porcentaje a un valor más aproximado al promedio mundial, que es el 10%.

Por último, Argentina, junto a Brasil, es líder en materia de políticas y desarrollos nucleares en América Latina. Su contribución y cooperación con los demás países de la región en materia de formación de recursos humanos, en proveer reactores de investigación, radioisótopos de uso medicinal, industrial y agropecuario y demás asesoramiento, ha sido y es sumamente relevante. Asimismo, su continuidad por más de 60 años lo ha convertido en un actor preponderante en el sector nuclear a nivel mundial, participando con un alto protagonismo en todos los foros nucleares. Por lo que cabría preguntarse qué impactos puede ocasionar en la región y en el mundo la paralización del plan nuclear nacional.

.....

*** Mauro Rodolfo Espósito**

Instituto de Energía Scalabrini Ortiz - IESO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

*** Nicolás Alejandro Malinovsky**

Instituto de Energía Scalabrini Ortiz - IESO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

GOVERNMENTALITY IN THE CITIES INTELLIGENT, COMPARATIVE STUDY OF THE CASES OF BOGOTÁ AND MEDELLÍN

*Danghelly Giovanna Zúñiga Reyes

En el siglo XXI se ha llevado a cabo un incremento del mundo urbanizado, según la ONU “las ciudades ocupan solo el 3% de la superficie terrestre, representan entre un 60% y un 80% del consumo de energía y el 75% de las emisiones de carbono” (s.f.), se espera que para el 2050 el 70% de la población viva en una ciudad (IBM, 2009) lo que implicará nuevos desafíos a las ciudades y las megaciudades como la gestión de la ciudad y la respuesta a las demandas de la población enmarcados en un panorama de mayor interdependencia de la población así como del Estado y la empresa privada.

En cuanto a la gestión de la ciudad se pueden identificar, sin agotarlos, problemas como el control del gasto, la administración de recursos escasos, movilización de la población e infraestructura, la implementación de Internet de las Cosas y el acceso a los Grandes Datos en las poblaciones en las Ciudades Inteligentes. En cuanto a las demandas de la población se pueden identificar algunas, sin agotarlas, como la pureza del aire, sistema de salud que responda a las demandas de protección al detrimento y envejecimiento de la población, el acceso de la población de forma libre a la información y datos recolectados por el sector público y privado por la interacción con los objetos en las ciudades inteligentes.

Tanto Internet de las Cosas como los Grandes Datos se configuran como dispositivos de gobernanza para las Ciudades Inteligentes con unas tecnologías de gobierno que contribuyen a la construcción de nuevos procesos de subjetivación. Pero lo que se da de manera “casi automática” en la expansión del capitalismo avanzado, como fruto de la globalización, en las sociedades menos avanzadas particularmente de América Latina, Asia y África, se presenta como un nuevo discurso del desarrollo, como un imperativo económico y político, que debe cumplirse a la mayor brevedad, y que puede suplir las inconclusas tareas pendientes de la modernización. Lo que para el centro sería la consecuencia natural de su consolidación económica y política, para la periferia se enuncia discursivamente como sustituto funcional de los mecanismos y procesos de lo que fue la modernización en el centro.

En sociedades más vulnerables, donde todavía están pendientes tareas de modernización y de inclusión los desafíos parecen extraordinarios. Si bien la expansión de la intercomunicación parece posible, deseable y urgente, también amenaza con aumentar la segregación y ahondar las asimetrías sociales, económicas, culturales y políticas.

Recordemos que en la red, los sujetos pueden ser observados sin que lo sepan; ella se convierte en un dispositivo panóptico que observa al principal productor de

información: sus propios usuarios. En la red el acatamiento o la rebeldía de un individuo hacia las normas pueden ser seguidos casi en tiempo real. En el mundo contemporáneo se va dando una descorporización del individuo, pues ya no es el cuerpo el que puede y debe ser sometido, sino también su fuerza productiva virtual. Debe ser contralada la forma en la cual el individuo descorporizado actúa y esto se evidencia en el estudio de lo que conocemos como Internet de las Cosas (de ahora en adelante IoT por su sigla en inglés, Internet of Things). Se excluyen de esta definición los PCs, las tabletas y los teléfonos inteligentes. La interconexión digital de los objetos cotidianos a la red, que tienen a su vez mecanismos de identificación, le permitirían al usuario en su lugar de residencia saber desde su ubicación, cuánta energía consume, y cuándo debe ser enviado a mantenimiento y reparación. Pero esa misma información la podría tener el Estado o el administrador del servicio de internet. El poder es ciego (porque sabe mucho) pero el control de la información y de las acciones posibles de los individuos en la red le ayuda en la sistematización del conocimiento para que así pueda entender la realidad y actuar sobre ella.

Se calcula que todo ser humano en el mundo urbano está rodeado por un número de objetos que oscila de 1000 a 5000. De esta forma las ciudades mismas, como soporte físico de esta interacción, deberán estar interconectadas y pasarán a ser “ciudades inteligentes”. De acuerdo con la consultora Gartner se espera que para el 2017 haya 1.000 millones de equipos Internet de las Cosas para casas inteligentes (TyN, 2015). Según Gartner la Internet de las Cosas crecerá a 26 millones de unidades instaladas en 2020, lo que representa un aumento de casi 30 veces los 0,9 millones de 2009, expectativa que cubre a todos los países del mundo, aunque de manera diferenciada en velocidad de implementación, cantidad de usuarios y conexión de servicios y plataformas

Pero de manera general, tenemos un primer nivel de interacción en el que el individuo es el que produce la información, la tiene almacenada en un hardware que él controla (disco duro). En este nivel el individuo interactúa con otros individuos y con cosas. La interacción con otros individuos de alguna manera queda registrada en las redes sociales, sin embargo no queda registrada la interacción con las cosas. El segundo nivel de la interacción en el que el individuo produciría información sería en un sistema que estuviera conectado con las cosas, que recolectara la información que el individuo brinda sobre cómo y cuándo las usa, lo que permitiría una relación más eficiente con las cosas en un contexto físico determinado, en un territorio, que en el caso de este estudio serán las Ciudades Inteligentes (Smart Cities).

Toda esta relación produce información que se cristaliza en lo que hoy se denomina “Grandes Datos” (Big Data) también llamado “Datos Masivos” o “Datos a Gran Escala”. Los Grandes Datos cobijan la recolección, el almacenamiento, la búsqueda, la compartición, el análisis y la visualización de grandes cantidades de datos y los procedimientos para analizarlos y encontrar patrones en ellos. En el análisis se incluye la creación de informes estadísticos y de modelos predictivos, lo que puede ser usado a gran escala desde la predicción de la dispersión de una enfermedad infecciosa como el seguimiento al comportamiento de una persona. El conjunto de datos crece rápidamente desde los 80’s. La capacidad tecnológica mundial per-cápita para almacenar datos se dobla aproximadamente cada cuarenta meses desde los años ochenta (Hilbert y Lopez, 2011).

Así, pues, llegamos a un segundo hiato (que es también punto de partida): los Grandes

Datos participan activamente en la construcción social de la gubernamentalidad. En el marco de la inclusión de Internet de las Cosas en general y Grandes Datos, en particular, como mecanismos que contribuyen a que se dé el permanente ajuste de la sociedad civil en las Ciudades Inteligentes en el Siglo XXI, se prevé una transformación de la gubernamentalidad. Ya no se da la organización del poder en espacios de ciudad y campo claramente determinados desde el XVI por el Estado, la actividad económica y sus parámetros. En el Siglo XXI entran a jugar un papel importante en la creación e implementación de las ciudades inteligentes, -además del Estado, la actividad económica y sus parámetros-, las organizaciones de distinto carácter como las intergubernamentales, no gubernamentales y la empresa privada.

La información que surja de la interacción del individuo con las cosas en su entorno entrará a jugar un papel importante en el escenario del poder al tener dos funciones, una como legitimadora y otra como controladora y vigilante. La verdad que emana de los Grandes Datos será el resultado de la conjunción de distintos mecanismos de verdad que, al conjugarse construyen la idea de verdad social, lo que en términos políticos significa que hay continuidad en el poder. Tanto en IoT como en los Grandes Datos se vinculan las diadas saber-poder y saber y poder. El desarrollo tecnológico llevará a una especialización para constituir ese nuevo mecanismo que le permitirá a la gubernamentalidad ser más eficiente en su acción de gobierno, y así se transformarán los procesos de subjetivación.

En esta ponencia se explora esta discusión tomando como ejercicio empírico los proyectos piloto en Colombia en el campo de las ciudades inteligentes Bogotá y Medellín alrededor de dos preguntas centrales ¿cuáles dinámicas de poder y regulación implican las iniciativas contemporáneas de ciudades inteligentes en Bogotá y Medellín? Y ¿cómo intervienen las tecnologías inteligentes de información en el gobierno de la vida cotidiana de los ciudadanos en estas dos ciudades? A través del análisis de las preguntas en tres ejes, el primero es de referencialidad en el cual se evidenciará la forma en la cual se relaciona el “gobierno a través del código” con su objeto referente (en este caso los ciudadanos). El segundo eje es la normatividad que será identificada a través de los ejercicios de normalización y la implementación de nuevas normas de comportamiento social en la ciudad y el tercero es el espacial en el cual se ubican los territorios de las dos ciudades estudiadas. Todo esto con dos planos de análisis transversales a los ejes, los aparatos de disciplina y los aparatos de seguridad.

Referencias

IBM Global Business Services (2009) A Vision of Smarter Cities: How Cities Can Lead the Way into a Prosperous and Sustainable Future. Recuperado de http://www-935.ibm.com/services/us/gbs/bus/pdf/ibm_podcast_smarter_cities.pdf
TyN. Internet of Things. “Las ciudades inteligentes utilizarán 9.700 millones de objetos conectados para 2020” 17/07/2015 recuperado: mayo 23/2016
<http://www.tyniot.com/las-ciudades-inteligentes-utilizaran-9-700-millones-de-objetos-conectados-para-2020/>

Hilbert, M y López, P. (2011), "The World's Technological Capacity to Store, Communicate, and Compute Information", Science (journal), 332(6025), 60-65;

.....

*** Danghelly Giovanna Zúñiga Reyes**

Escuela de Ciencias Humanas. Escuela de Ciencias Humanas. Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario - ECH/UR. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

HACIA UNA ECOLOGÍA POLÍTICA CRÍTICA DE LA CADENA DE PRODUCCIÓN DEL LITIO EN ARGENTINA

*Melisa Escosteguy

A lo largo de los últimos años se ha comenzado a desarrollar una transición que intenta dejar atrás la dependencia de la economía en los combustibles fósiles y dar lugar a “economías verdes” basadas en fuentes renovables de energía o de carbono cero. Por su potencial para el almacenamiento energético, el litio es presentado como un elemento clave para esta etapa. La creciente utilización de baterías Ion-litio en la fabricación de dispositivos electrónicos y vehículos eléctricos generó que la demanda mundial de este metal y su precio se incrementaran significativamente.

Si bien el litio puede ser encontrado en la naturaleza de diversas maneras, el 80% de los recursos mundiales se localizan en la región Puna de Argentina Bolivia y Chile, en el denominado “ABC del litio” o “Triángulo del litio”. En Argentina, particularmente, convergen ventajas específicas para su extracción, tales como: (a) la cantidad, concentración y pureza de dicho metal; (b) la infraestructura existente en el lugar (rutas, ferrocarriles, gasoductos); (c) la disponibilidad de mano de obra barata; y (d) la existencia de marcos legales, económicos y políticos flexibles que permiten el desarrollo de la actividad minera en general. Actualmente Argentina es el tercer productor de litio a nivel mundial y se estima que la producción ascenderá en los próximos años dado que existen en el país alrededor de 60 proyectos en etapa de prospección y exploración.

En la cadena de producción y comercialización del litio intervienen distintos actores que poseen posiciones, intereses y perspectivas sociales diferentes. Algunos autores identificaron tres grandes corrientes o posturas. La postura liberal o extractivista parte de entender al litio como materia prima, fomenta la inversión extranjera en el sector y la exportación de dicho metal con un bajo o nulo grado de procesamiento. Quienes se posicionan a favor de un desarrollo nacional proponen al litio como un recurso estratégico y consideran que la producción debe fomentar el desarrollo industrial y tecnológico local orientándose hacia un agregado de valor. La postura crítica entiende al litio como un bien común y denuncia que el denominado “consenso de los commodities” agudizó la dependencia de los países del sur a las dinámicas del mercado mundial.

En algunas ocasiones, distintos actores entraron en tensión generando “conflictos socio-ambientales”. En la Puna Argentina, por ejemplo, ocurrieron algunos conflictos entre comunidades locales y proyectos de extracción de litio. Entre ellos se destacan los conflictos sucedidos en la Cuenca de Salinas Grandes y Laguna Guayatayoc, y en el Salar de Olaroz. En el primer caso, treinta y tres comunidades de la zona se organizaron mostrando la preocupación por la continuidad de sus prácticas ancestrales, dado que en el salar obtienen su sustento material (mediante el trabajo en cooperativas salineras) y despliegan su identidad cultural. Presentaron un

documento donde establecen un procedimiento de consulta previa, libre e informada, exigiendo que sea obligatorio y vinculante. En el Salar de Olaroz, en cambio, distintas comunidades conformaron el Colectivo Apacheta reclamando su participación en las ganancias de las empresas y en el control impositivo y ambiental para así garantizar que la producción de litio no atente contra su supervivencia física y cultural.

En qué medida estos actores en conflicto pueden ser enmarcados en alguna de las tres posturas mencionadas anteriormente es tema de debate. En cualquier caso, una tipología de actores y perspectivas sociales puede ser útil para entender en profundidad la cadena de producción y comercialización del litio. Para ello, se propondrá abordar dicha cadena de producción desde el enfoque de la “ecología política crítica”, incorporando en el análisis las dimensiones ambiental, política y cultural.

La “ecología política” indaga las relaciones de poder generadas en la interfaz entre cuestiones ambientales y sociales, es decir, en torno al acceso, uso, usufructo y apropiación de los recursos naturales. Indagando la dialéctica constante del cambio entre la sociedad y el ambiente, a la vez que entre los grupos dentro de la misma sociedad la “ecología política” toma en cuenta cómo los factores ecológicos impactan en las instituciones y viceversa. Plantea que la naturaleza tiene sus propios ciclos y características que imponen límites a la actividad humana, los cuales pueden ser superados parcialmente mediante nuevas técnicas y arreglos sociales. En estos casos, la naturaleza reacciona a la actividad humana. Este enfoque busca combinar el aporte de las ciencias ambientales con el de las ciencias sociales proponiendo que el conocimiento de las complejidades biofísicas es esencial para estudiar los muy reales, aunque social y políticamente mediados, problemas ambientales actuales.

Una “ecología política crítica”, que se aleje de las visiones neutrales y apolíticas de la ecología, debe combinar la faceta descriptiva y la faceta prescriptiva. La faceta descriptiva incluye rigurosos diagnósticos y análisis biofísicos y sociales que permiten visibilizar y entender los aspectos históricos y políticos de la interacción sociedad-ambiente; incluye un programa sistemático de recopilación de información. La faceta prescriptiva procesa esa información a través del filtro de las perspectivas, expectativas y posibilidades de los actores relevantes para traducirla en estrategias realistas de cambio social y ambiental; está orientada a informar y guiar la toma de decisiones. Ambas facetas deben fundirse en un marco conceptual teórico-práctico que permita analizar las especificidades y complejidades locales sin perder de vista el carácter multiescalar y de largo plazo de los problemas y “conflictos socio-ambientales”. Sólo un adecuado balance entre las dos facetas puede otorgar a la ecología política el potencial explicativo y transformador que se le atribuye. De esta forma, la “ecología política” no sólo permitirá estudiar la gobernanza del litio, es decir, los procesos formales e informales de toma de decisiones en torno a los problemas colectivos que genera en una comunidad y un territorio determinado, sino también aportar a una gobernanza más sustentable de la cadena.

Partiendo de esta premisa, el objetivo de este trabajo es brindar una propuesta metodológica que desde el enfoque de la “ecología política crítica” permita promover mecanismos más participativos que incorporen en la toma de decisiones los intereses sociales y económicos de todos los actores implicados en la cadena de producción y comercialización del litio. Para ello proponemos combinar el Análisis de Redes Sociales con la Metodología Q, pudiendo así estudiar en profundidad las relaciones entre

actores y sus puntos de vista.

Nuestra propuesta metodológica involucra tres etapas: (1) la identificación de actores claves; (2) el análisis de las relaciones que se establecen entre ellos; y (3) un estudio de las perspectivas sociales que guían su acción. La identificación de los actores claves en la cadena de producción y comercialización del litio se realizará en base a la observación participante y a la lectura de informes oficiales, de informes técnicos realizados por las compañías intervinientes y de artículos periodísticos. Luego, para indagar las relaciones que se establecen entre actores se propone la utilización del Análisis de Redes Sociales (ARS). Este método ha cobrado gran importancia en el estudio de la gobernanza de recursos naturales ya que permite entender, desde un enfoque relacional, complejos patrones de interacción. Por la utilización de algoritmos para analizar las relaciones sociales hay quienes postulan que el ARS es una metodología estrictamente cuantitativa, no obstante, aquí se sostiene que para profundizar en los fenómenos sociales y sus dinámicas debe combinarse con técnicas cualitativas como las entrevistas y la observación participante. En este punto, el énfasis estará puesto en las relaciones de poder que se establecen entre los distintos actores. Finalmente, para caracterizar la perspectiva social de los actores intervinientes se utilizará la metodología Q. La Metodología Q es un conjunto de principios psicométricos y operacionales combinados con aplicaciones estadísticas especializadas que permiten un análisis sistemático y riguroso de la subjetividad humana. Esta metodología permite estudiar los puntos de vista de una persona y conocer en profundidad su opinión sobre determinados temas, sus creencias, sus valores y sus actitudes. Esta metodología fue desarrollada y utilizada por psicólogos pero se la aplica cada vez más en estudios sociales y socio-ambientales.

Un estudio en torno a esta temática abordado desde la antropología y utilizando la metodología propuesta se vuelve sumamente relevante en tanto que nos permitirá profundizar en los distintos puntos de vista e intereses de cada uno de los actores intervinientes, mostrando de qué manera la naturaleza es significada y apropiada a partir del valor cultural, político, social y económico que se le otorga localizadamente. La hipótesis que sustenta este trabajo es que las relaciones de poder entre los distintos actores de la cadena de producción y comercialización del litio a nivel global, nacional y local, derivan en impactos socio-ambientales diferenciados para cada uno de ellos, afectando los procesos de gobernanza y sustentabilidad local, y generando “conflictos socio-ambientales”.

.....

* Melisa Escosteguy

Instituto de Investigaciones en Energía No Convencional INENCO. Salta, Argentina

Resumen de ponencia

IMPACTO SOCIAL DE LOS VIDEOJUEGOS DE REALIDAD AUMENTADA EN ADOLESCENTES Y ADULTOS JÓVENES EN SAN LUIS POTOSÍ, S.L.P. CASO DE ESTUDIO: POKÉMON GO.

*Claudia Viviana Zamudio Lazarín

El desarrollo de videojuegos ha sufrido un creciente progreso tecnológico, proporcionando experiencias dinámicas e interactivas que, aunque parte de la premisa de aportar un bien, ha repercutido tajantemente en la constitución y desarrollo de la sociedad. Es así como, hablar de videojuegos resulta vital para la humanidad por las afectaciones económicas, sociales o políticas que su uso origina; es necesario mostrar un escenario de conductas, valores y repercusiones en las relaciones del jugador y quienes le rodean.

La realidad aumentada, tecnología de reciente aplicación en este ámbito, consiste en la fusión de un entorno existente con elementos virtuales para la creación de un ambiente mixto en tiempo real, para ello, es necesaria la integración de tres artefactos tecnológicos: un dispositivo con patrón de disparo y geolocalización que capture la realidad material, un sistema procesador de datos que añada información virtual e interacción con internet. Así, casi inmediatamente, el nuevo ambiente es mostrado en el dispositivo del usuario para su inmersión en él.

Esta técnica fue explotada por la empresa "Niantic, Inc." para el desarrollo del videojuego de aventura "Pokémon GO". Mismo que, junto con otros productos de la misma marca, constituirían un refuerzo en la interacción social, el compañerismo, la deportividad y el respeto. En aras de lograr dicha finalidad, el usuario debía escoger un equipo que, una vez reunido físicamente, le permitiese generar estrategias de captura de pokemons y, conquista y conservación de gimnasios. Ambas acciones con la pretensión de fomentar el trabajo en equipo y al mismo tiempo, promover la generación de nuevas relaciones sociales.

La hipótesis que se presenta en esta ponencia sostiene que "Pokémon Go", al menos en sus primeras etapas y pese a sus objetivos unificadores, constituyó una complicación en la constitución y preservación de las relaciones interpersonales del sujeto, aislándolo del entorno social y favoreciendo nuevos vínculos superfluos y limitados, útiles únicamente con el fin de escalar niveles en el juego. Propició el aislamiento del individuo con respecto a otros usuarios y aún más con quienes no pertenecían al círculo social prevaleciente de la dinámica recreativa.

Es entonces, que el objetivo principal de esta investigación reside en describir el comportamiento de los adolescentes y adultos jóvenes como usuarios del videojuego de realidad aumentada "Pokémon Go" en San Luis Potosí, S.L.P. hasta la actualización 0.51.00 para Android y 1.21.0 para iOS (diciembre 2016); exponer las afecciones en las relaciones interpersonales del jugador con respecto a sus núcleos sociales principales:

familia, amigos y relaciones amorosas. Además de revelar lo insustancial y somero de las nuevas relaciones generadas por el uso del juego.

A partir de la realización de encuestas aplicadas a jugadores en redes sociales se determinó que: 1) la pertenencia del jugador a grupos en redes sociales supone un factor decisivo y fortalecedor en la comunicación e interacción con otros usuarios, 2) la mayoría de los jugadores prefieren jugar individualmente, pero reconocen la necesidad de interactuar con otros para lograr sus objetivos, 3) una minoría de usuarios muestra interés en la preservación de las nuevas relaciones generadas a partir del compartir experiencias de juego con otros, y 4) otro problema asociado al uso de “Pokémon Go” en los adolescentes se encuentra en el ámbito académico; los usuarios en esta categoría reportan un menor interés y preocupación por desarrollarse en dicha área.

Aunado a lo anterior, el fenómeno mostró especificidades en adolescentes y adultos jóvenes; a pesar de que ambos presentaron dificultades para interactuar con otros usuarios, generar y mantener nuevas relaciones interpersonales, el adulto joven evidenció interés en utilizar el juego como medio afín para el fortalecimiento de las relaciones con sus familiares, efecto que no se observa en el jugador joven. Además, el adulto temprano manifestó preocupación por el aspecto económico, reflejado en el consumo de datos y el mantenimiento de su equipo telefónico.

Las implicaciones que “Pokémon Go” ha causado en el mundo, América Latina y México han sido tan diversas como el contexto social en el que se desarrolla, motivo por el cual “Niantic, Inc” se ha visto forzado a realizar múltiples ajustes y actualizaciones que aseguren el éxito de las ambiciosas, y aparentemente bondadosas, metas del juego y de la compañía: “El espíritu de equipo es el que da a muchas empresas una ventaja sobre sus competidores.” George Clements.

.....

* Claudia Viviana Zamudio Lazarín

Departamento de Ciencias Sociales y Políticas. Universidad Iberoamericana - DCSyP/UIA. México, México

Resumen de ponencia

LA INNOVACIÓN EN LA GESTIÓN Y LA PLANEACIÓN TERRITORIAL MUNICIPAL EN COLOMBIA. LA PERSPECTIVA DEL CAMBIO CULTURAL EN CONTEXTOS DE POSTCONFLICTO.

*Guadalupe Nieto Montoya

Resumen ponencia argentina- CLACSO.

La innovación en la gestión y la planeación territorial municipal en Colombia. La perspectiva del cambio cultural en contextos de postconflicto.

Palabras claves: Gestión, Planeación, cultura, innovación, postconflicto, territorio.

Área temática número 35: Transformaciones tecnológicas, innovación y desarrollo sustentable.

Presentada por: JAIME MEJIA GUTIERREZ, Profesor. Investigador de planta Escuela Superior de Administración Pública (ESAP).

Claudia Jurado Alvarán Profeora-Investigadora ESAP

Guadalupe Nieto Montoya Investigadora Junior ESAP.

Resumen

Las opciones de la planeación territorial y la gestión de un desarrollo tecnológico, innovativo y sustentable requieren de una investigación rigurosa desde instituciones, marcos legales, sistemas de participación política y democrática, así como desde los actores de estos diferentes escenarios. La previsión de la sostenibilidad en tiempos de cambio climático, desigualdad de ingresos y términos comerciales entre los países, junto con la desigualdad regional y de oportunidades, y el esquema diferencial de potencialidades a nivel territorial, son aspectos que señalan retos como la necesidad de formular recomendaciones y acciones, que nos liberen de los modelos de desarrollo imperantes, que han venido en las últimas décadas evidenciando sus fracasos, cuando se trata de plantear solución de fondo a los problemas y al aprovechamiento de la potencialidades regionales de Colombia y Latinoamérica. Este panorama exige abordar el tema del ordenamiento territorial desde una perspectiva incluyente de género, vinculada a la promoción de posibilidades de materialización de los derechos económicos, ambientales, políticos, sociales y culturales. Con relación a los derechos ambientales constitucionales democráticos, demandan de una Colombia que promueva la participación activa de los ciudadanos y las comunidades, en la definición de los proyectos atinentes a los servicios públicos asociados con la producción agropecuaria e industrial, los servicios ambientales, la seguridad, la educación, la salud y la vivienda, deben vincular un concepto de actos civilizatorios, que involucren el cambio de perspectiva cultural tanto individual como colectiva.

La búsqueda de estas nuevas dinámicas territoriales aclama diferenciación de políticas

públicas asociadas con los derechos de niños, niñas, adolescentes, mujeres, hombres, etnias, comunidades campesinas, vecindarios urbanos y en si de grupos minoritarios, en la actualidad deben contener la impronta de la búsqueda de la ruralización de la ciudad y la urbanización del campo con un enfoque de sustentabilidad, y valoración del respeto armónico de las acciones humanas, la naturaleza y el ambiente. En una óptica completaría y libertaria, este trabajo plantea las pedagogías de compromiso de cambio, donde el camino inicial es el de nosotros mismos, el de la valoración de las espiritualidades ancestrales indígenas, los aportes de la vida rural campesina mestiza, las expresiones populares de las barriadas urbanas, este conjunto de expresiones sociales contribuyen a la formación de la república y la nación. El mandato de esta ponencia es fomentar la reflexión cultural, intelectual y espiritual, en el marco del estudio de los dos casos municipales de ordenamiento territorial abordados: Belalcazar y Viterbo del departamento de Caldas-Colombia-. Por lo tanto, es necesario leer los textos y las realidades, hacer las traducciones en las ecologías de los imaginarios y la experiencia social, debatir las normas y los proyectos, escuchar las alternativas y opciones, la simbiosis de escuelas y métodos, que partan de considerar al otro como interlocutor válido. Esto permite una vía de danza espiritual de ritmo: sin prisa pero sin pausa, convencida de que otros mundos son posibles. Al pienso, luego existo de Descartes, algunos filósofos africanos opinan danzo, luego existo, es decir, la noción del ritmo, de ritmos de vida propios del Eje Cafetero Colombiano, que pudieran ser promotores de vida, si no se les opusieran la competitividad, la globalización y la exclusión. Una noción de esperanza esta en la recuperación de la memoria y la verdad en los tiempos de postconflicto de Colombia. Lo que fuimos indica potencialidades desde las cuales podemos, sublimar espiritualidades, liberarnos, volver a ser nosotros mismos, para empezar la reparación como víctimas que somos todos de la discriminación, requieren de mayores oportunidades de desarrollo sustentable y esencialmente humanas.

Palabras claves: Gestión, Planeación, Cultura, Sustentable, Postconflicto, Territorio.,

.....

*** Guadalupe Nieto Montoya**

Facultad de Investigaciones. Escuela Superior de Administración Pública - FI/ESAP. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

LA INNOVACIÓN SOCIAL A PARTIR DEL PENSAMIENTO COMPLEJO: INTERACCIONES A NIVEL INTERNACIONAL Y LOCAL

*Jhonatan Alexander Moreno Delacruz

El uso del concepto de innovación social ha aumentado en las últimas décadas relacionado a la puesta en marcha de soluciones alternativas a problemas sociales, sin embargo, presenta múltiples debates en torno a su acepción y aplicación, toda vez que aparece como un concepto ambiguo, en la medida que no existen acuerdos explícitos sobre el uso. Así, es asumido a partir de diferentes posturas, unas que están en la orilla más cercana a lo que se podría denominar innovación tradicional o productiva, asociada generalmente a los procesos de avance tecnológico y otra que apuesta netamente a objetivos sociales, esta última parece ganar mayores seguidores. Entre esas dos opciones, hay múltiples enfoques que tratan de dar respuesta a cuestionamientos de cómo se concibe y realiza un proceso de innovación social.

Además, la forma como los países dan respuestas a las necesidades y problemas sociales está mediada por la organización de las actividades económicas y la comprensión del desarrollo. En ese sentido, es importante dilucidar los elementos de interacción en esos contextos que dan cuenta de las soluciones emergentes, de tal suerte que esta investigación se pregunta por ¿Cuáles son las diversas interrelaciones existentes entre los procesos de innovación social y los modelos económicos a nivel internacional y local? Que a su vez pueden desagregarse en tres cuestiones relacionadas ¿Qué características de innovación social son propias en modelos económicos de mercado y alternativos? ¿Cuál es la influencia mutua entre innovación social y modelos económicos? ¿Cómo se evidencian esas interrelaciones a nivel local?

Entretanto, este estudio exploratorio, descriptivo y flexible, acepta un relacionamiento del conocimiento de la innovación social y los modelos económicos como conjuntamente entrelazados y bajo una profunda incertidumbre en medio de ciertas certezas, que operan bajo principios comportamentales de las relaciones producidas a distintos niveles, a saber, dialógica, recursión y auto-organización, dichos principios del pensamiento complejo se asumen como los tres momentos metodológicos de la investigación.

Esta forma de abordar el proceso investigativo permite un acercamiento a las complejas realidades sociales y la diversidad de perspectivas a nivel internacional en países de modelo económico de mercado como Reino Unido y Canadá, países de modelo económico alternativo en razón de las políticas económicas y sociales implementadas como en Brasil y Bolivia, también a nivel local en el Departamento del Cauca - Colombia.

Como resultado de esta propuesta se identifica una nueva forma de interpretar la innovación social en el marco de contextos particulares a nivel nacional y local asociados a modelos económicos de orden diverso, a través de la denominada matriz compleja de innovación social - MACIS, que relaciona distintos enfoques de comprensión de la innovación social, en el entendido que los actores específicos que promueven estas prácticas consolidan la unidad básica o enfoque característico en cada sociedad en la interacción con el entorno.

Al tiempo que se identifica la innovación social como un proceso cíclico de resiliencia adaptado de la ecología, producto de la interacción mutua entre innovación social y el modelo económico, que se ve reflejado en el bucle recursivo de cada contexto, es decir, el ciclo operante a cada nivel. Este ciclo tiene cuatro fases, liberación/lanzamiento, reorganización/exploración, explotación/crecimiento y conservación/madurez, que operan de forma continua e incluso simultáneamente a diversos grados.

Dichos resultados dan cuenta de una propuesta de diseño para la interpretación de propuestas diversas que entienden la innovación social como un proceso de disonancia, es decir, diseñar lo social con base en los sueños, poniendo en contacto a múltiples actores con reglas sutiles de participación y relacionamiento basado en la confianza, capaces de indicar un camino, crear nuevos significados y oportunidades para una apuesta de transformación social.

.....

*** Jhonatan Alexander Moreno Delacruz**

Facultad de Ciencias Humanas y Sociales. Universidad del Cauca - FCHyS/UNICAUCA. Popayán (Cauca), Colombia

Resumen de ponencia

LAS DEMOCRACIAS EN SU NUEVO ENTORNO, CRISIS DE REPRESENTACIÓN POLÍTICA Y FORMAS COMPLEMENTARIAS DE PARTICIPACIÓN POLÍTICA. EL CASO DE LAS PETICIONES ELECTRÓNICAS.

*Julio César Gallegos Estrada

Objetivo General:

Evaluar el impacto de las peticiones electrónicas (e-petition) en la representación política y en el espacio público en México a la luz de la plataforma Change.org.

Resumen:

Somos testigos participantes de un cambio de época. La democracia representativa que se construyó en occidente durante los siglos XIX y XX a través un largo proceso, no es la misma que la que estamos viendo ya bien entrada la segunda década del siglo XXI, ni se enfrenta a los mismos retos.

El cambio social y político que podemos apreciar no es comprensible sin analizar los acelerados avances tecnológicos impulsados desde la informática y el desarrollo de la red internacional de telecomunicaciones (Internet) con sus respectivos impactos en todos los terrenos: educativo, cultural, productivo, económico, organizacional, político, etc. Democracia y espacio público son dos categorías en las que los mencionados cambios tecnoculturales han impactado de tal manera que se puede afirmar que no son más lo mismo.

La idea de la ponencia gira en torno a reflexionar sobre el estado actual del modelo de democracia representativa, y la relación que tiene la crisis de representación política con el surgimiento de una reciente modalidad de intervención en el espacio público a través de las plataformas de firma de peticiones electrónicas, ya que esta modalidad de la participación social ha ido tomando cierto protagonismo en el campo de la política. Conceptualmente el estudio considerará ideas tales como: espacio público híbrido, representación política, acción colectiva, posdemocracia, redes y plataformas sociales.

En general, aunque con sus respectivas diferencias en cada región y país, va en aumento una tendencia al rechazo, desconfianza e indignación hacia la clase política, hacia la política de partidos políticos, sindicatos, corporativos y grupos empresariales (Rosanvallón, 2007). Este es otro de los grandes cambios, los actores que poblaron el espacio público en el modelo moderno de representación están modificando su comportamiento y hasta su importancia: partidos, sindicatos y en ocasiones hasta el ciudadano están cambiando la manera en que interactúan en el juego político.

La tendencia que se aprecia desde finales del siglo XX y lo que va del XXI, es al apogeo de internet como espacio público en todo el sentido de la palabra, como arena política, como espacio en el que además del intercambio de mensajes y flujos de información, se presentan conexiones, conflictos y formas de acción colectiva que

buscan incidir en el espacio de la política.

Como claramente quedó de manifiesto con las olas de movilización que presenciamos en el año 2011 en diversos países, incluso los movimientos sociales del siglo XXI se apoyan en mayor grado de los recursos y posibilidades que abre internet para magnificar su impacto, además, plataformas como Change.org o Avaaz, por poner dos de los más importantes ejemplos de plataformas online que permiten movilizar a sectores de la sociedad desde la red para buscar la transformación política mediante la presión a autoridades o empresas a partir de recabar apoyo y firmas de ciudadanos, funcionan como actores que juegan en el espacio público, permitiendo en principio, que cualquiera pueda liderar o posicionar un tema en la opinión pública y tentativamente incidir en el sistema político.

Internet como extensión del espacio público ha permitido que una amplia cantidad de personas tengan acceso al proceso público de deliberación ya sea a través de sitios, blogs o bien a partir de la generación y/o difusión de contenidos políticos en plataformas sociales como YouTube, Twitter, Facebook, Periscope, Instagram, Change.org y otras más. Pese a que la llamada brecha digital sigue siendo un obstáculo para la construcción de un espacio público cosmopolita, es un hecho también, que cada vez es más relevante para las democracias el contenido, los recursos y las batallas políticas que se libran en Internet.

Estamos frente a la consolidación de una política postliberal, es decir, la ampliación del espacio de la política que tradicionalmente operaba bajo la fórmula participación = partidos políticos + procesos electorales, dicha fórmula se presenta hoy día como insuficiente para analizar nuestras democracias y da cuenta de la necesidad de una ampliación de la manera en que estudiamos a la política.

.....

*** Julio César Gallegos Estrada**

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México - FCPyS/UNAM. México D.F., México

Resumen de ponencia

LAS MONEDAS SOCIALES Y COMPLEMENTARIAS COMO INSTITUCIONES NECESARIAS PARA LA PROMOCIÓN DE **“OTRA ECONOMÍA”.**

*Ricardo Orzi

En la actualidad, el dinero se configura como una institución central en nuestras vidas. A partir del proceso de mercantilización creciente de nuestras economías -el cual continúa operando-, todas nuestras necesidades se satisfacen a través del sistema de compra-venta de mercado, intermediado por dinero. Hoy todo es mercancía, y por lo tanto compramos todo lo que consumimos. La moneda y el crédito se han vuelto imprescindibles para nuestro día a día.

Vivimos en una “sociedad de mercado”, como plantea Polanyi (1992, [1957]), donde tanto la moneda papel acuñada por los Bancos Centrales, como la moneda electrónica emitida a través de la creación secundaria de dinero por los bancos comerciales, son el medio necesario para adquirir los bienes que consumimos.

El dinero intermedia en nuestras transacciones y nos permite valorar las mercancías. A través de él, adquirimos bienes y servicios, pagamos nuestras deudas, atesoramos riqueza. Sin embargo, es una mercancía sobre la que no tenemos control, ya que son los Estados Nacionales -en el mejor de los casos- quienes deciden, cuánto dinero habrá en circulación cada día.

Sin embargo, hoy, el propio Estado se ha convertido en un control poco confiable de la emisión y la regulación del dinero bancario, como lo demuestran las últimas crisis provenientes de burbujas financieras, con las consecuentes crisis ciudadanas, de las cuales la iniciada en 2008 mantiene, hasta hoy, a países de la Unión Europea (España, Portugal, Grecia, etc.) en un estado de compromiso sistémico, que pone en cuestión al sistema financiero mundial y deja en jaque a grandes porciones de la población, las cuales perdieron sus empleos y están hipotecadas al punto de perder sus viviendas. El monopolio de la emisión y el control de la circulación de la moneda, ejercido hasta hoy por los Bancos Centrales, se ha mostrado desprovisto de herramientas para controlar estos excesos del sistema financiero concentrado y para asegurar la circulación monetaria en los sectores populares, allí donde la moneda siempre se torna escasa. Los controles de los bancos centrales han sido sobrepasados, por la creciente incertidumbre y volatilidad de las monedas y el crecimiento exorbitante de los mercados financieros.

Recordemos que la moneda oficial responde a los imperativos de su origen: Estados Nacionales que necesitaban afianzarse en un sistema capitalista que atravesaba sus primeras fases del desarrollo. Por lo tanto, es una moneda que reproduce los principios que estructuran el capitalismo: una moneda que promueve el paradigma del crecimiento permanente (en un mundo que hoy ya reconocemos como limitado), la prevalencia de la práctica de la competencia por sobre la cooperación, y el modelo de una sociedad compuesta por individuos que sólo buscan su satisfacción personal

(Lietaer, 2005).

En este contexto, vemos resurgir en Europa a las monedas complementarias y sociales, monedas creadas por una comunidad que ha decidido ejercer su poder ciudadano y generar un medio de cambio y de pago allí donde la moneda oficial resulta escasa, evitando que las crisis acaben con sus economías locales.

Ya en 2013, existían en Francia alrededor de 15 experiencias de monedas locales/complementarias/sociales y en España otras 25 (Orzi, 2013), en Grecia esta efervescencia de monedas ciudadanas se replicó a partir de la fuerte crisis y las imposiciones -siempre pro-cíclicas- de los organismos internacionales .

En la actualidad, intelectuales alternativos -especialistas en los temas financieros- recomiendan una salida para la crisis griega a partir de la creación de una moneda complementaria al Euro (el "euro-drachma) que le permita dinamizar su economía .

(Ver, Theret, Coutrot, Kalinowski, 15 de marzo del 2015,

http://www.liberation.fr/monde/2015/03/15/l-euro-drachme-ballon-d-oxygene-pour-la-grece_1221089).

Como en la Argentina del período 1998-2002, las monedas sociales tienen hoy en Europa un gran despliegue, y a través de este medio de circulación complementario, se evita que las finanzas locales entren en una crisis mayor y se incrementa el nivel de transacciones en economías ahogadas por el Euro.

Pero esta idea no es nueva. En el mundo y en la historia han existido un sinnúmero de sistemas de monedas locales que en períodos de crisis han actuado contra-cíclicamente y han permitido a comunidades locales organizadas, palear y hasta evitar que las crisis los desahuciaran.

En la mayoría de los casos, estas monedas ciudadanas han sido reabsorbidas -luego de la crisis- por los Bancos Centrales, los cuales retornan a ejercer su soberanía monetaria y el monopolio sobre la emisión de la moneda al final del período de recesión.

Pero algunas de estas experiencias han sobrevivido. Son prácticas que atraviesan con fortaleza las crisis y continúan su camino aun en épocas de auge, generando acciones micro-locales que construyen un entramado social les permiten seguir funcionando y creando sociedad.

Son experiencias que se sostienen en el paradigma del desarrollo local y desde lo local y los principios de "otra economía", sabiendo que sus acciones redundan más fuertemente en la actividad de sus territorios, que el esperado derrame inducido por las políticas gubernamentales a nivel nacional.

Coraggio entiende por 'otro desarrollo' a "la puesta en marcha de un proceso dinámico de ampliación de las capacidades locales de lograr la mejoría intergeneracional sostenida de la calidad de vida de todos los integrantes de una población, que incluye componentes económicos, sociales, culturales y políticos, sostenidos en la gestión participativa". Estos son planteados no como prerequisites para el desarrollo sino como el desarrollo mismo. Desarrollar lo local, en el contexto mundial actual, resulta en una 'formidable base de acción colectiva para avanzar hacia otro desarrollo de la sociedad', y para dar fuerza desde las bases a la política nacional, considerando la necesidad de prácticas más democráticas y participativas, así como la necesaria etapa de aprendizaje que requiere llevar adelante este nuevo modelo. (En Rofman y Villar, 2006).

¿Qué ha sucedido?

La creación de un sistema monetario local permite generar circulante allí donde no lo

hay, promueve un incremento del nivel de actividad en los territorios en los que circula, pero también genera ciudadanía, crea ciudadanos conscientes de que, a través de la creación y gestión de una moneda complementaria a la oficial, pueden incidir perceptiblemente en la realidad que les ha tocado vivir. Manejando su propio circulante, que incorpora sus propios valores, pueden resolver situaciones del día a día, así como contribuir al desarrollo de sus comunidades y asistir a la población local más necesitada.

En este sentido, el potencial pedagógico y emancipador de la creación de moneda social, así como sus resultados en términos de desarrollo local permiten pensarla como un importante instrumento de creación de ciudadanía, en búsqueda de una nueva política, para una nueva economía .

“Construir otra economía, otros mercados, otros sistemas de redistribución, otros estilos de reproducción, es, a la vez, construir otra sociedad y otra cultura, otra subjetividad. Por lo que la fórmula de Polanyi no puede aplicarse re-encajando la economía en esta misma sociedad excluyente, individualista, competitiva, posesiva de mercado. Ni esa tarea puede ser cumplida por esta política vaciada de sustancia. El papel de la política no es, entonces, meramente diseñar y gestionar buenas políticas sociales, más coherentes y exactas, más eficientes e inteligentes, menos reactivas y sectorialistas, ni meramente retirarse junto con el estado y pasar recursos a la gestión de un mercado de entidades intermediadoras. Su papel es pugnar por transformar la economía, la sociedad y la política, construyendo un nuevo poder social. En esto último vamos a concentrarnos” (Coraggio, 2009).

El objetivo de la ponencia es valorar los avances que han tenido las monedas complementarias y sociales en Argentina y en el mundo en las últimas décadas, entendidas como tecnologías que permiten a partir de una mejor circulación monetaria, facilitar el desarrollo de los emprendimientos de los sectores populares, habilitando el intercambio allí donde falta la moneda oficial, y generando un incremento de la actividad económica local. Paralelamente, se desarrolla una ciudadanía más plena, a partir de la creación de autonomía y solidaridad entre los integrantes de la comunidad de la que forman parte, así como de los emprendimientos asociados, y se rompe con el monopolio en la emisión de moneda creado por los estados nacionales en la modernidad. En este sentido, se conforma como una herramienta para el desarrollo local sustentable, en el sentido de la Carta de la Tierra (<http://cartadelatierra.org/descubre/la-carta-de-la-tierra/>).

.....

* Ricardo Orzi

Instituto del Conurbano. Universidad Nacional de General Sarmiento - ICO/UNGS. Los Polvorines, Malvinas Argentinas, Argentina

Resumen de ponencia

LOS CHICLEROS DE LA SELVA MAYA. SUSTENTABILIDAD Y CONFIGURACIÓN.

*Ángel José Martínez Salinas

El “Consortio Chiclero Chicza” es una organización cooperativa que produce la única goma de mascar biodegradable; y surge precisamente de articulaciones sociales, ambientales y económicas producidas en la difícil década de los noventa -“década perdida” - bajo el esquema de comercio justo y con formas de producción en condiciones que coadyuvan a la sustentabilidad.

El proceso de producción tiene diferentes etapas con diferentes actores. En la primera etapa, luego de extraer la sabia del látex, se deja recuperar 7 años al árbol de chicozapote, al que cuidan y respetan como fuente de su ingreso, en una racionalidad no motivada por la maximización de la ganancia, sino por el respeto del ciclo de vida natural. Por esta forma de producir, se consideran y se convierten, de hecho, en los guardianes de la selva y los consumidores de este producto orgánico en la “tribu de consumidores responsables”; quienes de manera conjunta articulan sinergias que facilitan cosechas sustentables; las que se inician en casa de cada productor, pasan por la gestión del consorcio, llegan a la distribución en el comercio justo internacional y nacional, para obtener ingresos que son distribuidos equitativamente entre los socios quienes, junto con sus familias cuidan la diversidad de la selva.

El propio concepto de sustentabilidad se ha ido transformando desde el Informe Brundtland, de contenido institucional, cuyo antecedente es el Informe de las Naciones Unidas que surge de la reunión en Estocolmo 1972, mismos que fueron puntos de partida en el que convergieron los esfuerzos de organismos internacionales y naciones con el objetivo de detener la devastación del planeta. Esfuerzos que fueron continuados en la Conferencia sobre Medio Ambiente y Desarrollo de 1992 en Río de Janeiro, cuya Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, aclara el concepto de desarrollo sostenible.

En este tema, entendemos que la sustentabilidad es multidimensional, que incluye procesos económicos, políticos y sociales. Para su comprensión y análisis es necesario realizar estudios concretos, tal como surge de la propuesta de la sociología realista o teoría de las configuraciones sociales de Norbert Elias.

De acuerdo con esta posición teórica, y al considerar que la sustentabilidad no la hace un grupo de individuos o una sociedad, es necesario investigar las formas sociales que emergen en el espacio y tiempo como configuraciones sociales interdependientes. En este sentido, un claro ejemplo de la organización para la sustentabilidad lo constituye el “Consortio Chiclero Chicza, en la medida en que considera tanto el trabajo humano como el trabajo de la naturaleza, en lo que Toledo, sintetiza en el concepto civilizacionarios, referido a quienes trabajan permanente y arduamente a escala doméstica con el objetivo de lograr un hogar autosuficiente sin perder de vista su entorno global.

El que se presenta es un estudio de caso, cuyo objetivo es construir y analizar una red semántica del “Consortio Chiclero Chicza”, basada en documentos primarios (reportes de actividades, presentación de resultados y crónicas de productores asociados) que describen su funcionamiento, lo que nos permite identificar relaciones que pertenecen a las tres esferas de sustentabilidad. Utilizamos la técnica de análisis topológico de la teoría de redes con una red semántica realizada con los documentos y entrevistas del consorcio.

Tenemos tres objetivos específicos. 1) Construir la red semántica del consorcio de cooperativas usando documentos primarios en el programa Atlas.ti, lo que nos permite ingresar los datos al programa Cytoscape para obtener medidas de la teoría de grafos. 2) A partir de las medidas de centralidad (Distribución de grado, Intermediación y Coeficiente de agrupamiento) encontrar los nodos más importantes. 3) Analizar si los nodos más importantes de la red pertenecen a un grupo que sea parte de las tres esferas de sustentabilidad.

Desde esta red semántica es posible establecer si el “Consortio Chiclero Chicza” contempla los conceptos de sustentabilidad de las tres esferas. Analizando los nodos, con medidas de centralidad de la red, constatamos si los que tienen mayor valor pertenecen a un grupo que conforme la unión de las esferas social, ambiental y económica.

La presentación se divide en cinco apartados; el primero revisa el concepto de sustentabilidad en los distintos contextos desde su origen hasta las consideraciones actuales plasmadas en los 17 Objetivos del Desarrollo Sostenible (ODS) definidas en la Agenda 2030; en el segundo se describen las actividades del “Consortio Chiclero Chicza”; en el tercero se plantea la relación teórica de sustentabilidad con la teoría de las configuraciones sociales, que permite la construcción metodológica, la definición del objetivo y la principal hipótesis del trabajo. Finalmente, en el quinto apartado, presentamos los resultados con las primeras tendencias que dan cuenta de la sustentabilidad en las tres esferas.

.....

*** Ángel José Martínez Salinas**

División de Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Xochimilco - DCSH/UAM-X. Xochimilco, México

Resumen de ponencia

LOS MOOCS EN LA ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS SOCIALES Y LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO DE EDUCACIÓN PRIMARIA COMO TRANSFORMACIÓN EN EL ACCESO A LA FORMACIÓN

*Isabel María Gómez Trigueros

La Sociedad de la Información, del Aprendizaje o de la Inteligencia ofrece un volumen ingente de información de acceso inmediato, posibilita la comunicación instantánea entre sus usuarios (consumidores y productores, al tiempo, de esa misma información) y relativiza la procedencia geográfica y tiempos de producción de contenidos. La limitación de acceso al conocimiento y los principios científico-racionalistas del paradigma educativo tradicional (old smart) comienzan a apartarse para priorizar una ecología del conocimiento dinámica, regida por principios y expectativas más colaborativas, interactivas y de auto-creación del conocimiento guiado, que posicionan al sujeto en un rol activo en contextos comunitarios de inteligencia (Gómez y Ortega, 2014; Vázquez, López y Sarasola, 2013).

Internet ha influido, decisivamente, en la forma de aprender, trabajar y socializarse, al modificar el concepto de distancia y tiempo en el acceso a la información. Esta realidad ha requerido del desarrollo de nuevas competencias personales y sociales para la criba, discriminación crítica y posterior transformación de esta información en conocimiento, pues, en efecto, “transformar la información en conocimiento exige unas destrezas de razonamiento para organizar la información, relacionarla, analizarla, sintetizarla y hacer inferencias y deducciones de distinto nivel de complejidad” (Miralles, Gómez y Arias, 2013, p. 101).

La educación representa el marco base en el que articular las acciones necesarias para la puesta en marcha de la denominada alfabetización digital, impulsora, asimismo, del refuerzo de un paradigma del proceso educativo cada vez más orientado hacia el estudiante como agente activo de su propio proceso de aprendizaje. Esta alfabetización, igualmente, favorece la motivación, a partir de los recursos textuales, visuales, sonoros y comunicativos disponibles, desencadenantes de intereses e implicaciones efectivas del alumnado en los distintos programas educativos desarrollados en tiempos y ritmos más flexibles y autónomos. Para ello, resulta imprescindible la adquisición docente de las competencias didácticas, tecnológicas y tutoriales necesarias (Del Moral y Villalustre, 2012), con el objeto de alcanzar una integración tecnológica eficaz en el aula y para el desarrollo de habilidades tecnológico-digitales en el alumnado.

Desde esta perspectiva, la incorporación operativa de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación (TIC) en el aula precisa de la adaptación a contextos educativos en continuo cambio, del fomento del trabajo cooperativo-colaborativo, del trabajo autónomo y del aprendizaje competencial para la resolución de problemas. Las

TIC y el desarrollo de la competencia digital permiten, en entornos educativos, la interactividad en el proceso de enseñanza y aprendizaje, e impulsa la innovación docente. En este sentido, el trabajo por competencias prioriza el enfoque constructivista, fomenta el aprendizaje autónomo, el trabajo cooperativo-colaborativo, la transferencia de aprendizajes, la integración operativa de las TIC y la interdisciplinariedad, orientaciones a las que el profesorado deberá dar respuesta desde el diseño de los planes y programas de estudio de formación inicial (Guitert i Catasús, Romeu y Pérez-Mateo, 2007; Herts y Sempere, 2011; Palomares y Garrote, 2010).

En esta línea, las WebQuests y los Cursos Online Masivos y Abiertos -en adelante, MOOCs-, unidos al crecimiento y generalización de las TIC, dan cuenta, de forma dirigida y satisfactoria, de las nuevas formas de enseñar y aprender o de pedagogías emergentes, validando su potencial didáctico, en consecuencia, en la formación inicial del profesorado de Educación Primaria.

Este artículo analiza las experiencias y concepciones metodológicas del profesorado en formación de Educación Primaria sobre el aprendizaje colaborativo con WebQuests y MOOCs en el área curricular de Ciencias Sociales. El estudio centra su interés en la vinculación de estas dos herramientas didácticas a la adquisición de competencias básicas y su potencial para la capacitación en Conocimiento Didáctico del Contenido. Los resultados obtenidos demuestran la necesidad educativa de transferir e integrar, de forma operativa y funcional, el avance y generalización de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación en los planes de estudio de formación del profesorado.

.....

* Isabel María Gómez Trigueros

Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina. Universidad de Alicante. Universidad de Alicante - GIECRYAL. San Vicente del Raspeig, España

Resumen de ponencia

MODELO DE INDICADORES DE GESTIÓN SOSTENIBLE Y ASOCIATIVIDAD - MIGSA -: HERRAMIENTA PARA LA EVALUACIÓN DE COMPETITIVIDAD DE LAS EMPRESAS. ESTUDIO DE CASO DEL SECTOR DE PLÁSTICOS DE BOGOTÁ

*Melva Inés Gómez Caicedo

*Nelson Orlando Alarcón Villamil

El sector de Plásticos colombiano es considerado por el Programa de Transformación Productiva (PTP), como un subsector dentro de la Industria Editorial y Comunicación Gráfica, que cuenta con el apoyo y acompañamiento del gobierno para mejorar la productividad y competitividad. El presente artículo busca realizar una caracterización del sector y determinar las variables que deben fortalecer las empresas en términos de gestión sostenible y asociatividad. La búsqueda de información se realizó a través de ACOPLASTICOS, entidad que agrupa a empresarios del plástico, asimismo, para su evaluación fue utilizado el Modelo de Indicadores de Gestión Sostenible y Asociatividad (MIGSA), una herramienta de diagnóstico empresarial que permite medir la situación de la empresa en diversas áreas. Del estudio preliminar se pudo determinar, que el sector tiene una serie de retos que comprometen su estabilidad, siendo el más importante el compromiso por la reducción del impacto al medio ambiente.

Colombia es un país con diversidad de recursos naturales, lo cual le permite tener ventajas comparativas en la producción de bienes y servicios, situación que ha llevado al gobierno colombiano a desarrollar estrategias que propendan el fortalecimiento de cada uno de los sectores económicos.

De acuerdo con el informe: Balance 2015 y Perspectivas 2016 elaborado por la Asociación Nacional de Empresarios de Colombia - ANDI -, la industria manufacturera colombiana registró un comportamiento positivo en el año 2015, lo cual permite prever una ligera recuperación para el año 2016 y un mejor posicionamiento de la industria en comparación con otros países de América Latina. (ANDI, 2016)

Asimismo, en la industria manufacturera colombiana el sector de plástico es uno de los que registra mayor dinámica comercial, tanto en las importaciones como en las exportaciones. Sin embargo, de acuerdo con datos obtenidos en la Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN) y el Departamento Nacional de Estadística (DANE), el crecimiento en las exportaciones registradas por el sector entre los años 2009 - 2014 llegó al 47%, solo superado de manera significativa por las importaciones las cuales alcanzaron un incremento del 108%. (DANE, 2016a)

Uno de los productos que mayor dinámica ha registrado en la industria manufacturera es el plástico, dado que hace parte de los bienes intermedios requeridos en la producción de diversos sectores económicos. Sin embargo, debido a que se han presentado situaciones en la economía mundial que han debilitado el comercio de varios países, las exportaciones de plástico en Colombia no han crecido de manera proporcional o superior a las importaciones, y como consecuencia, las empresas han reducido significativamente su nivel de producción, como consecuencia de la falta de conocimiento en procesos administrativos, de mercadeo, producción y financiero.

En este orden de ideas, las empresas exportadoras de plástico se han visto realmente afectadas y especialmente las Pyme debido a la falta de claridad en los elementos básicos que les podría generar posicionamiento en el mercado, a la carencia de procesos sostenibles, a la improductividad, a la baja competitividad de los productos y procesos y a la ausencia de estrategias para mitigar los efectos de variables externas (Boletín de la Pyme Manufacturera Exportadora de Bogotá, 2014).

Como consecuencia, es importante identificar si las Pyme de plástico identifican claramente las deficiencias que presentan en su actividad productiva; desconocen la manera como deben proponer e implementar políticas administrativas, de mercadeo, de medio ambiente, de recursos humanos, de tecnología, entre otras y que pueden facilitar el aumento en la productividad de la empresa en la medida que hacen uso eficiente de sus recursos.

Además, las pequeñas y medianas empresas del sector de plásticos afrontan un gran problema como consecuencia de las dificultades tecnológicas, económicas y la vinculación de maquinaria y equipo que les impide competir con las grandes empresas de Colombia, las cuales, tienen un posicionamiento de marca que les brinda reconocimiento y posicionamiento de mercado, además, se les asocia con respaldo, calidad y precio. (Gómez, 2010).

.....

*** Melva Inés Gómez Caicedo**

Fundación Universitaria Los Libertadores. BOGOTÁ, Colombia

*** Nelson Orlando Alarcón Villamil**

Fundación Universitaria Los Libertadores. BOGOTÁ, Colombia

Resumen de ponencia

MODERNIZAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E OS DESAFIOS DA AGROINDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM ALAGOAS/BRASIL, NA ATUALIDADE

*Paul Clívilan Santos Firmino

O processo de formação da economia, da cultura, da vida social e da política da região Nordeste do Brasil, em particular do estado de Alagoas (segundo menor estado da federação brasileira) estão atreladas diretamente as atividades voltadas para a cana-de-açúcar, representando outrora o dinamismo existente e o seu principal produto, com uma produção inicialmente voltada para suprir as necessidades do comércio exterior, com Portugal na dianteira, do qual o Brasil era colônia. Seguindo por este caminho, Alagoas passa a ser ocupada mediante uma expansão da cultura canavieira que rumava o Sul da então Capitania de Pernambuco da qual pertencia, vindo a se emancipar definitivamente em 16 de setembro de 1817. Então, fica perceptível que a canavieira sempre esteve presente em todos os momentos da vida alagoana, passando por um processo produtivo que abrange desde os tradicionais sistemas de banguês e engenhos, até à usina, peça chave na história econômica do estado alagoano, substituindo antigos processos produtivos e levando à modernização das unidades agroindustriais com apoios governamentais, a exemplo do Instituto do Açúcar e do Alcool/IAA (este teve seu surgimento com a finalidade de dirigir, fomentar e controlar a produção de açúcar e de álcool em todo o país [...]) (ANDRADE NETO, 1984)), Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar - PLANALSUCAR (criado em 1971) -, e do Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL (criado através do Decreto Lei nº 76593 em 1975). Destarte, a discussão em torno da temática envolvendo a modernização técnico-científica na agroindústria alagoana torna-se relevante diante de todo processo de mudança que vem acontecendo não somente na cidade como também no campo. Essa modernização passa a se intensificar em fins do século passado, mais precisamente a partir do decênio de 1970 em diante, com a consolidação do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1994), sendo este a cara geográfica do processo de globalização. Então, pode-se dizer que com a globalização, as usinas são chamadas a se modernizarem para garantirem seus espaços, tanto a nível nacional quanto em relação ao mercado internacional. Vale salientar que esta modernização não está presente de forma homogênea em todas as unidades industriais alagoanas. Os grandes grupos de usineiros, a exemplo do Grupo Carlos Lyra em São Miguel dos Campos, com a Usina Caeté, conseguem absorver de forma mais rápida e com maior facilidade as imposições do processo de modernização, enquanto que os pequenos e médios tendem a serem anexados pelos maiores ou decretam falência. Paralelamente a essa modernidade é preciso enfrentar alguns desafios que ainda estão presentes e acabam por constituírem-se em obstáculos àqueles grupos que estão em processo de modernização e para a sociedade de uma forma geral, tais como: absorção e qualificação da mão-de-obra que está sendo

substituída mediante as inovações nas lavouras canavieiras; resolução de problemas ambientais, tais como as queimas da cana em época de corte e a utilização dos resíduos/dejetos do processo industrial; baixo grau de dinamismo econômico e comércio pouco variado apresentado por cidades localizadas onde impera essa monocultura; entre outros a serem analisados. Para tanto, o presente artigo objetiva analisar e discutir a modernidade técnico-científica da agroindústria canavieira em Alagoas, bem como seus desafios em tempos de contemporaneidade. Sendo assim, a discussão de algumas categorias parece ser imprescindível: formação e desenvolvimento econômico de Alagoas - Costa ([1929] 1983), Lima (1965), Diégues Jr. (2006a); modernização técnico-científica - Castillo e Frederico (2010), Elias [et al.] (2013), Frederico (2011), Freitas (2016), Rossini (2016); agroindústria canavieira e força de trabalho - Oliveira (2007), Martins (2010), Rangel (2012), Thomaz Jr. (2013), Freitas [et al.] (2014); meios geográficos e globalização - Santos (1977 e [1996] 2008), Arroyo (2004), Elias (2011). Por fim, vale salientar que a cana continua sendo a atividade mais lucrativa economicamente - junto a sua agroindústria - intensificando a partir de um processo de modernização que vem desde fins do século XX, ganhando destaque e ocupando importante posto nos cenários estadual, regional e nacional, uma vez que apresenta a 8ª maior mesorregião canavieira do Brasil e a 1ª do Nordeste: o “Leste Alagoano” (SAMPAIO, 2015).

.....

* Paul Clívilan Santos Firmino

Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo - DG/USP. São Paulo, Brasil

Resumen de ponencia

NOVAS TECNOLOGIAS E CORRUPÇÃO: ESTUDO DA BLOCKCHAIN PARA O BRASIL

*Ana Cristina Aguilar Viana

NOVAS TECNOLOGIAS E CORRUPÇÃO: ESTUDO DA BLOCKCHAIN PARA O BRASIL

Conhecida como uma das principais novas tecnologias mundiais, a blockchain foi o termo da vez do Fórum Econômico Mundial, que ocorreu em Davos, na Suíça, no início de 2018. Distintamente das criptomoedas, cujo uso para fins ilícitos preocupa líderes mundiais, a blockchain foi alvo de elogios. De forma bastante sintetizada, pode-se definir blockchain como uma base de registro de dados que são distribuídos e compartilhados com a função de imprimir um índice global de transações que ocorrem em um determinado mercado. A tecnologia grava blocos de informações e os distribui ao longo da rede. O seu diferencial é o rastreamento de informações, o que traz segurança nas transações econômicas feitas digitalmente. Isso porque ela confere e autentica cada transação realizada, confirmando as partes envolvidas, os valores, objeto e tempo de transação. Assim, se a transação contiver alguma informação fraudulenta não haverá sua validação e a transação não se completa. A transação tem um custo reduzido e prescinde de terceiro.

Em resumo, ela traz uma grande transparência para todo o processo e possui um risco muito pequeno de manipulação. Não por acaso, as apostas em cima da tecnologia são grandes. Prova disso é que a União Europeia anunciou no dia 01 de fevereiro, o lançamento de um observatório e fórum específico sobre o tema. Acredita-se que ela irá trazer grande impacto nos serviços digitais e modificar os modelos de negócio no mundo todo, desde questões de saúde, a finanças, seguros, logísticas, propriedade intelectual e organização dos serviços governamentais. Ou seja, existe uma grande expectativa relativa à nova tecnologia.

E como não poderia ser diferente, há um crescente debate acerca dos impactos que a blockchain pode ter em ambiente corruptos. Com efeito, as novas tecnologias têm sido consideradas ferramentas eficientes na promoção da integridade, já que trazem maior transparência. As tecnologias podem diminuir intervenções humanas desnecessárias, além de deixar o procedimento administrativo mais eficiente.

Com a blockchain é possível realizar o monitoramento de toda uma cadeia de negociação. Uma multinacional, por exemplo, que muitas vezes não tem uma rede integrada e há lacunas de conhecimento sobre os atos praticados pelos seus terceirizados, poderá fazer uso da tecnologia para identificar toda a rede. Inclusive os consumidores poderão ter conhecimento da origem dos produtos que adquirem, como a existência de trabalho escravo. Essa tecnologia já vem sendo experimentada pelo Wal-Mart da China, onde o consumidor pode rastrear via QR Code a origem e qualidade do porco que consome. Já com relação a operações estatais, o governo de

Georgia foi pioneiro no uso da blockchain. Em fevereiro de 2017 foi noticiado acordo para usar a tecnologia a fim de averiguar as transações de propriedade no país. A proposta é usar os serviços para hipotecas, registro de terras, demolições de imóveis, entre outros.

Mas, e no Brasil, será que essas tecnologias podem ser implementadas?

Para os acadêmicos Kibium Kim e Taewon Kang, países que não são desenvolvidos devem ter uma cautela maior quando da implementação dessas tecnologias com o propósito combater a corrupção. Primeiro, porque a possibilidade de não haver infraestrutura necessária para adoção da tecnologia é grande. Segundo, porque a corrupção nos países não desenvolvidos ou mesmo em desenvolvimento ocorre no topo da liderança. E sem uma liderança política forte e transparente a tecnologia pode ser utilizada de maneira negativa. Por isso, esses autores concluem que nesses casos as tecnologias ao invés de diminuir a corrupção podem corroborar para o seu crescimento.

No caso específico do Brasil, estuda-se a possibilidade do seu uso para registro de propriedades. É notória a problemática no país com relação à registros de propriedades. Embora sejam realizados em cartório, inexistente efetivo controle, com diversos registros fraudulentos e inverídicos. Defende-se que com o uso da blockchain será possível comercializar a tecnologia perante grandes companhias e agentes rurais. De fato, com a blockchain a documentação financeira é realizada mais rapidamente, mediante processo de streaming. Com o uso dos chamados smart contracts, que são contratos digitais, é possível promover a mudança de propriedade e transferir de maneira eficiente e transparente pagamentos. Essa ideia já foi experimentada em outras localidades. Honduras, onde a fraude em transações que envolvem transferência de imóveis é grande, teve um programa iniciado em 2015, mas com poucos avanços. Isso mostra que ainda que pareça ser um projeto ambicioso é preciso muita cautela no seu exame.

Outro problema da blockchain é a transparência. Embora ela possa diminuir a assimetria de informações entre as partes, informação em demasia inserida na rede pode trazer malefícios, pois pode expor dados de cunho privado, o que pode inclusive distorcer a estrutura do mercado. Para evitar esse tipo de celeuma, é imprescindível a implementação de programas de proteção de dados. E existem organizações já atentas a esse cenário. É o caso da União Europeia, que por meio do General data Protection Regulation - GDPR impõe diversas normativas acerca de proteção dados dos cidadãos europeus. Com vigência a partir de maio, ela tem aplicabilidade para toda pessoa, física ou jurídica, que se relaciona com europeus, codificando desde direito ao esquecimento, à tipos de dados que só podem ser publicados com consentimento dos sujeitos.

No Brasil, estão em trâmite dois Projetos de Lei sobre a proteção de dados, o PL 5276/2016 e o PLS 330/2013. A previsão é de votação ainda em 2018. Não há um debate sobre os projetos, e muita atenção deve ser dada para os dispositivos a serem inseridos, já que condicionarão a proteção de dados, o que é essencial para o futuro digital que vem chegando. Enquanto isso, fica claro que existem diversos desafios e fatores de risco que devem ser observados quanto a operacionalização da blockchain no Brasil, inclusive por entes governamentais. De todo modo, já se nota que embora seja prestigiada, não se pode tratar a blockchain como uma panaceia. Uma política pública bem planejada é fundamental para potencializar os benefícios das novas

tecnologias, bem como impedir que os riscos ocorram.

.....

*** Ana Cristina Aguilar Viana**

faculdade de ciências sociais e aplicadas do paraná facet. curitiba, Brasil

Resumen de ponencia

O AMADURECIMENTO DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: O INÍCIO DO LONGO SÉCULO XXI?

*Alexandre Arns Gonzales

A questão que este artigo se propõe responder indaga como que o amadurecimento da emergente lógica de acumulação capitalista, baseada na coleta massiva e constante de dados (Zuboff, 2015), incide sobre o esvaziamento de significados das ideais da democracia liberal (Brown, 2015)? Para responder esta questão, este texto assume, a partir dos trabalhos de Giovanni Arrighi e Beverly Silver (2012), que as duas últimas décadas do século XXI podem representar um momento de transição de um ciclo sistêmico de acumulação do capitalismo e concomitante evolução de uma, ainda, emergente e nova lógica de acumulação. O argumento que este artigo desenvolverá é que a alteração na configuração da divisão do trabalho a partir da mediação computadorizada (Zuboff, 1985, 2015), iniciada no final do século XX, reconfigura também a alienação de quem utiliza dispositivos digitais e que, somada a tendência de opacidade do processamento da informação, produz um sentimento difuso e geral de impotência com relação o exercício da soberania popular e transformação das ordens estabelecidas.

A “bolha ponto-com”, nos anos 2000, é para Arrighi e Silver (2012: 78) um sintoma da sombra do declínio hegemônico norte-americano que caracterizou o século XX. O caos sistêmico, portanto decorrente dessa crise financeira apontava para a possível transição de um ciclo de acumulação sistêmico para outro, novo e emergente. Será a crise financeira de 2008, seguida das mobilizações sociais nos anos de 2010 e 2011 - com os movimentos de ocupações dos espaços urbanos, em países europeus, nos Estados Unidos, nos países árabes, nos países latino-americanos - que marcarão o momento, definitivo, de transição. Simultaneamente há a formação incipiente de uma reorganização da produção econômica do capitalismo. De acordo com Shoshana Zuboff (2016: 5-6), a crise das “ponto-com” foi o momento em que inicia uma formação embrionária de uma “nova lógica de acumulação” (Zuboff 2015) liderada pelo modelo de negócios do Google sobre publicidade orientada para o comportamento humano.

Buscando prever tendências econômicas, o capital passa, segundo Zuboff (2015: 82-83), a acreditar que, ao acumular um grande volume de dados do cotidiano humano, através da tecnologia da informação, é capaz de compreender a realidade em sua totalidade complexa. Ao considerar isso possível - compreender a totalidade da realidade - passa a procura em eliminar a fonte de incerteza sobre as decisões econômicas. Entretanto, a fonte da incerteza, para Zuboff (2015: 78), é a autonomia humana, em um nível individual, e as instituições da democracia liberal, em um nível estrutural.

Portanto, por isso que a Internet, em sua arquitetura complexa, serve como um importante elemento constituinte da base material desse novo ciclo de acumulação

capitalista. O risco de mercantilização do comportamento humano dentro do “capitalismo de vigilância”, nas análises de Zuboff, pode ser relacionado ao que Wendy Brown (2015) analisa da racionalidade neoliberal na conversão de “toda necessidade ou desejo humano em um empreendimento lucrativo” (Idem: 28). Segundo Brown (Ibdem: 33-34), a racionalidade neoliberal esvazia a noção de “povo” contida em “demos”. Substancialmente, essa racionalidade transforma a noção de “cidadão”, contida nas várias concepções de democracia, e a transforma na noção de “capital humano”, que compreende sua emancipação exclusivamente como forma de agregar valor sobre si mesma. Agregação de valor sobre si mesmo, isto é, o “capital humano”, acaba por demandar a constituição de métricas e índices capazes de mensurar a constituição do processo de agregação do valor. Em sintonia com esta racionalidade, a lógica de acumulação baseada na vigilância tem como implicação a necessidade de constituição de métricas e categorias que valorizem os comportamentos cotidianos monitorados. Assim, por meio das plataformas que projetam a vanguarda deste capitalismo de vigilância, como a Google e Facebook, o “capital humano” logra estabelecer índices de audiência para atrair o valor de um investidor ao invés de um self, como “através de mídias sociais, 'seguidores', 'likes' e 'retweets'” (Ibdem: 33-34).

.....

* Alexandre Arns Gonzales

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília IPOL - UnB. Brasília, Brasil

Resumen de ponencia

PERCEPÇÃO PÚBLICA DE RISCOS TECNOLÓGICOS: POLUIÇÃO DO AR E PRÁTICAS DE INVISIBILIZAÇÃO DE RISCOS NA FERCAL-DF

*Carolina Faraoni Bertanha

Este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, realizado na Fercal, região administrativa ao norte do Distrito Federal (DF), no Brasil. A Fercal é a XXXI Região Administrativa do DF, institucionalizada enquanto tal apenas em 2012. Está inserida às margens da Área de Proteção Ambiental de Cafuringa, e é uma região rica em recursos minerais, como o calcário, argila, cascalho e ouro, tendo se constituído em meados dos anos 1950 principalmente em decorrência da exploração industrial de cimentos e derivados. A presença dessa atividade industrial acarreta elevados níveis de poluição do ar por Partículas Totais em Suspensão (PTS), trazendo riscos para a saúde tanto dos trabalhadores das fábricas quanto para a população local.

Argumento que tais riscos são visíveis em pelo menos três sentidos: sensorialmente, é visível a olho nu, sendo que finas camadas de poeira cobrem carros, casas e asfaltos, irritando as mucosas, como olhos e nariz, principalmente nos meses entre agosto e dezembro, devido à estiagem que ocorre nesse período no centro do país. Ainda, a presença da poluição do ar na Fercal não é objeto de controvérsia científica, no sentido de que não há dúvidas nos âmbitos das instituições científicas e políticas quanto à sua presença na região e quanto aos impactos relacionados à saúde e ao meio ambiente. Dados fornecidos pela Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar do Distrito Federal qualificam a qualidade do ar da região como “Regular” para a região central, e “Má”, para a comunidade de Queima Lençol, localizada em frente à uma das fábricas, de acordo com os parâmetros fornecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). “Regular” significa que a saúde de grupos mais sensíveis, como idosos, crianças e portadores de doenças cardiorrespiratórias, pode ser afetada. Já “má” significa que a quantidade de material particulado poluente é insalubre e nociva à saúde humana. Por fim, a poluição do ar é visível, também, no que diz respeito ao reconhecimento do público, que experimenta e articula entre si os impactos que a poluição traz ou pode trazer para suas vidas. Os diversos relatos sobre potenciais danos à saúde, ao ambiente material, ao lazer e à qualidade de vida causados pela poluição demonstram que há um entendimento público dos riscos da poluição, como amplamente documentado em pesquisas anteriores sobre o tema na região.

Apesar disso, observou-se que há um processo de desaparecimento do risco nas discussões públicas em relação aos impactos da poluição, no que tange à articulação e participação da população, na figura das 14 associações de moradores presentes na região, em espaços de diálogo, tanto com as indústrias locais quanto com os órgãos públicos distritais e federais. O engajamento participativo por parte das associações, dos coletivos independentes, tampouco dos moradores não organizados, especificamente relacionado à poluição, aos riscos para a saúde, ao meio ambiente e à

preservação do mesmo, são incipientes, apesar de serem robustas quando relacionadas à problemas de ordem infra estrutural, como por exemplo, acesso à água encanada. Pelo contrário, relatos obtidos em campo⁶ dão conta de que “quem mora na Fercal se adapta” à poluição, ou ainda secundarizam as consequências da poluição na vida cotidiana, em um processo que argumento ser de invisibilização de riscos visíveis.

O modo como a população local percebe a poluição, a questão da adaptabilidade e da secundarização dos riscos nas práticas cotidianas não se referem à ignorância da população quanto aos riscos. Pelo contrário, argumento que a construção da percepção pública da poluição do ar é complexa e multidimensional, perpassando questões como identidade local, confiança nas instituições, contingencialidade histórico-política e o próprio contexto sociocultural da região e suas especificidades. Wynne¹ (1996) vai nessa direção ao propor que se analise os riscos modernos, aqueles advindos exatamente da exploração e dominação do meio ambiente, enquanto construções sociais, estendendo o tratamento dado ao conhecimento perito também à dimensão do público leigo nessas análises. A percepção pública dos riscos tecnológicos leva em conta múltiplos elementos sociais que emprestam sentido às ameaças que a poluição do ar traz, como julgamentos sobre o comportamento e o nível de confiança que se pode auferir às instituições peritas reguladoras, relações de dependência entre fábrica e população, afirmação de identidades, e negociação de agências entre grupos, instituições e fábricas. Ainda, é dinâmica, contextualizada e negociada entre os atores sociais envolvidos, levando-se em conta o papel da experiência prática cotidiana no modo como as pessoas percebem a poluição do ar (IRWIN et al, 1999²).

Desse modo, o objetivo desta proposta é discutir como a percepção dos riscos relacionados à poluição do ar na Fercal é construída pelos moradores da região. Tal objetivo desdobrou-se no esforço de identificar e mapear os processos envoltos nas práticas de invisibilização dos riscos descritos acima, com o objetivo de trazer à tona as lógicas socioculturais que propiciam e perpetuam essas práticas. A pesquisa foi conduzida sob a luz teórica e metodológica da Sociologia do Conhecimento e dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia, em diálogo contínuo com pressupostos abarcados pela sociologia ambiental e pelas análises construtivistas do risco.

Para tanto, este trabalho foi realizado a partir de revisão bibliográfica e trabalho de campo, utilizando abordagem do tipo qualitativa para coleta e análise dos dados. Foram realizadas 40 entrevistas semiestruturadas entre 2016 e 2018 com lideranças comunitárias, com trabalhadores das fábricas e com moradores locais. Também se utilizou de entrevistas públicas disponibilizadas pelo Museu da Pessoa, museu virtual e colaborativo fundado em 1991, que registra, preserva e transforma em informação, histórias de vida, em projeto realizado com moradores da Fercal em 2015. Aliado às entrevistas, foi realizada observação direta e sistemática de uma gama de eventos sociais, culturais e políticos, também em espaços de socialização e de práticas cotidianas da população local, além das reuniões de determinadas associações de moradores. Quanto à análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de discurso, de modo a apreender as dinâmicas de invisibilização discursiva de riscos.

.....

*** Carolina Faraoni Bertanha**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da UnB. Universidade de Brasília - PGSOL/UnB. Brasília/ DF, Brasil

Resumen de ponencia

PRÁCTICAS CARTOGRÁFICAS RESISTENCIALES Y COLABORATIVAS. UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO Y TERRITORIALIDAD DESDE OPENSTREETMAP

*Selene Yang

Esta ponencia propone un análisis y diálogo entre las cartografías colaborativas (digitales) construidas desde la VGI (Volunteer Geographical Information) como prácticas sociales pensadas desde la post representación de una realidad, y la forma en que esta información está basada en una mirada masculina que invisibiliza la posibilidad de enunciación de las mujeres dentro de campos organizacionales como los colectivos abiertos del estilo de OpenStreetMap. Los intereses enfocados a género se ven subrepresentados en los mapas colaborativos, se producen sesgos inconscientes dentro de una comunidad (conformada casi en su totalidad por hombres blancos, educados, clase media, heterosexuales) que finalmente no pone en discusión sus privilegios y esto se ve manifestado en el tipo de datos que se utilizan para representar el territorio.

Las estructuras de datos, significaciones, símbolos y epistemologías que se ven expresadas en proyectos de información geográfica voluntaria (VGI) generan factores de exclusión que no abarcan la diversidad de experiencias de algunos grupos sociales que también participan. La emergencia del tema viene a partir del cambio de paradigmas sobre la construcción de las cartografías a partir de la VGI. Según Agnieszka Leszczynski y Sarah Elwood, investigadoras de las escuelas de Geografía de la Universidad de Washington y la Universidad de Birmingham, la inequidad de género en una comunidad como OSM, se fundamenta desde el liderazgo editorial conferido a una mayoría masculina, que tiene una autoridad implícita avalada dentro del discurso de “comunidad abierta y democrática” que plantea las verdades de un mundo construido por una visión masculinizada, ya que determinan qué puede o no existir dentro de un esquema de datos espaciales.

Las cartografías digitales producidas de manera colaborativa, pensadas como prácticas (performáticas) cargadas de subjetividades que encuentran en un devenir constante entre quienes las producen y quienes las consumen, teniendo un foco sobre los modos de organización colectiva y generación de conocimiento alternativo, pensando la performatividad como irruptiva, como una práctica que rompe, interviene y perturba. Como afirma Kitchin (2010), “los mapas no emergen de la misma manera para todas las personas. emergen de manera contextualizada a través de una mezcla creativa, reflexiva, juguetona, táctil de prácticas cotidianas; afectadas por los sentidos, experiencias y habilidades de la persona que mapea, y aplica los mapas en el mundo”. La cartografía es la herramienta que ha estado naturalizada históricamente por el poder, son representaciones de “realidades e identidades” generadas por una X cantidad de sujetos con una visión dada del espacio, del territorio, del tiempo. Se

puede pensar la cartografía desde una visión crítica entendiendo que no existe un solo territorio o un solo mapa estático, sino que se encuentra en un constante estado de ser, las cartografías críticas promueven la exploración en lugar de la simple presentación de los datos. Ahora, se trata de entender que la disputa radica sobre qué es la cartografía y quién la define. El poder determina las espacialidades, y el territorio es una densidad compleja e indeterminada que tiene múltiples puntos de vista y formas de ser transitado. Se plantea la cartografía (crítica) como práctica, y los mapas, como productos sociales y operaciones discursivas que se encuentran inextricablemente ligados a varios sistemas de poder y conocimiento. (Olaya, 2016). Lo identitario entra en colisión en este tema porque las cosas que se creían fijas y estables, como los mapas, ya no lo son. El territorio se imaginaba hasta hace muy poco como algo eterno, y las cartografías impresas no contaban con la posibilidad de edición, estaban dichas por una cantidad limitada de personas, mayormente hombres. Los intereses enfocados a género se ven subrepresentados en los mapas colaborativos, se producen sesgos inconscientes dentro de una comunidad (conformada casi en su totalidad por hombres blancos, educados, clase media, heterosexuales) que no está dispuesto a poner en discusión sus privilegios como constructores de realidades. Ahora la territorialidad es fluida y está atravesada por lo social, lo geológico, lo climático, lo político y económico. Hoy en día se transita del antiguo paradigma sobre el conocimiento desde las ciencias más duras para la creación y formulación de las realidades sobre el territorio(s) desde las cartografías. Se busca problematizar los nuevos paradigmas de producción de conocimiento desde las epistemologías decoloniales del sur, que buscan reflexiones emancipatorias a viejos campos desde nuevos enfoques que sitúan el conocimiento, a través de una mirada desde la complejidad crítica.

Se pensaba el territorio como algo estático, pero desde una perspectiva de los Frentes Culturales de Jorge González, se plantea que “aquello que consideramos y vivimos como normal, evidente, verdadero y obvio en cualquier lugar y tiempo debe ser entendido como un estado momentáneo de un orden simbólico colectivo y provisional.” Estas obviedades territoriales se dan en base a que se piensa el espacio desde la movilidad del hombre, no desde las necesidades de las mujeres. Entonces se puede afirmar que vivimos en una especie de mundo cartográfico, donde rige la comunicación y el discurso del poder hegemónico, las nuevas formas de producción cultural, y los avances tecnológicos que entran en contradicción con las bases sociales que buscan plantearse nuevas tácticas de resistencia, como sería la emergencia de las cartografías y la geografía feminista y de género, al entender que el sistema y los procesos antisistema no son binarios ni antagónicos, sino que van en una suerte de paralelo.

Las nuevas tecnologías de información y comunicación social son parte de los procesos políticos, económicos, sociales y culturales de la 'modernidad', una suerte de modernidad fluida y líquida (Bauman: 2015), que circula entre la vinculación de la individualidad de los sujetos con la posibilidad de acciones colectivas, o 'comunitarias' en los territorios, a su vez, se han convertido, como afirma Feenberg (1991), en nuestro ambiente y modo de vida, rediseñándose continuamente para encontrar un balance en la adaptación de los giros sociales y culturales con las que se enfrentan. A

través de las nuevas tecnologías, se pueden construir y compartir nuevos relatos, es posible encontrar una manera de producir una nueva narrativa colectiva y creativa, es la 'digitalización de las interacciones sociales' (Benitez; 2013: 170) articulada dialógicamente con las experiencias culturales situadas tanto en lo material como en lo simbólico, en lo físico y lo digital desde un sistema de complejidades.

Las tecnologías, entendidas como construcciones sociales, al igual que los territorios, están sujetas a los contextos en que se producen y el tiempo en el que transitan. Hine afirma que la tecnología tiene "significados culturales diferentes según los contextos en que es empleada" (Hine; 2004: 43), y es así que las aplicaciones tecnológicas cobran diferentes sentidos según el momento histórico-temporal en que se están situadas, se producen y reproducen dentro de una heterogeneidad de interacciones. La capacidad de acceso a las nuevas tecnologías, por ejemplo, a través de dispositivos móviles modifica los límites entre una realidad tangible y una realidad cibernética, como podría verse con los sistemas de realidad aumentada o la locative media, que posibilita nuevas cartografías construidas colectivamente como el caso del proyecto de OpenStreetMap. Es a través de estas nuevas mediaciones que los bienes culturales encuentran otros espacios y escenarios de circulación que posibilitan nuevas redes sociales de interacción y de interpretación. Como afirma María Cristina Mata (1999), al momento en que se logra superar la idea de reducir los medios a simples canales informativos y empezar a pensar la cultura de manera articulada con los medios y las tecnologías, es que se puede comenzar a entender que éstos son parte de una nueva "matriz de producción simbólica dotada de estatuto propio y complejo en tanto fundía anteriores modos de interacción con nuevas formas expresivas, anteriores circuitos de producción con nuevas estrategias discursivas y de recepción" (Mata; 1999: 86), por lo que las tecnologías no se definen únicamente como herramientas, en tanto la comunicación tampoco se define sólo comunicacionalmente. Son entramados y experiencias que emergen desde las mismas apropiaciones y sus usos entendiéndolos como prácticas culturales en comunidad.

Las comunidades como OpenStreetMap desafían las instituciones que históricamente rigieron el conocimiento cartográfico, y surgen así, como tácticas de resistencia dentro de un nuevo modelo de producción de conocimiento territorial y cartográfico alternativo al capitalismo y su función definitoria de los territorios. Rocío Rueda (2008) hace énfasis en la nueva capacidad de reterritorialización que se genera desde experiencias de intercambio de saberes a través de prácticas 'espacializadoras' como son las nuevas tecnologías de localización y así llegar a un "renacimiento de la experiencia singular y sensible de las personas con los lugares y sus historias." (Rueda; 2008: 16).

En conclusión, esta ponencia, que es parte de un proyecto doctoral en Comunicación, busca dialogar con las prácticas de creación, recolección, curaduría y visibilización de datos, ya que aquellos que dominan el campo de saber tecnológico, dominan también las formas en que se transmite el conocimiento. Transformaciones de resistencia o conciliación del uso de las representaciones cartográficas desde el mapeo como práctica crítica.

.....

*** Selene Yang**

Facultad de Periodismo y Comunicación Social. Universidad Nacional de La Plata - FPyCS/UNLP. La Plata, Argentina

Resumen de ponencia

SISTEMATIZACIÓN DE EXPERIENCIAS DE VIDA DE INVESTIGADORES DEL SECTOR AGROPECUARIO COLOMBIANO

*Dubert Yamil Cañar Serna

*Leidy Patricia Tibaduiza Castaneda

Se describe y analiza la sistematización de experiencias de investigadores del sector agropecuario colombiano desde las experiencias de vida, integrando con la investigación, la extensión, la transferencia de tecnología y el fomento agropecuario a nivel local en los territorios. De este modo, lo que se quiere contar y/o evidenciar, son los recorridos de vida de los investigadores de la Corporación, a partir de los cuales se forja la innovación y el cambio técnico del campo colombiano.

Esta iniciativa se fundamenta en la puesta en marcha de acciones de sistematización que permitan generar memorias del accionar corporativo, entendiendo que el proceso en sí mismo es una herramienta asociada a la investigación cualitativa, que en este caso se combina con la metodología de historias de vida y técnicas como la cartografía social; para generar relatos que permitan la reconstrucción del quehacer corporativo desde las narrativas resultantes de reorientar la mirada que comúnmente está sobre los sistemas productivos y sus procesos, hacia los investigadores, que se han forjado a sí mismos a partir de la práctica propia de su quehacer derivado de los temas de su interés en algunos casos, en otros derivados de la oportunidad o de las fluctuaciones producidas por los momentos históricos, las coyunturas políticas, entre otros factores derivados de la vida personal y familiar.

De este modo, poner rostro a los procesos investigativos y al liderazgo del agro colombiano, se justifica bajo el supuesto de que la I+D+i, también conocida como investigación, desarrollo e innovación, es un acto humano y social por excelencia al punto que los avances en el conocimiento, el flujo de información, el aprendizaje y la capacidad de innovación se reconocen cada vez más como el resultado de los atributos intelectuales y culturales de los actores que participan en el proceso y de su capacidad de interacción y colaboración entre ellos y con los demás actores del sistema incluyendo a los productores (Lundvall y Johnson (1994) y Cooke Morgan (1998) citado por Méndez R. (2002); Lucendo, A.(2007)).

Palabras claves: innovación, historia de vida, sistematización

MATERIALES Y MÉTODOS:

La sistematización de experiencias hace referencia a una metodología que permite

registrar el modo como se llevó a cabo un proceso desde la experiencia subjetiva de sus participantes, para dar lugar a nuevos conocimientos que puedan ser compartidos y difundidos. De este modo, el producto final de la sistematización, sus contenidos o resultados reflejan las principales reflexiones críticas, debates y descubrimientos de los y las participantes en el proceso.

Este planteamiento, se sustenta desde la Investigación Acción Participativa (IAP), desde la cual se plantean escenarios de generación de conocimiento a partir de un problema identificado por los afectados directos, que se refiere al bien común, es decir al colectivo. Para resolverlo, se busca establecer un dialogo entre el saber académico y el saber popular, que posibilite aumentar el reconocimiento del entorno, para este caso el científico y tecnológico vinculado al sector agropecuario; desde una mirada crítica que además de generar reflexiones, conlleve a plantear elementos relevantes para fortalecer escenarios de Investigación, Desarrollo e innovación, también conocido como I+D+i. Desde esta perspectiva, en la IAP las gentes mismas investigan la realidad con el fin de poder transformarla como sus activos participantes (Park, 2005).

Por eso, en el caso específico de las experiencias de vida de investigadores del sector agropecuario, la sistematización de experiencias se orienta a la identificación de resultados o escenarios de relevancia desde la construcción de identidades en el perfil de investigador del sector agropecuario y su aporte a los procesos de innovación, en escenarios científicos y tecnológicos que privilegien aprendizajes que superen el enfoque desde el punto de vista de la investigación científica que privilegia los resultados de orden técnico y científico, para dar lugar a escenarios del ámbito cualitativo que enriquezcan procesos de memoria y circulación de aprendizajes.

De este modo, es una metodología que permite enfocar una mirada retrospectiva sobre la manera en la que se configura el saber formal en los investigadores del sector agropecuario, para leer y retroalimentar la manera en la que se entienden las acciones de generación de conocimiento y la comprensión de los resultados de investigación, a la luz de proyectos de vida de investigadores que superan los procesos de investigación y trascienden a la configuración de la persona, así como de escenarios de aprendizaje en la práctica, relevantes de ser contados y difundidos por su aporte a la innovación en el sector agropecuario.

Para ello, la metodología se estructura desde la composición de historias de vida desde ejercicios de cartografía social, que proponen la definición de trayectorias asociadas a la ubicación geográfica, a la temporalidad de los espacios de formación y a los hitos vitales que ponen de contorno los procesos formativos, la orientación vocacional y el desarrollo profesional vinculado a la investigación en el sector agropecuario como un escenario para identificar procesos de innovación, así como para dar lugar a la justificación del proceso y a la definición del eje de sistematización como los aspectos centrales, a partir de los cuales se estructura la comprensión de la experiencia.

Con estas claridades, se lleva a cabo un plan de sistematización, que comprende la reconstrucción histórica de los hechos más relevantes en torno al eje de sistematización y a la temporalidad previamente identificada. Asimismo, se lleva a

cabo el ordenamiento de la información para el correspondiente análisis e interpretación para que se hagan evidentes aprendizajes y relaciones, que finalmente conduzcan a conclusiones y recomendaciones (Bickel, 2005).

RESULTADOS Y CONCLUSIONES:

La metodología planteada, ha permitido la identificación preliminar de una población susceptible de iniciar el proceso de sistematización de la experiencia de aproximadamente 34 investigadores de un universo de 335 que componen la Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria Corpoica, de los cuales, 10 de ellos concluyeron el proceso de recolección de información primaria, 4 de ellos aún se encuentran en esta fase y 20 investigadores están en espera para ser incluidos en el proceso (figura 1).

Producto de los procesos de recolección de información primaria y el proceso de revisión de información secundaria asociada a la producción intelectual del investigador de referencia; la conjugación de ambos escenarios, han posibilitado importantes reflexiones de momentos socio históricos como los referidos al Programa Nacional de Transferencia de Tecnología Agropecuaria (Pronatta), liderado por el Gobierno Nacional en los años noventa, a partir del cual, se facilitaba el acceso por parte de los pequeños agricultores a tecnologías ambientalmente sostenibles, competitivas y equitativas, desde un enfoque de investigación aplicada, orientada a la búsqueda de alternativas tecnológicas de sistemas productivos que permitieran el desarrollo agrícola del país.

Así mismo, han surgido referencias respecto a metodologías y a la configuración de experiencias asociadas a escenarios de transferencia tecnológica, entre los que se encuentran los Centros Regionales de Extensión, Capacitación y Difusión de Tecnología (CRECED), que a finales de los años ochenta y principios de los noventa, fueron los encargados de integrar la investigación, la difusión de tecnología y la prestación de servicios agropecuarios asociadas a las unidades operativas del Instituto Colombiano Agropecuario (ICA) a nivel local.

Es relevante mencionar que al definir los perfiles de los investigadores que se han sistematizado, se ha enfatizado en el rol de investigador-transferidor, es decir, que, de acuerdo a su quehacer, involucra acciones de diseño metodológico para la generación de espacios participativos con grupos poblacionales, principalmente productores, para identificar sus necesidades, y a partir de allí, generar nuevas tecnologías adaptadas a sus condiciones en territorio. Así mismo, el perfil de investigador científico ha sido relevante para fortalecer el desarrollo de la experiencia, debido a que los aprendizajes se producen en la práctica, para denotar interacciones significativas que otorgan sentido al quehacer cotidiano en procesos de investigación científica para el desarrollo de habilidades y procesos, válidos de ser analizados para ayudar en adelante a desarrollar su perfil profesional.

Por último, cabe concluir, que de los resultados producidos por la investigación científica, el quehacer cotidiano de los investigadores en torno a la manera en que se

relacionan con sus temas de investigación desde el diseño de la misma hasta la transferencia, configuran aprendizajes que es necesario documentar, con miras de construir la memoria de las organizaciones y de los procesos, así como para llevar la trazabilidad en los temas y productos de investigación forjados a lo largo de su experiencia vital.

Figura 1. Red de investigadores activos en el proceso de sistematización.

.....

*** Dubert Yamil Cañar Serna**

Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria - Corpoica. Palmira, Colombia

*** Leidy Patricia Tibaduiza Castaneda**

Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria - Corpoica. Palmira, Colombia

Resumen de ponencia

SOCIALIDAD COTIDIANA Y VALORACIÓN DEL USO DEL WHATSAPP POR PARTE DE JOVENES UNIVERSITARIOS

*Cecilia Ulla

*Laura Vargas

*Marta Masera

SOCIALIDAD COTIDIANA Y VALORACIÓN DEL USO DEL WHATSAPP POR PARTE DE JOVENES UNIVERSITARIOS

Facultad de Ciencias de la Comunicación

Universidad Nacional de Córdoba

Resumen

Nos proponemos en esta ponencia dar cuenta de cómo los entornos digitales y el incremento en el uso de las tecnologías de la comunicación impactan cada vez más en la vida social, académica, cultural y política de los jóvenes universitarios y en la institución universitaria a la que pertenecen. Es en este ámbito donde el cambio sociotecnológico ha movilizó las estructuras en la universidad “tradicional”, articulando concepciones y procedimientos relacionados con las tecnologías electrónicas. Son muchas las transformaciones producidas cada año, nuevas prácticas y rituales de socialización entre los jóvenes estudiantes que se van naturalizando. En este marco, los modos de relacionarse producen cambiantes prácticas y sentidos que se sostienen en el uso de la comunicación digital, redes sociales, o de otras formas comunicativas mediadas por tecnologías como el WhatsApp. Este campo ha sido objeto de varios proyectos y estudios realizados por el equipo de investigación del cual formamos parte y sigue constituyendo nuestro objeto de trabajo en la actualidad ya que su indagación se complejiza por el dinamismo de los avances tecnológicos, sus diversas modalidades de adopción, diferentes usos y prácticas.

Dónde y con quienes trabajamos

La investigación se lleva a cabo con jóvenes universitarios, más específicamente alumnos de la carrera de Licenciatura en Comunicación Social de la UNC porque es en la universidad, independientemente del origen socio cultural de los jóvenes donde se observa el empleo de los Smartphones y sus aplicaciones, tanto para el ámbito académico como para su vida social.

Se establecen comportamientos comunes en este tipo de comunicación on-line, los cuales influyen en la construcción por parte de los jóvenes de la realidad social y nuevos modos de vincularse a través de los dispositivos móviles. Las características de este tipo de interacción virtual son numerosas y variadas.

¿Cómo trabajamos?

Aportes metodológicos y Análisis del corpus

El foco del análisis se puso en las prácticas de tiempo libre, esparcimiento y deportes, convirtiéndolo en objeto de estudio y en un campo propicio para la producción de información empírica desde la mirada microsocial o etnográfica. Así tratamos de comprender algunas transformaciones profundas que se están dando en estos tiempos a partir de la construcción y reconstrucción de relaciones que tienen como soporte a la aplicación WhatsApp.

Las categorías que abordamos para el análisis de la sociabilidad son:

- Estructura democrática.
- Mundo artificial (formado por seres que buscan crear exclusivamente esta pura interacción entre ellos y que no se desequilibre por ningún elemento material).
- carencia de jerarquía y rango.
- menor grado de construcción de la apariencia del individuo.

Como técnica de obtención de la información se emplea la entrevista semi-estructurada, basada en una guía de asuntos relacionados con el tema donde el entrevistador tiene la libertad de introducir preguntas adicionales para precisar conceptos u obtener mayor información, a la vez que el entrevistado se puede explicar en aspectos relevantes sobre dichos temas.

Algunas de las conclusiones a las que se arribaron fueron. Internet nos cambió la vida. Las condiciones en las que el hombre habita el mundo están sufriendo transformaciones y los procesos comunicativos son mediados por tecnologías digitales. Se trata realmente de un tiempo y de un espacio diferente en el que se observa una nueva forma de intercambio simbólico y construcción de relaciones interpersonales dentro de un grupo específico, especialmente en la juventud. De acuerdo con lo que dice Inés Dussel (2016): “No supone que estamos cada vez más conectados en red y a la red sino que ésta se vuelve un modo de estructurar una forma inédita de estar con otros, y produce una “socialidad conectada”. Esta nueva dimensión de la socialidad online es un orden revolucionario y diferente cuyas consecuencias aún no se vislumbran.

El WhatsApp, una herramienta de los últimos años, en muy poco tiempo generó una incidencia intensa en el pensamiento y en las prácticas de socialidad. Se establecen nuevas formas de relacionarse con el otro, se crean vínculos, se interactúa con otros, conocidos o no, produciéndose una nueva forma de sociabilidad. Las relaciones sociales ya no se basan sólo en el contacto directo con el otro y la amistad aparece como la causa principal para crear y mantener el vínculo pero también incluye otros aspectos de la vida cotidiana como laborales, políticos, académicos y deportivos.

.....

* Cecilia Ulla

Facultad de Ciencias Sociales -FCS. Córdoba, Argentina

* Laura Vargas

Facultad de Ciencias Sociales. FCS. Córdoba, Argentina

*** Marta Masera**

Facultad de Ciencias Sociales. FCS. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

TECNOLOGÍAS Y DESARROLLOS SOCIALES: ANÁLISIS DESDE LA TEORÍA CRÍTICA EN CONTEXTO LATINOAMERICANO

*Diego Corrales

La ponencia presenta los avances de una investigación sobre los sistemas tecnológicos y su correlación con los diversos problemas sociales y ambientales que se expresan en ciertas comunidades de América Latina. Particularmente analiza la situación de contextos que abordan de manera violenta ciertos conflictos sociales y en relación con ello extiende el análisis a los diferentes modelos conceptuales y metodológicos, teóricos y prácticos, que se han expresado como esfuerzos civiles, privados y gubernamentales orientados a la transformación de dichas realidades.

América Latina ha sido definida como “subdesarrollada”, o necesitada de desarrollo [1]. Según Escobar, esta declaración inaugura el término “Tercer Mundo” y corresponde a la idealización asentada por los discursos y las prácticas del desarrollo: principales corolarios del proyecto de la modernidad del siglo XX, hegemonícamente occidental y estructuralmente capitalista. Este proyecto desarrollista se consolidó con las misiones de “expertos” a diferentes países de la región desde mediados del siglo pasado y se apoyó en la conformación de vastos aparatos institucionales que moldearon la realidad económica, política, social y cultural de dichas sociedades, vinculando sistémicamente conocimientos y prácticas, y transformando la infraestructura cultural que le soportaría durante los siguientes decenios. Este conjunto de acontecimientos habría socavado las diferentes manifestaciones de desarrollo local, autónomo y alternativo, favoreciendo el proyecto del desarrollo globalizado y sus diversas formas de exclusión de “los conocimientos, las voces y las preocupaciones de aquéllos quienes, paradójicamente, deberían beneficiarse del desarrollo: los pobres de Asia, África y Latinoamérica”.

Este proyecto desarrollista se cruza con la situación latinoamericana, más o menos compartida, que ha encontrado vías de resolución preferentemente violentas a los persistentes y variados conflictos sociales de la región. En tales contextos se suele obviar el hecho mismo de que la idea del desarrollo se ha establecido como certeza ineludible y se ha escalado profundamente en el imaginario social global, en palabras de Escobar: “cómo ciertas representaciones se vuelven dominantes y dan forma indeleble a los modos de imaginar la realidad e interactuar con ella” [2]. En tales condiciones lo que ocurre en muchos países es que la transformación violenta del conflicto conduce a un colapso parcial del Estado.

Este proyecto intenta comprender cómo es tramitado el discurso del desarrollo en estos contextos violentos y de qué manera se cuestiona la idea de progreso, desarrollo y modernización. A partir del estudio de algunos abordajes teóricos y prácticos al problema, especialmente aquellos que se han aportado desde el pensamiento crítico latinoamericano, se revisan algunas estructuras de análisis que cuestionan los modos

de desarrollo tecnológico y el sostenimiento de los graves problemas de desabastecimiento, falta de acceso a recursos básicos, desigualdad y otros rasgos característicos de esta América. El estudio de tales propuestas se hace a partir de una estrategia deconstructiva que permite identificar las contradicciones internas, propias del discurso, y las pone en crisis apoyándose en algunas condiciones del contexto colombiano que vinculan lo que ha sido llamado desarrollo social y democratización política, con el conflicto, la violencia, la institucionalización de determinados modos de producción, gestión y organización social.

Finalmente, los avances de esta investigación se presentarán en la forma de una extensión a los aportes conceptuales a dichas propuestas de gestión de tecnologías para el desarrollo social desde el enfoque analítico propio de la teoría crítica. Estos aportes se instalan como parte de una investigación más amplia que procura identificar aprendizajes locales, autónomos y alternativos en el contexto del conflicto violento para desplazar las certezas o las consideraciones estabilizadas hasta ahora en este campo de estudio.

[1] Arturo Escobar, “El “postdesarrollo” como concepto y práctica social”, en Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización, coordinador Daniel Mato (Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005), 19.

[2] Arturo Escobar, *La invención del tercer mundo*, (Caracas: El perro y la rana, 2007), 23.

.....

* Diego Corrales

17, Instituto de Estudios Críticos 17,. Ciudad de México, México

Resumen de ponencia

UMA OBSERVAÇÃO ACERCA DOS NOVOS COMPORTAMENTOS PERANTE ÀS REDES SOCIAIS

*Samira Cristina Silva Pereira

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a partir de uma observação participante os novos comportamentos perante as mídias sociais. Pretende-se, desse modo, observar a relação entre vivências dos indivíduos e as mídias sociais, e, conseqüentemente, adensar na compreensão das mídias sociais enquanto objeto de significado, compreendendo assim, a influência que essas exercem sob os observados. De cunho metodológico qualitativo, utilizou-se aqui a técnica da observação e a revisão bibliográfica.

Assim, buscou-se observar com que assiduidade com qual os indivíduos interagem cotidianamente com suas respectivas redes sociais. Posteriormente, nesta pesquisa as atenções foram voltadas para as conseqüências e a importância das mídias sociais nas perspectivas dos observados. Buscando respostas para questões como no que isso os prejudica e no que os contribui para os mesmos.

O campo onde tal observação foi desenvolvida corresponde aos limites da Universidade Federal de Alfenas, o qual foram observados os alunos, os técnicos, os administrativos, os professores, dentre outros funcionários da instituição e também a população que adentra os portões da Universidade da cidade de Alfenas, localizada no estado brasileiro de Minas Gerais.

De início faz-se necessário compreender o conceito de redes sociais, já que esse corresponde a parte essencial para a fundamentação e para construção da argumentação realizada no presente trabalho e a compreensão do conceito passa a ser fundamental neste. Correspondendo assim, a um constructo linguístico e também cultural no qual obteve grande crescimento e se alastrou no decorrer da globalização. Tendo exposto isso, tratar-se de um conceito chave para compreendermos o comportamento dos indivíduos que foram observados. Outro instrumento utilizado para essa pesquisa foi a bibliografia base, que auxilia na composição desta pesquisa para que por meio dessa possamos compreender melhor como as redes sociais adentraram as ciências sociais e especificamente na antropologia. É possível notar também com o auxílio de tal bibliografia que a temática das redes sociais vem crescendo muito dentre os campos das Ciências Sociais em nosso país. Sendo de extrema importância estudar mais e compreender tamanha influência gerada pelas as mídias sociais no Brasil e no mundo, com o rápido avanço da tecnologia até mesmo em lugares mais remotos. A partir disso, mudanças são proporcionadas pelas redes sociais em nossa sociedade, que perpassa os comportamentos, inspirando novas logicas, novas semânticas, e práticas, algumas sendo vistas como de dependência das redes sociais, outras vistas como instrumento de grande utilidade para diversos indivíduos, visto que diversos empregos foram gerados a partir das redes sociais.

Sendo visto isto em diversos debates na sociologia e antropologia acerca das mídias

sociais, no qual pretendem por meio das redes sociais explicar os fenômenos sociais coletivos e também os individuais. Procurou-se, compreender a redes sociais por meio de sua natureza social, portanto, compreender a dimensão social das mídias sociais e o comportamento dos integrantes dessa pratica social.

O intuito dessa pesquisa é compreender tais comportamentos daqueles indivíduos que se veem imersos no universo das redes sociais. Afim de entender quais são as implicações causadas pelas redes sociais no cotidiano das pessoas, através da observação. Tal pesquisa também busca cooperar e incentivar o surgimento de novos projetos acerca da temática proposta, visto a escassez de trabalhos do mesmo gênero dentro da Universidade Federal de Alfenas.

Os resultados parciais apontaram que a nossa sociedade tem obtido transformações de hábitos e costumes devido o surgimento de novas mídias sociais, visto que essa carrega um conjunto de significados, como por exemplo uma linguagem, que são compartilhados pelos seus integrantes. Conclui-se, portanto, que análises sobre esses comportamentos fazem-se necessárias, a fim de compreender como esses comportamentos vem se consolidando com a grande influência das mídias sociais, pois isso faz com que gere consequências na sociabilidade diária.

.....

* Samira Cristina Silva Pereira

Universidade Federal de Alfenas UNIFAL. Alfenas, Brasil

Resumen de ponencia

VISUALIZACIÓN CIENTÍFICA Y MEDICIÓN. TENSIONES EN TORNO AL VER Y AL MIRAR COMUNICACIONAL EN UNA IEC

*Javier Spagnolo

*Mateo Bussi

*Sandra Massoni

Este trabajo se realiza en el marco del Proyecto de Investigación y Desarrollo (PID) 231 “Comunicación Estratégica: Indicadores comunicacionales en dimensiones múltiples” radicado en la Secretaría de Investigación y Posgrado, Maestría en Comunicación Estratégica/Especialización en Comunicación Ambiental de la Universidad Nacional de Rosario, Argentina.

Se inscribe en la urgente revisión crítica de los dualismos epistemológicos que hoy dominan las ciencias sociales (De Sousa Santos, 2014; Morin 1977; Escobar 2012), con el objetivo de aportar al fortalecimiento de ontologías relacionales en torno a los estudios sociales de las tecnologías, la innovación y el desarrollo sustentable, desde la comunicación.

La teoría de la comunicación estratégica enactiva (CEE) que sustenta el proyecto (Massoni, 1990, 2003 y 2016) es una teoría de la intersubjetividad no dualista que enfatiza lo relacional a partir de considerar lo comunicacional en términos de tipos de encuentro en la diversidad. Su correlato metodológico es la Investigación Enactiva en Comunicación (IEC); trabaja en examinar y operar la multidimensionalidad en cada situación a partir del despliegue de estrategias de comunicación como algoritmos fluidos que incluyen siete operaciones cognitivas, cada una con sus técnicas, instrumentos y herramientas para aportar al cambio social conversacional (Massoni 2013 y 2016).

El proyecto PID, aplicando las metodologías, técnicas y herramientas de la CEE, trabaja en el desarrollo de un sistema de medición comunicacional en dimensiones múltiples que se ofrece como alternativa fluida y compleja frente a los sistemas de registro tradicional. La propuesta consiste en un sistema de medición (tipología de indicadores+plataforma online) que -desde la IEC- permite valorar analíticamente el estado, avances y desarrollo de los procesos comunicacionales, considerando la fluidez y la complejidad del fenómeno en su multidimensionalidad.

En las fases ya desarrolladas se definieron y validaron tipologías de indicadores comunicacionales para la dimensión informativa (treinta y dos indicadores), para la dimensión interaccional (veinte indicadores) y para la dimensión ideológica (tres indicadores), estableciéndose variables de relevamiento para cada una de ellas en el

entorno del diseño de una estrategia comunicacional (AA.VV. 2017).

La plataforma para el registro online -disponible a través de internet en www.algoritmosfluidos.com.ar- es un mapa dinámico de las transformaciones. El sistema operativiza el despliegue de estrategias de comunicación en dimensiones múltiples a partir de la cartografía continua de las formas del encuentro sociocultural que van asumiendo las Matrices Socioculturales (MS) en la implementación de cada investigación. La plataforma sistematiza la información que los usuarios van cargando y devuelve los datos según los indicadores comunicacionales bajo estudio en cada proyecto caso.

La búsqueda principal en esta investigación es la creación de un sistema de medición comunicacional más allá del control, entendiendo que cuando el trabajo de medición se realiza en dimensiones únicas -tal como ocurre cuando se trabaja desde las teorías y metodologías tradicionales- no logra escapar de un registro lineal centrado en mensajes y narrativas, y que por lo tanto se ocupa sólo de lo comunicativo.

Distintas investigaciones de comunicación científica señalan escasa o nula incorporación de recursos comunicacionales hoy disponibles a partir de las NTIC (Waldrop, 2008; Calderón y Camargo, 2018). La especificidad de la comunicación como disciplina, a la vez que como metaperspectiva teórico metodológica, plantea nuevas posibilidades en el entorno de equipos de investigación inter y transdisciplinarios.

El registro y operación de indicadores comunicacionales en dimensiones múltiples hace otra exploración a partir de operar el cambio social conversacional desde lo comunicacional, centrándose por tanto, en los diferentes tipos del encuentro sociocultural existentes, deseables y posibles en la situación bajo análisis en cada investigación.

Este informe revisa tensiones teóricas respecto de la medición de la dimensión comunicacional a partir de una especial consideración de las epistemologías de la visualidad y de lo fluido. Propone a las estructuras fractales y a las infografías como elementos para la definición de una tipología de indicadores de la dimensión comunicacional en este registro diferencial y en dos escalas: el interior del equipo inter y transdisciplinar, y el territorio bajo investigación.

En ese marco, este trabajo en particular busca ampliar nuestros horizontes epistémico-políticos en el entorno de investigaciones inter y transdisciplinarias -los proyectos caso en los que trabajamos en el PID 231- a partir del prototipado de dispositivos comunicacionales que incorporan la visualidad aprovechando su apertura hacia nuevas formas de ontología relacional con las que propiciamos reconfiguraciones intersubjetivas con nuestro propio entorno socio-cultural como integrantes de un equipo de investigación wiki y como un aporte a la E-Ciencia.

Mostramos cómo se ha medido la comunicación en la investigación científica y cómo innovar en una investigación transdisciplinar a partir de los siguientes interrogantes:

¿cómo opera el mirar disciplinar al momento de visualizar resultados?, ¿cómo la especificidad del comunicador puede aportar a facilitar cruces y mediaciones sobre espacios de IEC más allá de la comprensión mutua?, ¿cómo generar nuevas interfaces a partir de lo visual en una investigación inter y transdisciplinar? ¿qué elementos podrían señalarse para definir una tipología de indicadores en la dimensión comunicacional?

.....

*** Javier Spagnolo**

Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria - INTA. General Villegas, Argentina

*** Mateo Bussi**

Universidad Nacional de Rosario - UNR. Rosario, Argentina

*** Sandra Massoni**

Universidad Nacional de Rosario - UNR. Rosario, Argentina

Resumen de ponencia

¿EL PROCESO DE DESPLAZAMIENTO DE LA GANADERÍA BOVINA HACIA REGIONES ÁRIDAS, CONTRIBUYE AL DESARROLLO TERRITORIAL Ó A LA FRAGILIDAD AMBIENTAL?

*Javier Alejandro Vitale Gutierrez

*Jorge Silva Colomer

*Martín Alberto Pérez

La ganadería se encuentra en una transformación profunda buscando nuevos modelos tecnológicos y escenarios de sustentabilidad. Desde el proceso de agriculturalización en la década de los 90` su sostenibilidad requiere de adaptaciones a nuevos ambientes que no siempre permiten una intensificación productiva. Su desacople del componente agrícola es irreversible, pero no seguirá las mismas dinámicas en todos los territorios. El escenario agroalimentario ofrece a la ganadería la oportunidad y posibilidad de ejercer un rol relevante en el desarrollo territorial pero dependerá de la capacidad de los actores involucrados para diseñar sistemas por ambientes, de alta eficiencia en el uso de los suelos y agua.

La ganadería ha sufrido transformaciones y desplazamientos en los últimos 15 años. Las políticas públicas que fomentaron el desarrollo agrícola, la biotecnología, la tecnología de precisión y los eventos climáticos, como las sequías, condujeron a transformaciones estructurales en el modelo ganadero del país. La ganadería entró en un proceso de crisis respecto del espacio y rol de la misma en la estrategia agroalimentaria y exportadora del país.

La creciente competencia de la agricultura de cosecha por tierras de calidad hace improbable el retorno masivo de la ganadería pastoril a esos territorios. No se visualiza en el futuro el rol protagónico de la ganadería en la economía nacional que la misma ostentara en el pasado. Pero, por su menor relevancia relativa en la composición de la demanda doméstica de carnes en el mercado interno comparada con otras décadas y ante cambios de los hábitos de consumo de la población, la ganadería tiene la oportunidad de captar mejores precios, de diversificar mercados, explorar mercados de mayor valor, incorporar atributos de calidad al negocio y promover atributos locales o regionales, tanto en el mercado interno como externo.

La relocalización e intensificación de la ganadería tendió a generalizarse a partir de las zonas agrícolas núcleo, pero los modelos emergentes difieren entre regiones. En las regiones marginales a la agricultura se desarrollan modelos semi-intensificados apuntados a controlar el riesgo y los costos, donde la incidencia del costo de oportunidad de la tierra es menor al de las regiones agrícolas. Ello implica que en esas regiones la participación del componente pastoril es mayor. Las regiones núcleo de la producción agrícola retienen la ganadería en modelos intensivos, con poco o nada de superficie.

La agriculturización llevo al desplazamiento de la ganadería hacia la región del noreste del país pero también hacia la región de Cuyo. Estas regiones se vieron ocupadas por modelos de mayor intensificación forzando a los ecosistemas y causando daños ambientales de importancia.

La provincia de Mendoza, como ejemplo de zona árida cuyana, sufrió un proceso lento de adaptación debido a la baja disponibilidad de forraje que el clima árido y semiárido otorga con sus característicos pastizales naturales. Sus escasas lluvias de verano (de 200 a 400mm), según variaciones de norte a sur, permiten muy baja carga animal logrando producciones promedios de carne por ha y año de 5kg a nivel provincial. Pese a estos bajos valores productivos existen políticas públicas que promueven la producción de carne en zonas áridas, considerándola una oportunidad para diversificar la matriz productiva.

El cambio climático trajo a la provincia una tendencia a mayores precipitaciones de lluvia y granizo, y gradual aumento de las temperaturas. Estas tendencias perjudican a la agricultura tradicional pero favorecen al proyecto ganadero bovino.

De todas maneras, la base productiva de 5 kg por hectárea no es un valor que permita pensar en una rentabilidad sostenida y menos competir con productividades muy superiores en otras regiones del país. Incluso si la carne sintética se instala en los mercados en los próximos años sería una competencia clara para empresas con baja producción y mínima rentabilidad.

La provincia produce un número de terneros que no cubre ni el 10% de la necesidades de carne bovina de la provincia y si se quisiera avanzar a valores más importantes de mercado interno haría falta triplicar o más la cantidad de vientres (madres) sobre los mismos pastizales. Esta posibilidad no es viable en lo que hace a un modelo ganadero sustentable.

Expertos consideran avanzar en la cadena productiva con aporte de forrajes obtenidos en el oasis. El clima semiárido-árido acompañado con riego artificial es una excelente combinación para producir importante volumen de materia seca de alfalfa que permitiría criar o engordar los animales criados en el secano.

Esta posibilidad debe analizarse considerando que la ganadería tendría que competir con otros negocios como la agricultura intensiva hortícola o el turismo en el uso del agua que proviene de los menores deshielos que se producen año a año. Además, el límite de la producción está dado por la fragilidad ambiental y el número de terneros logrados para su engorde con apoyo del oasis sería el mismo salvo la mejora que podría dar el uso de nuevas tecnologías.

Las tierras de pastoreo de zonas áridas y semiáridas se caracterizan por su fragilidad y si se manejan inadecuadamente se generan procesos de erosión acelerada del suelo y consecuentemente una disminución de su receptividad. Una correcta carga animal sobre el pastizal natural es la manera de lograr una productividad sostenida.

Por último, es importante referirnos a la tecnología de frontera que podría a través de la biogenética mejorar la oferta forrajera y la receptividad de los pastizales pero sin duda modificando los ecosistemas y aumentando la fragilidad de los mismos.

Todo hace suponer que el desplazamiento de la ganadería hacia zonas áridas no es positivo para el desarrollo territorial de estas regiones ya que la presión sobre el ambiente traería mayor erosión y posible desertificación. Tal vez una innovación en el modelo podría mejorar la rentabilidad y la sustentabilidad, pero los ejemplos negativos de la pampa húmeda, no hacen ser optimistas.

.....

*** Javier Alejandro Vitale Gutierrez**

Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria - INTA. Mendoza, Argentina

*** Jorge Silva Colomer**

Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria - INTA. Mendoza, Argentina

*** Martín Alberto Pérez**

Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria - INTA. Mendoza, Argentina

Resumen de ponencia

¿QUE CULPA TIENE LA SOJA? SOBRE LAS PERSPECTIVAS DEL RIESGO EN TORNO A LA PRODUCCIÓN SOJERA URUGUAYA.

*María Soledad Nión

El trabajo analiza la construcción social del riesgo en la producción de soja en el Uruguay a partir de la percepción de diferentes actores mapeados, y forma parte de la investigación de doctorado de la autora, realizada en la Facultad de Ciencias Sociales - Udelar. La producción de soja en este caso es tomada como un ejemplo de los cambios que la producción agrícola ha sufrido en las últimas décadas.

Se presenta el contexto productivo del modelo actual de producción de soja, para luego pensar la problemática de la construcción social del riesgo en el mismo según el discurso de los diferentes actores mapeados a través de una estrategia cualitativa de investigación, por medio de análisis de información secundaria, entrevistas semi estructuradas y paneles de expertos.

El análisis retoma el enfoque de la percepción sobre la construcción social del riesgo y se basa principalmente en las tradiciones de la teoría sociocultural y de la sociedad del riesgo. Por otro lado, introduce la discusión sobre el papel de los actores en las políticas del riesgo y ambientales, el tipo de conocimiento legitimado y algunos moduladores de la percepción de estos actores como la controlabilidad o voluntariedad con relación a los riesgos.

A partir del análisis se observa, en primer lugar, que existen diferentes actores que son identificados como vinculados a la soja con diferentes niveles de vinculación con esta producción y con los riesgos que perciben. Por ejemplo, dentro de los actores estatales se menciona siempre en primer lugar al Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP), llamado como “El Ministerio”, sin necesidad de especificar cuál es, como el actor estatal con mayor vínculo con la realidad de la producción de soja en el Uruguay. Esta mención al “Ministerio” tiene bases en la legitimidad formal y simbólica entre actores para definir y ejecutar las políticas productivas vinculadas a la soja que tratan de regular también aspectos de la salud humana y ambiental. Lo interesante es que esta preponderancia del papel del MGAP por sobre otros actores es base para la percepción de riesgos entre actores cuyo discurso predominante refiere a riesgos de salud.

Un aspecto significativo que surge del análisis es que en términos de la construcción social del riesgo se encuentran procesos de naturalización, pero sobre todo ligados a cuestiones sobre ámbitos de articulación o potestades entre actores y en algunos casos a factores sistémicos o culturales. Por ejemplo, existe naturalización de riesgos asociados al tipo de modelo productivo, al paquete tecnológico requerido por la soja transgénica, a las formas de organización del trabajo en la agricultura, a las dificultades para la organización de los asalariados rurales de la agricultura.

Por otro lado, entre los actores analizados existen dos tipos de discursos

predominantes: aquel que señala primordialmente aspectos vinculados a la salud humana y ambiental vs aquel que está principalmente focalizado en los riesgos productivos. Ambos discursos (productivo y de salud) involucran tanto saberes tecnocráticos y científicos como sociales que se vinculan entre sí por contar con intereses comunes, pero no necesariamente de manera articulada ni integral. El discurso “elitista” técnico -político en relación con la identificación y estrategias ante los riesgos se impone por sobre aquel saber “popular” anclado en la experiencia de convivir con ese riesgo. Esto se ve en las bases de legitimación de estos actores en torno a la producción de soja y/o a los aspectos de su ámbito que atiende vinculados a ella.

En estos discursos persiste la polaridad -caricaturizada aquí- entre bienestar del país (producción, desarrollo, progreso) vs bienestar social (salud humana y ambiental). El bienestar del país como consecuencia de la manutención de los niveles de crecimiento donde esta forma de producción de soja tiene un rol relevante y el bienestar social por medio de la conservación de la salud humana y ambiental. Esta polaridad aparece naturalizada. Estas perspectivas se presentan no sólo como contrapuestas, sino que muchas veces son percibidas como irreconciliables afectando la toma de decisiones, gestión y accionar sobre los riesgos percibidos, enfatizando la naturalización, la normalidad de que no puedan dialogar entre sí, por sobre su imposibilidad de cambio. Por ejemplo, la brecha existente entre Uruguay Natural (bienestar social - salud) y Uruguay Productivo (crecimiento y desarrollo).

La división salud vs producción es una estrategia analítica que no tiene por objetivo reproducir la naturalización de la escisión entre ambas dimensiones en una sociedad. Estas dimensiones no son necesariamente contrapuestas, pero sí generan posturas en torno a los riesgos a priorizar contrapuestas.

¿Por qué elegir entre un “Uruguay productivo” o un “Uruguay natural”? Si a simple vista no hay contraposición entre ambas metas que se presentan como complementarias como estrategias de desarrollo, tal vez al analizar los riesgos asociados a cada uno de los discursos las raíces de tal oposición se fundamenten en aspectos de índole cultural e institucionales difíciles de soslayar en el mediano plazo. Cuando se observa la construcción social del riesgo en la producción de soja emergen tensiones asociadas a la puesta en práctica de ambos tipos de políticas y a las rutinas que se generan en torno a las mismas. No obstante, un paso a dar para el estudio de este tema parece ser dejar de naturalizar la preeminencia de algunos actores por sobre otros en la definición de los riesgos a atender, y problematizar los espacios existentes de diálogo y articulación.

Los actores cuya visión está asociada predominantemente a elementos de salud, se autoperceben con niveles más bajos de controlabilidad y voluntariedad en términos a los riesgos percibidos específicamente en la producción de soja y la definición de modelos productivos / de desarrollo en general.

Parte de las dificultades o desafíos en la atención a las problemáticas sociales planteadas por los actores incluidos en el análisis es lograr tender puentes entre ambas perspectivas que en algunos casos se presentan como diametralmente opuestas en sus intereses. Ligado a esto coexiste la naturalización de los riesgos intrínsecos a un modelo de producción que se visualiza como la “única alternativa” vs aquella visión que “lo demoniza”.

Esta atención diferencial de los riesgos entre actores responde a la interrogante de

quiénes deben participar de los ámbitos de gestación de políticas debido a que es necesario saldar las perspectivas parciales en torno a las temáticas.

Los discursos encuentran puntos en común en la necesidad de establecer caminos hacia la producción sustentable, aunque se puede hipotetizar, con marcos de partida diferentes sobre cuáles son las bases de la sustentabilidad y el lugar de los recursos naturales en la misma. Este es un punto interesante para seguir profundizando en el futuro.

.....

*** María Soledad Nión**

Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República - DS/UDELAR. Montevideo, Uruguay

Resumen de ponencia

¿REVOLUCIÓN SIN TECNOLOGÍA?

*Romeo Christian Velarde Montecinos

Presentamos un nuevo panorama de la conceptualización del proceso revolucionario en Nuestra América. La interrogante constante de la izquierda latinoamericana en torno a las características de la revolución no solamente continúa con la discusión tradicional acerca de las formas de su realización histórica. El surgimiento del factor tecnológico como un elemento esencialmente en manos del imperialismo obliga a la construcción de un nuevo análisis crítico. El objetivo es fundamentar un enfoque renovado de lucha por la transformación de nuestra sociedad considerando los efectos de la tecnología.

Los análisis existentes desde la óptica de la filosofía de la tecnología incluyen el enfoque determinista, sustantivista y el de la teoría crítica. A partir del trabajo de M. Heidegger en el tema, el entendimiento de un mundo cada vez más inundado por artefactos tecnológicos inicialmente resultó en el surgimiento de preocupación acerca del rol de los humanos en esa emergente realidad. Posteriormente, el pensamiento desarrollado por los integrantes de la Escuela de Frankfurt, particularmente Marcuse y más recientemente A. Feenberg desarrolló un acercamiento a esta problemática desde la teoría crítica. La aplicación de la racionalidad tecnológica y su instrumentalización propuestos por Feenberg constituyen elementos de análisis para una teoría crítica del desarrollo tecnológico actual.

Sin embargo, es necesario establecer el análisis crítico de la tecnología desde la perspectiva de Nuestra América actual. El inminente resurgimiento de los movimientos reivindicadores de nuestra identidad, más allá de los vanguardismos filosóficos y literarios, la lucha por la construcción de nuevos estados y los pensamientos de una o varias epistemologías “del Sur”, desde el Sur y para el Sur, indican un devenir histórico urgido de nuevos paradigmas propios. El neocolonialismo se refuerza día a día de instrumentos tecnológicos, armas de control social para el establecimiento y mantenimiento de la lógica hegemónica del capital. Es ese escenario el de la urgencia de un análisis del papel de la tecnología en el proceso de liberación de Latinoamérica. Surgen múltiples interrogantes: ¿Será posible desarrollar e implementar una base tecno-científica mínima para construir una soberanía efectiva? ¿Podremos evitar seguir el curso determinista de la tecnología capitalista implantando un modelo propio? ¿Seremos efectivos en combatir problemas de naturaleza global con conocimiento adquirido y desarrollado por nuestros científicos y tecnólogos? ¿Lograremos un empoderamiento popular del conocimiento tecno-científico? La mayoría de países de América Latina llevan adelante proyectos de consejos y/o ministerios de ciencia y tecnología. El carácter prevalente de estas instituciones está fundamentado en el modelo neoliberal. El sector se ve como un componente necesario para su articulación en la economía. Se sobre-valora el objetivo de encaminarse hacia la llamada “economía del conocimiento”. A menudo este esquema es asimilado en el concepto capitalista de buscar una mayor división social del trabajo

a escala mundial. Las economías de los países desarrollados claman éxitos en ese sentido mostrando la evidente distribución de tareas productivas en el mundo actual. Consideramos necesario denunciar este modelo como un factor adicional de un falso modelo desarrollista. Se constituye en un esquema anacrónico y funcional al modelo de las periferias capitalistas altamente difundidos en las épocas de los nacionalismos revolucionarios. Nuestra propuesta alternativa se fundamenta en llevar a cabo un profundo diagnóstico de las necesidades sociales inmediatas de nuestros pueblos. Pretendemos impulsar la implementación de la racionalidad instrumental consciente y responsable con la Pachamama para efectos reales en el mejoramiento de las condiciones de vida de los habitantes de Nuestra América. La liberación final no podrá ser alcanzada sin un desarrollo tecno-científico propio. No existe revolución sin tecnología.

.....

*** Romeo Christian Velarde Montecinos**

WinayTEC WTEC. Cochabamba, Bolivia

Resumen de ponencia

NEOEXTRACTIVISMO EN BOLIVIA: SOSTENIBILIDAD E IMPACTOS AMBIENTALES 2000-2015

*Vicky Alejandra Saravia López

“NEOEXTRACTIVISMO EN BOLIVIA: SOSTENIBILIDAD E IMPACTOS AMBIENTALES 2000-2015”

Autor: V. Alejandra Saravia López

Instituto de Estudios Sociales y Económicos (IESE)

Facultad de Ciencias Económicas - UMSS

Abril, 2018

Resumen

La problemática ecológica es hoy en día un componente fundamental para analizar los modelos económicos y sus implicancias sobre la naturaleza. De ahí que en América Latina los llamados Extractivismo y Neoextractivismo incorporan el componente ambiental para abordar el modelo que se impulsa en la actualidad y que consiste en la explotación y exportación de minerales, gas o petróleo, así como también materias primas agrarias, forestales, e incluso productos pesqueros.

El autor Bulmer-Thomas (1998) señala al respecto “que una condición para que el modelo sea exitoso es que las ganancias obtenidas del sector exportador se transfirieran a la economía no exportadora. Es decir, que ese sector debía volverse el motor de crecimiento que estimule las inversiones fuera del mismo”. Latinoamérica, sin embargo, más allá de los distintos modelos económicos por los que ha transitado, permanece inmersa en un único patrón de desarrollo extractivista, sin que se hayan percibido esos “derrames” positivos en el resto de la economía y la mejora sostenida de la calidad de vida. El panorama en la actualidad, además, innegablemente incluye otro factor no menos importante que también se ve afectado por dicho patrón, la calidad del medio ambiente; un factor imprescindible para el logro de una mejor calidad de vida con una connotación transgeneracional. Estudios al respecto, ciertamente aún son escasos, dada la visión antropocéntrica dominante en los enfoques económicos.

La presente investigación se propone con el fin de contribuir en este análisis, investigando los beneficios y limitantes del llamado “Neoextractivismo” en Bolivia, enfatizando sin embargo en el deterioro ambiental como uno de los principales peligros que enfrenta dicho modelo en el logro de sus objetivos.

Para este cometido se ha planteado la construcción simultánea de distintos grupos de modelos econométricos expresados en series temporales, que han permitido determinar el peso relativo de los beneficios y costos del Neoextractivismo (2006-2015), incluido el costo ambiental.

Los resultados de dichos modelos evidencian impactos tanto positivos como negativos del patrón neoextractivista. Entre los aspectos positivos está el innegable crecimiento

económico que Bolivia ha logrado en el último periodo. Dicho logro ha descansado básicamente en la explotación intensiva de RRNN. Otros impactos del neoextractivismo no son tan positivos, como los que se han verificado en el área social y ambiental. En la esfera social, el patrón neoextractivista, al concentrarse solamente en un sector de la economía; descuidando otros sectores productivos generadores de empleo; ha ocasionado un detrimento de la calidad de vida reflejado en elevados índices de desempleo y pobreza. Finalmente en términos ambientales, los efectos han sido y continúan siendo negativos. El país afronta una de la crisis ambientales más importantes de los últimos años. La sobreexplotación del acervo de RRNN, promovido por las políticas neoextractivistas, han dejado como huella importantes problemas ambientales, entre los que destacan la contaminación atmosférica e hídrica, acompañado por la deforestación.

Haciendo un balance del peso relativo de los beneficios y costos del Neoextractivismo, se concluye que si bien el crecimiento económico estable es un logro positivo vinculado al mismo; este es minimizado por los costos o impactos negativos de este patrón en términos sociales y sobretodo ambientales. Así los logros económicos son neutralizados por las pérdidas en materia social y ambiental, por lo que en conclusión el patrón neoextractivista no resulta ser un patrón de desarrollo sostenible en el tiempo, sino más bien un patrón destinado a crear una ilusión de bienestar económico pero a costa del detrimento de las condiciones de vida de los habitantes, y el deterioro ambiental creciente.

Bolivia no debe abandonar y menos descuidar su acervo de RRNN, ciertamente contar con este acervo se constituye en la más importante ventaja comparativa del país, pero lo que se debe priorizar es la construcción de ventajas competitivas sobre la base de la misma, de manera tal que se promueva la diversificación económica productiva a partir del impulso de sectores económicos basados en RRNN pero con valor agregado, de manera tal que se genere empleo y de esta manera se mejoren las condiciones de vida.

Palabras clave: Crecimiento económico, Neoextractivismo, Maldición de RRNN, Crecimiento Empobrecedor
Clasificación JEL: A10, C50, Q15

.....

* Vicky Alejandra Saravia López

Instituto de Estudios Sociales y Económicos. Facultad de Ciencias Económicas y Sociológicas. Universidad Mayor de San Simón - IESE/UMSS. Cochabamba, Bolivia

